UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

Sílvio César Camargo

Psicanálise e Emancipação:

teoria crítica, clínica e experiência

Porto Alegre, 2025.

Sílvio César Camargo

Psicanálise e Emancipação: teoria crítica, clínica e experiência

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicanálise.

Orientador: Professor Doutor Carlos Henrique Kessler

Linha de Pesquisa: Psicanálise, Teoria e Dispositivos Clínicos

Porto Alegre, 2025.

CIP - Catalogação na Publicação

Camargo, Sílvio César
Psicanálise e Emancipação: teoria crítica, clínica e experiência / Sílvio César Camargo. -- 2025.
100 f.
Orientador: Carlos Henrique Kessler.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

1. Psicanálise. 2. Teoria Crítica. 3. Dominação. 4. Emancipação. 5. Experiência. I. Kessler, Carlos Henrique, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Folha de Aprovação

Sílvio César Camargo

Psicanálise e Emancipação:
teoria crítica, clínica e experiência

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicanálise.

Aprovado em: 4 /8 /2025.

Prof. Dr. Carlos Henrique Kessler (Orientador)

Profa. Dra. Ana Paula de Ávila Gomide

Profa. Dra. Roselene Ricachenevski Gurski

Prof. Dr. Felipe Gonçalves Silva

Para minha companheira,

Miriam.

Agradecimentos

Ao Programa de Mestrado em Psicanálise: Cínica e Cultura da UFRGS, pelo acolhimento deste pesquisador e sua proposta de investigação;

Ao Professor Carlos Henrique Kessler pelo profissionalismo e boa condução da atividade de orientação;

À Professora Rose Gurski e ao Professor Felipe Gonçalves Silva, pelas excelentes arguições em meu exame de qualificação;

À Professora Ana Paula de Ávila Gomide, por aceitar participar de minha banca de defesa de dissertação;

Aos colegas da turma de 2023, em especial aos "fuoquers", que me trouxeram a alegria de eu me ver novamente como estudante;

Às meninas Camargo: Tania, Hami, Luna e Carla, e ao menino Guto, pelos afetos;

Ao Seu José, Dona Dulce e Rosângela, pelo alegre convívio da vida nos pagos;

Aos amigos e amigas que estiveram mais próximos nesse recente período, de aproximadamente dois anos. Alguns (as) bem antigos (as), outros novos (as): Dorival, Reginaldo, Aparecida, Dante e Tânia, Lelê e Magale, Fernando e Clívia, Vinícius, Pedro.

À Carmen Franzen, Marieta Madeira e Ilvo Fernando Port, colegas que muito contribuíram em meu percurso;

Ao Josué, pelos muitos ensinamentos que se consolidaram como referência;

Aos colegas, da universidade e do campo psicanalítico, aos quais não nomeio, mas que direta ou indiretamente trouxeram alguma contribuição para a pesquisa aqui apresentada;

Aos que têm mantida viva a "teoria crítica na multiplicidade de suas vozes".

“O lixo vai falar, e numa boa”

Lélia Gonzalez

“O ensaio, em contrapartida, assume em seu próprio proceder o impulso anti-sistemático e, sem cerimônias, introduz “imediatamente” conceitos tais como os recebe e concebe (...)”.

Theodor W. Adorno

Resumo

A dissertação resulta de uma pesquisa que traz como objeto as relações entre psicanálise e teoria crítica. Coloca como problema a pergunta sobre o que se pode entender por uma práxis psicanalítica emancipatória. Adotando como pano de fundo experiências advindas do processo de formação e da prática clínica do pesquisador, propõe uma investigação teórica e conceitual que adota a antinomia entre dominação e emancipação como um problema a ser pensado também no âmbito da clínica psicanalítica. Tal problema, ao mesmo tempo, coloca a psicanálise em diálogo com a política e a teoria social. Dentre os conceitos mobilizados para a reflexão proposta se destaca o conceito de experiência, especialmente o modo como aparece nas obras de Theodor Adorno e Axel Honneth, e nas respectivas leituras que eles fazem de Sigmund Freud. Partindo do freudomarxismo até chegar a debates mais contemporâneos sobre racismo, capitalismo e psicanálise, a pesquisa busca contribuir, reflexivamente, para os sentidos possíveis atribuíveis a uma práxis e a uma clínica psicanalítica orientada para a emancipação.

Palavras-Chave: Psicanálise; clínica; teoria crítica; dominação; emancipação.

Abstract

This dissertation is the result of research that focuses on the relationship between psychoanalysis and critical theory. It poses the question of what can be understood as an emancipatory psychoanalytic praxis. Using experiences arising from the researcher's training process and clinical practice as a backdrop, it proposes a theoretical and conceptual investigation that adopts the antinomy between domination and emancipation as a problem to be considered also within the scope of psychoanalytic clinic. This problem, at the same time, places psychoanalysis in dialogue with politics and social theory. Among the concepts mobilized for the proposed reflection, the concept of experience stands out, especially as it appears in the works of Theodor Adorno and Axel Honneth, and in their respective readings of Sigmund Freud. Starting from Freudo-Marxism and reaching more contemporary debates on racism, capitalism and psychoanalysis, the research seeks to contribute, reflectively, to the possible meanings attributable to a praxis and a psychoanalytic clinic oriented towards emancipation.

Keywords: Psychoanalysis; clinic; critical theory; domination; emancipation.

SUMÁRIO

Introdução.....1-5

1. O freudomarxismo e as clínicas públicas.....6-21

2. Psicanálise, crítica e dominação.....22-38

3. Práxis, intersubjetividade e reconhecimento.....39-52

4. Modernidade, inconsciente e racismo.....53-66

5. Capitalismo, sofrimento psíquico e emancipação.....67-80

Considerações Finais.....81-83

Referências Bibliográficas.....84-91

Introdução

O trabalho aqui apresentado tem como objeto de investigação as relações entre psicanálise e teoria crítica. Coloca-se o seguinte problema: em que consistiria uma práxis psicanalítica orientada por uma teoria crítica, ou, uma práxis psicanalítica emancipatória? Outras questões daí decorrem, como o porquê de uma teoria crítica e em que ela consiste. O porquê de uma teoria crítica espero que se evidencie ao longo do próprio desenvolvimento do trabalho. E quanto ao que seja isso, uma *teoria crítica*, por um lado evitarei ingressar diretamente em um debate já bastante antigo que caracteriza o próprio campo de seus estudiosos, por outro lado, o curso da investigação poderá apontar reflexões sobre o que significa uma teoria crítica e qual sua importância para a psicanálise.

Por diferentes motivos, a pesquisa aqui apresentada possui alguns traços autobiográficos, mesmo quanto ao tratamento de questões teóricas. Isto se deve a que, salvo engano, uma pesquisa acadêmica em psicanálise considera aspectos quanto à própria formação do inconsciente do pesquisador. E cada sujeito é uma singularidade. Quanto a tais traços ou aspectos, que julgo se colocarem entre o inconsciente do pesquisador e seu objeto de pesquisa, começarei com os acontecimentos mais recentes e que se referem à minha formação e práxis psicanalíticas. Do ponto de vista metapsicológico, entendo que o conceito de transferência, em suas inflexões, é o que melhor problematiza tais recentes experiências, assim como o conjunto de temas e problemas presentes no ensaio como um todo.

Parto de três situações, ou exemplos, que se colocam no âmbito do que entendo se enquadrarem no que procuro chamar de práxis psicanalítica.[1] A primeira delas diz respeito ao processo de formação de um analista, que como um mantra muitas vezes repetido, envolve análise pessoal, teoria e supervisão clínica. Exceto a análise pessoal, e isso não em todos os casos, o processo de formação exige algum tipo de relação com instituições - psicanalíticas, acadêmicas e outras -, que se diferenciam amplamente entre si. Em minha experiência tenho transitado por instituições de diversos tipos, e há algo que tem me feito pensar, ao longo de alguns anos, que é sobre que lugar elas ocupam, especialmente as psicanalíticas, quanto à problemática da dominação e da emancipação.

[1] Tais situações não se referem ao que em psicanálise se nomeia como “casos clínicos”. Trata-se tão somente de experiências advindas do processo de formação em psicanálise e da própria práxis psicanalítica, incluindo a atividade clínica.

A segunda experiência, que é política, institucional e clínica ao mesmo tempo, ocorreu em um coletivo que se dispunha a debater as relações entre antirracismo e psicanálise, mas também a realizar atendimento clínico aos interessades. Nesse espaço, um dos debates que vieram à tona envolvia a questão das mulheres negras. Questionou-se, coletivamente, sobre as possibilidades de mulheres negras falarem de seu sofrimento para homens brancos, categoria na qual julgo estar incluído. Tais debates, que foram sucedidos por uma rápida experiência clínica, vieram ao encontro de indagações teóricas que eu começara a fazer sobre racismo e psicanálise. É possível que na relação entre um analista branco e uma analisante negra a escuta apreenda a experiência do diferente em sua radicalidade, manifestada, inclusive, no próprio corpo?

Na terceira experiência, um homem jovem chega à primeira consulta, já então em um consultório particular, e diz que tem o diagnóstico de um transtorno, desses corriqueiros na contemporaneidade, que algum dia foi dado por um psiquiatra, do qual ele "não se lembra ao certo". Diz o jovem, branco e de classe média, que faz uso cotidiano de medicamentos para o referido transtorno, cuja receita costuma ser emitida sem grande dificuldade no mercado de diagnósticos. Esta pessoa, já em suas falas iniciais, parece tentar afirmar uma identidade, onde o apaziguamento do seu sofrimento depende de um medicamento, e onde a escuta de um analista talvez seja, imaginariamente, uma espécie de complemento frente a um diagnóstico previamente emitido pelo/a psiquiatra.

Essas três pequenas experiências, que ocorreram em um espaço de tempo relativamente curto, surgem, em meu entendimento, de um campo que proponho nomear de *práxis psicanalítica*. Mas elas servem, ao mesmo tempo, como ponto de partida para uma problematização daquilo que entendo estar no âmago da ideia original de Teoria Crítica: a dominação. Tais situações, que também se referem ao processo de formação do analista, revelariam uma experiência social que diz respeito não apenas à demanda, ou ao imaginário do sujeito, mas que faz questionar, também teoricamente, o próprio conceito de inconsciente. Essas três experiências aqui rapidamente mencionadas servirão como um pano de fundo, ou ponto de partida, para a problematização deste trabalho, que se pretende predominantemente teórico. Ao longo do trabalho apenas esporadicamente eu voltarei a falar sobre as experiências acima mencionadas, mas elas estarão presentes, por vezes nas entrelinhas, ao longo do texto.

O autor desta pesquisa começou a ler sobre Teoria Crítica no início da década de 1990, ainda no curso de graduação em filosofia. Desde então, entre encruzilhadas,

intervalos, negações e experiências, pesquisou, ensinou e publicou diversos trabalhos no campo da teoria social contemporânea, com ênfase em teoria social crítica. Neste relativamente longo período julgo não ter me especializado em um autor, como é corrente nos estudos acadêmicos em filosofia, mas na maior parte do tempo me dediquei a investigações sobre transformações da sociedade contemporânea. Na pesquisa que aqui proponho, problemas sobre tais transformações não desaparecem, mas irão dialogar com questões específicas da psicanálise.

Se, por um lado, a investigação aqui proposta se ancora em algumas experiências recentes no terreno de uma práxis psicanalítica, por outro lado, o ensaio metapsicológico aqui apresentado traz uma história cujo marco inicial é o livro *Modernidade e Dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea* (Camargo, 2006 a). Este livro, originariamente concluído em 2001 como uma dissertação de mestrado em sociologia, trazia a hipótese de que uma das formas de abordar o pensamento de Theodor W. Adorno era tentando compreendê-lo como uma teoria da dominação. Lá ficaram, entretanto, uma ou várias lacunas argumentativas: uma delas, o papel de Freud e da psicanálise para esta teoria.

Na pesquisa de mais de duas décadas atrás sobre Adorno, tentei cumprir uma tarefa inicialmente pretenciosa: apresentar este pensador, e em certa medida Adorno e Max Horkheimer, como balizadores, na teoria social contemporânea, de uma problemática depois tratada por pensadores tão distintos como Jürgen Habermas, Michel Foucault e Fredric Jameson. Entendo que em acepção acadêmica a pesquisa agora realizada é em parte uma decorrência daquela, em um aspecto antes reprimido, que é a postulação da psicanálise, e de sua experiência, como algo que faz parte da Teoria Crítica.

A Teoria Crítica traz como uma de suas definições mais amplamente aceitas o fato de ser uma teoria orientada para a emancipação. Que sentido tem a emancipação para os campos da política e/ou da psicanálise não é algo simples de ser respondido. O interesse emancipatório só faz sentido, conforme entendo, se reconhecemos que ele se opõe a alguma situação de dominação, poder ou injustiça. Se a ideia de emancipação percorre a maior parte dos autores (as) que se reivindicam pertencer a este campo, apenas uma pequena parcela deles enfatiza o conceito de dominação. A ênfase neste último conceito se dará nesse trabalho a partir de uma opção teórica do pesquisador.

Postulo aqui como hipótese que uma clínica psicanalítica referenciada por uma teoria social crítica sempre irá lidar com um tensionamento entre inconsciente e

experiência social. Isto aparecerá, ao longo do texto, em visões tão distintas sobre a psicanálise como em Theodor Adorno e Axel Honneth, autores centrais ao longo da argumentação. Ao propor refletir sobre o que é uma práxis psicanalítica emancipatória, entendo por práxis a junção de teoria e prática. A prática, em sentido estrito, se refere a atuação clínica, àquilo que define um analisa, mas também se refere às relações entre o psicanalista e a cultura de uma forma mais ampla. Sobre o que é a emancipação, a partir do olhar da psicanálise, não tenho a pretensão de apresentar uma resposta, mas no ensaio que segue buscarei problematizar sobre diferentes ângulos a contraposição entre dominação e emancipação.

O trabalho aqui apresentado possui um duplo movimento: ele busca indagar que contribuição pode ter uma teoria crítica para a psicanálise, e de outo lado, qual o lugar da psicanálise na Teoria Crítica.[2] Em setembro de 2023 pesquisadores do *Instituto de Pesquisa Social* estiveram reunidos para debater o futuro (e o passado) da Teoria Crítica, nas comemorações dos 100 anos de fundação do *Institut für Sozialforschung* [3], lançando logo após um manifesto (IFS, 2023) refletindo o estado atual, e os propósitos, dos pesquisadores da chamada Escola de Frankfurt, hoje espalhados pelo mundo. O texto aqui apresentado em certo sentido busca se somar aos propósitos enunciados em tal manifesto, notadamente o esforço para o fortalecimento de produção de uma teoria social com finalidade emancipatória. O impulso e sustentação desta teoria passa pela sustentação do olhar de que a psicanálise, em seus aspectos teóricos e clínicos, tem papel fundamental para este projeto. Por outro lado, embora concordando com o propósito geral dos pesquisadores lá reunidos, busco contribuir, de forma reflexiva no campo da teoria, para pensar algumas lacunas que talvez lá estejam presentes: a principal delas, talvez possa sugerir quanto ao que diz respeito às peculiaridades que envolvem a experiência social daqueles que vivem no Sul Global.

No que segue apresento cinco capítulos refletindo sobre diferentes momentos, contextos e autores que me advieram como relevantes para pensar psicanálise, dominação e emancipação. Haverá um privilégio e uma ênfase para os pensadores da chamada Escola de Frankfurt, mas o horizonte de uma teoria social crítica se coloca de uma forma mais ampla, contemplando psicanalistas e autores que de algum modo contribuem para a ideia

[2] A expressão Teoria Crítica iniciando com letras maiúsculas fará referência, ao longo do trabalho, aos autores que compõem a história do *Instituto de Pesquisa Social*, e que comumente são conhecidos aqui no Brasil como integrantes da chamada Escola de Frankfurt. O que o autor entende por Escola de Frankfurt está em diversos de seus trabalhos, como: Camargo (2006 a; 2006 b; 2017).

[3] Institut für Sozialforschung: https://www.ifs.uni-frankfurt.de/institute.html

de emancipação. Ao longo do texto também se destaca o conceito de experiência, ou experiência social, que se por um lado, não será contemplada com uma definição rigorosa, por outro lado, ajudará a problematizar o que mais comumente é abordado como a relação entre psicanálise e cultura.

No primeiro capítulo abordo os primórdios das tentativas de aproximação entre Marx e Freud, com ênfase para Wilhelm Reich e as clínicas públicas. No segundo capítulo eu privilegio um dos pensadores da primeira geração da Teoria Crítica, Theodor Adorno, para pensar sobre a relação entre dominação e psicanálise. No terceiro capítulo busco tensionar a problemática entre psicanálise e emancipação olhando para as contribuições de gerações posteriores do *Instituto de Pesquisa Social*, com ênfase para a obra de Axel Honneth. No quarto capítulo problematizo aspectos de uma teoria e prática psicanalítica que entendo serem ainda pouco analisadas pela Teoria Crítica, em especial a problemática do racismo. No quinto e último capítulo busco retomar algumas das questões anteriores, tecendo alguns comentários mais conclusivos, com ênfase nos conceitos de capitalismo e emancipação.

Todos os capítulos são curtos. São cinco breves ensaios a comporem um longo e único ensaio, que busca ter como referência a obra de Freud, mas com intervenções sobre Winnicott e Lacan. Ao leitor/a pode parecer em alguns momentos que estou passando muito rapidamente, senão superficialmente, por alguns temas e conceitos de grande complexidade. Ocorre que fiz uma escolha de escrita: diante uma bibliografia já muito extensa sobre a relação entre psicanálise e teoria crítica; a psicanálise na obra de Adorno; psicanálise e racismo etc., entendi que um ensaio mais panorâmico, trazendo diferentes modulações de um problema, poderá, quem sabe, trazer contribuições, especialmente para os/as colegas pesquisadores mais jovens, que poderão se interessar e talvez dar desdobramentos para algumas das indagações aqui propostas.

1. O freudomarxismo e as clínicas públicas

A dominação, o poder e a injustiça, se justificam enquanto um problema, entre outras razões, a partir do momento em que seus efeitos são enunciados por aqueles que de algum modo os sofrem. Tal sofrimento é apreensível na escuta clínica, como em muitas outras circunstâncias. Neste trabalho haverá uma ênfase no primeiro destes conceitos, o de dominação. Ao mesmo tempo, há que se perguntar por que tal problema é relevante para a teoria psicanalítica. Uma das sugestões aqui propostas é de que haveria entre psicanálise e marxismo, entre várias aproximações possíveis, algo que diz respeito a noção de sujeito. E ao falarmos de sujeito, se coloca ao mesmo tempo o oposto da dominação, que é a emancipação. Para a psicanálise a existência ou relevância de algo tal como o sujeito parece não ser unânime no interior do próprio campo psicanalítico, nesse sentido, o trabalho que segue terá como um ponto de referência, quando falar de sujeito, a noção de sujeito do inconsciente, tal como apresentado por Lacan em seu *Seminário 11* (Lacan, 1964/1988).

Aquilo que pela primeira vez aproximou psicanálise e marxismo, ou, psicanálise e Teoria Crítica,[4] foi a manifestação objetiva da dominação capitalista em um determinado momento histórico e, acrescentaria, em circunstâncias geopolíticas bastante específicas. Refiro-me aqui ao contexto europeu pós-Primeira Guerra Mundial no qual a obra freudiana começa a ganhar corpo concomitante a uma determinada etapa da história do capitalismo. A narrativa sobre tal período chega a ser cansativamente repetida: a ascensão do stalinismo após 1924, e suas consequências planetárias, assim como a ascensão do fascismo e suas variáveis. Hoje sabemos, após alguns esforços recentes para reconstruir a história da psicanálise, que há aspectos até então pouco explorados sobre essa história (Danto, 2019; Gabarron-Garcia, 2023). Um desses aspectos é que havia durante a década de 1920 uma forte afinidade entre Freud, e parte considerável de seus discípulos, com o campo do marxismo. Esta afinidade se manifestou de diferentes formas

[4] Ao longo do trabalho eu tento usar a expressão Teoria Crítica, iniciada com letras maiúsculas, quando estiver falando dos pensadores de algum modo relacionados ao *Instituto de Pesquisa Social*, que ficaram conhecidos como Escola de Frankfurt. Uso esta última expressão, assim como frankfurtianos, muito mais por uma questão de facilidade de compreensão do que por entender que tenha de fato existido algo que se possa chamar de "Escola". Uso a expressão teoria crítica, com letras minúsculas, para me referir a um espectro mais amplo de teorias, que não necessariamente de matriz frankfurtiana. Também aponto tais distinções em um trabalho anterior: (Camargo, 2017).

e se refere tanto à dimensão da clínica psicanalítica, como aos desdobramentos da metapsicologia freudiana.

Do ponto de vista histórico a famosa conferência de Freud no Congresso de Budapeste em 1918 (Freud, 1919/2010) encontrou repercussão concreta na formação das clínicas públicas, primeiramente em Viena e depois em vários outros países europeus onde a psicanálise já estava constituída em grupos e associações (Danto, 2019). O preceito básico da ideia das clínicas púbicas é bastante nítido do ponto de vista político: tornar o tratamento psicanalítico acessível a uma parte da população, no caso a sua maioria, que não pode pagar pelo tratamento. Não é preciso ser sociólogo para se perceber que há nessa ideia um claro componente de classes sociais, isto é, para usarmos o conceito mais adequado para aquele momento histórico, o proletariado deveria ter acesso à psicanálise, tanto mais em um contexto em que o sofrimento psíquico da população estava diretamente relacionado aos efeitos do capitalismo, como a guerra, a fome e a desesperança.

A colaboração entre psicanálise e marxismo também se referiu à aproximação entre o círculo de psicanalistas que atuava na Alemanha e os integrantes do *Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt*. Estes, ao longo da década de 1930, recorreram crescentemente à psicanálise na realização de suas pesquisas empíricas e teóricas. E o que estava como pano de fundo destas pesquisas era a relação entre sujeito e modernidade. Tal relação se refere também aos questionamentos que se fazem à ciência moderna na passagem do século XIX ao século XX, na qual também se insere a psicanálise como campo do saber. Desde logo, cabe dizer que há um problema, sobre o qual voltarei mais adiante, que é a distinção entre o sujeito da ciência e o sujeito da psicanálise. De qualquer modo, o problema sobre sujeito e modernidade por volta de 1920 estava também colocado no campo do marxismo,[5] como um problema que comumente se associa ao que podemos chamar de filosofia da consciência, enquanto para Freud o conceito de sujeito não advinha como um problema explícito para a psicanálise.

O que caracteriza muito fortemente a relação entre marxismo e psicanálise no período de 1920 a 1934[6] é em grande medida o próprio conceito de proletariado, enquanto

[5] Refiro-me a um problema que estava colocado não necessariamente com o uso explícito desses conceitos, especialmente o de modernidade, que entendo ter se tornado amplamente usado nas Ciências Humanas somente após a década de 1960.

[6] Esta periodização que proponho pode parecer arbitrária, mas se refere ao percurso e declínio tanto da proposta de clínicas públicas, quanto às mudanças nas posições teóricas de Freud sobre política e história. Também diz respeito a um período de experimentações entre marxismo e psicanálise que encontrará igualmente como obstáculo a ascensão do nazifascismo ao poder. Esta periodização foi também antes usada por Rouanet (1986).

classe, que reproduz sob a forma de neuroses e recalques individuais, o processo de dominação que toma forma na totalidade do processo histórico. A grande pergunta que marca o campo dos intelectuais e ativistas de esquerda nesse período é o porquê a maior parte da população se vê impossibilitada de alterar relações de opressão e injustiça das quais ela própria paga o preço. Trata-se, portanto, de algo que em princípio diria respeito à consciência dos indivíduos. Nas primeiras interlocuções entre Teoria Crítica e psicanálise é possível identificar a questão da autoridade, e depois da internalização da dominação, como dois eixos em torno dos quais girava principalmente o interesse dos frankfurtianos, embora tais questões já estivessem presentes para Wilhelm Reich antes deles, desde os anos 1920.

Há toda uma tradição do marxismo que desde o início dos anos 1920 buscou compreender o fenômeno da dominação, e sua historicidade, adotando como referência primeiramente as teses marxianas sobre o fetichismo da mercadoria, que assumiram um novo status a partir do conceito de reificação de Georg Lukács desenvolvido em *História e Consciência de Classe*, obra publicada pela primeira vez em 1923 (Lukács, 1986). Ocorre que para o freudomarxismo,[7] e depois para a Teoria Crítica frankfurtiana, o fenômeno da dominação capitalista foi-se tornando algo que precisava ser explicado não apenas como algo relativo à consciência, mas o psiquismo humano, também dotado de alguma irracionalidade, revelava que a dominação também se expressa enquanto uma forma de "colonização" do inconsciente.

Já que mencionei aqui o conceito de colonização, um termo pouco usado naquele contexto histórico, cabe lembrarmos que a contextualização psicanalítica inicial que problematiza esta pesquisa possui como referência situações clínicas e sociais que, em um primeiro olhar, dizem respeito às formas de dominação atualmente não mais explicáveis por categorias tal como proletariado,[8] como há um século atrás, visto que, tanto as condições históricas em torno dos quais pensar as classes sociais teriam se alterado, como as demandas sociais que evidenciam lutas por reconhecimento se alteraram, pelo menos sob a ótica de uma parte da teoria social contemporânea.[9]

Tal digressão se refere ao fato de que, no contexto europeu dos anos 1920, as formas sociais de dominação do capitalismo tardio eram mais claramente evidentes, ao

[7] Uso a expressão freudomarxismo a partir do sentido atribuído a ela por Robinson (1971).

[8] Para reflexões sobre o conceito de proletariado tomo a licença de remeter o leitor para a interpretação que propus da obra de André Gorz quanto às modificações que se processam no mundo do trabalho, em nível capitalista global, a partir de meados da década de 1970 (Camargo, 2006 c; 2011).

[9] Retomo esta temática no capítulo quarto, adiante.

menos na letra daqueles que ao vivenciarem também narram esta história. Eles/as se referiam a desigualdades sociais, e a antagonismos da sociedade, onde questões raciais e coloniais raramente apareciam como uma preocupação clínica e política, e questões de gênero apareciam de forma marginal em comparação com a ênfase no antagonismo de classes. Por outro lado, no caso de Reich, a sexualidade como uma preocupação que percorre toda a sua biografia[10], trazia à tona questões importantes para a posição social das mulheres, tanto mais quando vem à tona em suas pesquisas o problema da família e o modo como essa se posiciona como uma espécie de veículo reprodutor da dominação e da ideologia burguesa.

O contexto histórico e intelectual inicial que demarca a aproximação entre Teoria Crítica e psicanálise é o das tentativas de aproximação de Marx e Freud. Um pioneiro desta tentativa de aproximação foi o psiquiatra e psicanalista austríaco Wilhelm Reich que antecipou questões que seriam também tratadas, poucos anos mais tarde, no contexto da Escola de Frankfurt, por Erich Fromm, Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Sucintamente, a questão central, tanto para Reich como para os pesquisadores do *Instituto de Pesquisa Social* é a relação entre inconsciente e sociedade. Para Reich, o aparelho psíquico, as neuroses individuais, não podem ser entendidas, enquanto expressão de uma economia libidinal, como algo separado das condições sociais e históricas que dizem respeito à crítica da economia política. Os processos de formação do Eu, e notadamente do caráter, estão para ele não apenas acompanhados por um papel determinante do Supereu, mas a questão mais fundamental diz respeito ao papel da libido na relação entre indivíduo e sociedade.[11] Para Reich a teoria pulsional de Freud pode e deve ter uma dimensão também emancipatória. Em sua linguagem do período, uma dimensão revolucionária. Para Reich a pulsão sexual tem um potencial transformador, não só do indivíduo, mas também da sociedade. Por esse motivo, em sua ótica, Freud estava correto em sua primeira dualidade pulsional, a dualidade entre pulsões de autoconservação e pulsões sexuais (Freud, 1915/2015), se opondo a dualidade entre pulsão de vida e pulsão de morte apresentada por Freud a partir de 1920 em *Além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/2010). Sem nos determos nos elementos, embora

[10] Interessa-me quanto à obra de Reich especialmente o período que vai até meados da década de 1930. A trajetória intelectual de Reich é bastante complexa e repleta de intensidades. Quanto à sua trajetória me baseio principalmente em Rouanet (1986), Robinson (1971), Marin (2022), Gabarron-Garcia (2023), Rycroft (1971).

[11] A noção de "caráter" aparecerá nos debates da Escola de Frankfurt praticamente em todos os seus expoentes ao longo da década de 1930, especialmente quanto às tentativas de compreensão do fascismo. Para Reich esse já era um conceito central, assim como será depois para Fromm e Horkheimer.

importantes, presentes em Reich quanto à teoria pulsional, é cabível uma primeira aproximação quanto ao tipo de *experiência* a que ele se refere quando fala de libido e sociedade:

> Traduzida em sociologia, a tese fundamental de Freud – a da significação do complexo de Édipo para o desenvolvimento do indivíduo – significa apenas que a existência social determina este desenvolvimento. As disposições e as pulsões humanas, formas vazias prontas a receber conteúdos sociais, passam pelos determinismos (sociais) das relações com o pai, a mãe, os professores, e só então adquirem a sua forma e o seu conteúdo definitivo (1977, p. 95).

Entendo que aqui a junção entre materialismo dialético, ou teoria social, e psicanálise, fica muito evidente. Embora nesta citação, como de resto no conjunto do livro de Reich *Materialismo Dialético e Psicanálise*,[12] o conceito de experiência não apareça como operador argumentativo, ao apontar a "existência social" como algo determinante para a formação do psiquismo, portanto, a formação do próprio inconsciente, a pergunta que nos colocamos se refere a que tipo de experiência está implicada nesta existência social que antecederia à própria disposição pulsional. Claramente, Reich está falando do processo histórico, entendido em termos materialistas marxianos, como aquilo que possibilita o conteúdo de uma forma ainda vazia. Em um certo sentido, o freudomarxismo de Reich coloca indagações que serão retomadas nas posições diferenciadas de outros pensadores da Teoria Crítica.

A trajetória de Reich como psicanalista e militante não é importante apenas pelo pioneirismo na tentativa de junção de Marx e Freud, movimento que uma década depois de seus primeiros esforços será empreendido por vários outros pesquisadores, especialmente os do *Instituto de Pesquisa Social*. Reich é também importante, para o problema dessa pesquisa, porque ele lidou com a teoria e a clínica de forma concomitante, e mais do que isso, com uma forma específica de clínica. Como um contraste, lembremos do que diz Marcuse na Introdução de *Eros e Civilização*:

[12] Esta obra foi originalmente publicada em 1929 e demarca a fase do que podemos chamar de o "Jovem Reich". Utilizo aqui a tradução portuguesa (Reich, 1977).

> A finalidade do presente ensaio é contribuir para a filosofia da psicanálise – não para a psicanálise em si. Move-se exclusivamente no terreno da teoria e mantém-se fora da disciplina técnica em que a psicanálise se converteu (1999, p. 24).

O freudomarxismo de Reich, antes e diferentemente das intenções de Marcuse, teve o sentido de um engajamento prático quanto ao modo de lidar com a técnica psicanalítica. Embora Reich tenha ficado conhecido também por suas contribuições na análise do fascismo, que em parte decorria de sua teoria do caráter (Rouanet, 1986), havia no escopo de seus esforços a relação cotidiana com pacientes que traziam os mais variados sofrimentos psíquicos. E segundo Reich, sofrimentos subjetivos que estavam diretamente relacionados com as condições sociais vivenciadas por tais indivíduos, especialmente mulheres, crianças e adolescentes.

Os relatos biográficos sobre Reich mostram o como ele foi inicialmente apreciado por Freud, e mais tarde colocado sob suspeição, para dizer o mínimo. Pertencente a uma segunda geração de freudianos, e tal como Ferenczi, esteve particularmente ocupado com as questões que diziam respeito a técnica, e explicitamente ou não, ao conceito de transferência. Do ponto de vista teórico, e como um background de seus demais desenvolvimentos, estava a defesa da primeira teoria libidinal freudiana, assentada fundamentalmente em um conflito pulsional. Pode-se dizer que é a partir dessa dualidade pulsional que Reich irá construir a sua contribuição peculiar para a clínica psicanalítica; uma clínica fortemente concentrada na ideia de genitalidade, e no privilégio desta na constituição psíquica dos indivíduos.

A recusa de Reich da noção de pulsão de morte de Freud é provavelmente um dos pontos cardeais de um longo e tortuoso caminho que coloca em confronto diferentes gerações de pensadores que pensam sobre a relação entre teoria crítica e psicanálise, até em versões mais recentes, como a de Axel Honneth. Segundo Marin:

> O problema colocado pela pulsão de morte diz respeito ao processo dialético que deve ser, por definição, orientado na direção da transformação e da emancipação. Reich compreende a pulsão de morte freudiana como uma tendência à inatividade e à passividade, que não é compatível com essa dinâmica de mudança. Segundo ele, a pulsão de morte, que releva uma função adaptativa e reduz todo o caráter conflitual ao nada, não poderia, com efeito, ser a base de um processo de emancipação (2022, p. 80).

Há de fato diversas divergências entre as posições de Reich com Freud, assim como dos teóricos críticos quanto à pulsão de morte. Também o complexo de Édipo será problematizado por Reich (Marin, 2022, p. 84) que irá historicizá-lo. De outro, o que me parece crucial do ponto de vista da clínica, é a própria constituição da neurose. A partir da distinção freudiana entre psiconeuroses e neuroses atuais, Reich irá se concentrar no fenômeno das neuroses atuais, as quais estariam diretamente relacionadas à vida sexual dos adultos que chegam até a clínica exibindo formas de sofrimento que, segundo ele, estariam associadas ao campo da genitalidade, ou, ao que mais tarde esteve diretamente associado ao nome de Reich, a possibilidade do orgasmo. A questão da genitalidade para Reich, e sua predileção pelo que Freud em sua primeira tópica chamou de neuroses atuais foi resultado, em grande medida, de sua atuação nas clínicas públicas.

Em seu estilo de clínica, mais do que os conflitos decorrentes da sexualidade infantil, incluindo as fases pré-edípicas,[13] estaria em questão a impossibilidade de os indivíduos viverem integralmente as suas pulsões sexuais em decorrência dos osbstáculos advindos da cultura e de uma sociedade repressiva. A família patriarcal e a dominação capitalista, por mecanismos diversos, colocavam dificuldades à plena realização orgástica dos indivíduos, possibilitando sintomas e marcas que se evidenciam muito frequentemente em seus corpos. A relação entre sexo e política, torna-se assim para Reich a marca do que deveria ser a preocupação de uma psicanálise emancipatória.

No rastro do freudomarxismo, Eric Fromm foi certamente o mais destacado membro do *Instituto de Pesquisa Social*, em suas origens, a se ocupar com a aproximação entre psicanálise e teoria social. A questão colocada por Fromm é também a da relação entre pulsões e sociedade (Rouanet, 1986; Jay, 2008). Trata-se, como para Reich, de uma historicização dos conceitos metapsicológicos freudianos, mas diferente deste, Fromm busca transpor do indivíduo, em sua singularidade, para a sociedade, os conceitos da psicanálise, propondo que esta possibilitaria ajudar-nos a compreender, e transformar, a sociedade em suas diversas aparições, dentre as quais aquela em que Fromm mais se deteve no início dos anos 1930, a família, que traz à tona o conceito de autoridade, tema que era o centro das pesquisas realizadas no *Instituto de Pesquisa Social* durante os anos 1930. Para Fromm era prioritário pensar-se sobre as questões de determinação recíproca entre psique e sociedade. Nas palavras de Rouanet, para Fromm:

[13] Tema que havia sido abordado extensamente, por exemplo, por Karl Abraham no início dos anos 1920.

> A estrutura pulsional é modelada pelas constelações socioeconômicas – num caso, essas constelações enfatizam a dimensão revolucionária, e no outro, a dimensão conservadora do conflito infantil – mas o aparelho psíquico, assim modificado, reage sobre a sociedade, num sentido conformista ou contestador. Ao mesmo tempo, contém o embrião de um dos temas mais importantes de Fromm, que é a ideia que a estrutura libidinal típica de uma sociedade não é um fato contingente, mas é socialmente necessária, e depende das relações vigentes de poder (Rouanet, 1986, p. 52-3).

A constatação de que a vida psíquica dependa de um contexto histórico em que predominam determinadas relações de produção, neste caso capitalistas, se mostra como um argumento geral, de origem materialista, que aproxima Reich e Fromm, como de resto, a primeira geração de frankfurtianos. Há, por outro lado, significativas variações de leituras de Freud que ocorrem a partir deste acordo geral. A questão do caráter, e, portanto, de compreensão do fascismo, assim como a própria relação entre psicanálise e sociedade, ou a função social da psicanálise, aponta para diferenciações entre eles.[14] Diferenças estas que se refletem no próprio horizonte da prática clínica. Enquanto Reich sustenta a centralidade da teoria da libido para uma psicanálise emancipatória, Fromm transforma as questões pulsionais em culturais, tal como Karen Horney, o que como veremos adiante será um dos elementos centrais da crítica de Adorno ao chamado revisionismo. Importante destacar, desde logo, que ambos os psicanalistas, de origem marxiana, expressam diferenças que dizem respeito não apenas à metapsicologia freudiana, mas diferenças que têm uma incidência também sobre o como compreenderiam a emancipação e o tipo de experiência que está envolvida na práxis psicanalítica.

Afirmar que a vida psíquica tem uma base histórica, ou socioideológica, parece mais ou menos óbvio para o freudomarxismo. Ocorre que as interpretações sobre a história podem ser tão divergentes quanto as interpretações sobre a teoria das pulsões, mesmo no campo dos herdeiros do hegelianismo. Ambiente, sociedade e cultura, são termos polissêmicos, que podem dizer respeito a diferentes conceituações, que se referem ao conceito de experiência de formas muito diferenciadas.[15] Assim sendo, já em Reich e

[14] Conforme Paulo Yamawake: "O principal conceito psicanalítico que organiza a compreensão da influência socioeconômica na dinâmica das pulsões, bem como o comportamento que resulta dela e a influência da manutenção do processo econômico é o conceito de caráter" (Yamawake, 2020, p. 133). Embora o autor esteja falando no texto sobre Horkheimer, a frase acima, entendo, se refere igualmente ao estatuto deste conceito para Reich e Fromm.

[15] Um amplo e aprofundado estudo sobre o conceito de experiência na história de filosofia é a obra de Martin Jay *Cantos de Experiência* (2009). Ainda assim, haveria várias outras aberturas de compreensão

Fromm encontramos esta tensão entre as dimensões da experiência individual e da experiência social, que talvez não se resolva pela mera repetição, enquanto definição, dos conceitos de *Erlebnis e Erfahrung*.

Ainda no terreno do freudomarxismo, Marcuse já havia dito que uma Teoria Crítica, ou a emancipação, se refere desde Marx a uma passagem da filosofia para a teoria social (Marcuse, 1984), e acresceríamos aqui, seguindo os rastros deixados por Reich; em colaboração com a psicanálise! Herbert Marcuse, ao lado de Adorno e Horkheimer, representa o núcleo central da chamada primeira Teoria Crítica, marcada pela herança da tradição dialética[16] e pelo que alguns denominam filosofia da consciência, isto é, a compreensão do conhecimento a partir da relação entre sujeito e objeto.

O distanciamento de Fromm da Escola de Frankfurt ocorreu em grande medida pelas discordâncias que ele despertou em Adorno e Marcuse. O primeiro ponto desta discordância se deve ao abandono da teoria libidinal, e o segundo, entre outros, é a recusa de Fromm do novo tipo de dualidade pulsional apresentada por Freud na segunda tópica: a dualidade de pulsões sexuais (*Eros*) e pulsão de morte (*Tânatos*). Enquanto Marcuse e Adorno entendem que a pulsão de morte se torna algo cada vez mais central para a compreensão dos indivíduos modernos no capitalismo tardio, Fromm se distanciara da própria teoria pulsional, para adentrar em uma teorização em que os processos de interação social, antes do que os conflitos pulsionais, adquiririam centralidade na formação da vida psíquica, transformando-se ela em algo determinado não pelo conflito pulsional, mas pela ambientação cultural que reprime a livre manifestação do indivíduo. A liberdade ocorreria na medida em que tal indivíduo diminui o impacto deste conflito entre o Eu e a sociedade, servindo o processo terapêutico, que já não seria mais uma práxis *psicanalítica*, como o catalisador de uma busca de felicidade, de cura, nos marcos da sociedade existente.

Fromm se tornou psicanalista sem ser médico e trouxe para dentro do *Instituto de Pesquisa Social* esta experiência que outros não possuíam, grande parte deles sequer como analisantes.[17] Mesmo Horkheimer, que atribuía enorme importância para as

---

do conceito de experiência em campos específicos do conhecimento, como na própria psicanálise, ou mesmo na sociologia.

[16] Axel Honneth (1996) empreende uma história da Escola de Frankfurt na qual separa o que chama de "Círculo interno" do "Círculo externo" do *Instituto de Pesquisa Social*. Fromm, Marcuse, Adorno e Horkheimer representariam, entre outros, este círculo interno.

[17] Muito tempo depois de seu afastamento do *Instituto de Pesquisa Social*, Fromm irá polemizar com Marcuse, já então o mais "popular" dos frankfurtianos e com várias obras escritas sobre Freud e a psicanálise, onde Fromm diz que Marcuse fora um "filósofo da psicanálise", algo que em grande medida colocaria limites aos seus posicionamentos quanto ao terreno da teoria psicanalítica (Fromm, 1989, p. 247).

contribuições de Freud, só fez análise por um curtíssimo período. A relação da psicanálise com a Teoria Crítica nos inícios do pensamento frankfurtiano dizia respeito muito mais a como ela é um saber que colabora para a compreensão do tempo histórico presente, a partir do momento em que este presente é também resultado dos sujeitos que o constitui. Naquele contexto, no início dos anos 1930, começou a se constituir entre os frankfurtianos uma profunda desconfiança quanto aos resultados da ação do proletariado enquanto sujeito coletivo potencialmente transformador da realidade. A prática clínica em sentido clássico, individualizado, jamais parece ter sido uma prioridade para os frankfurtianos, mais do que isso, essa prática será até mesmo questionada alguns anos mais tarde. É nesse sentido que o pensamento de Fromm, que também mostrava uma boa formação em sociologia, irá se tornar em uma psicologia social, que acabou ficando conhecida na história da psicanálise como parte do revisionismo freudiano.

As informações biográficas e históricas sobre o papel de Fromm no *Instituto de Pesquisa Social* em geral enfatizam, em primeiro lugar, a importância que ele teve no trabalho sobre autoridade e família realizada junto com Horkheimer, não havendo muitas referências sobre o como se dava a sua prática clínica. Sabe-se que em Frankfurt havia forte colaboração entre psicanalistas e pesquisadores do *Instituto de Pesquisa Social*. Joel Whitebook (1996, p.1) menciona o curioso fato de que em 1929 o *Instituto de Psicanálise de Frankfurt* ocupava o mesmo prédio do *Instituo de Pesquisa Social*, indicando a estreita proximidade que existia entre esses grupos de intelectuais.[18] A estreita relação entre os psicanalistas de Frankfurt e o *Instituto de Pesquisa Social* também possibilitou que pela primeira vez a psicanálise ocupasse espaço dentro de uma universidade, fato que era muito animador para a comunidade psicanalítica, inclusive para o próprio Freud, que escreveu para Horkheimer agradecendo pela colaboração:

> Inaugurado em 16 de fevereiro de 1929 o Instituto Psicanalítico de Frankfurt tornou-se a primeira organização confessadamente freudiana a se ligar, ainda que indiretamente, a uma universidade alemã. Manteve também uma ligação frouxa com Horkheimer e seus colegas, que tinham ajudado o novo "instituto convidado", como o chamavam, a obter aprovação universitária. O próprio Freud escreveu duas cartas a Horkheimer para expressar sua gratidão (Jay, 2008, p. 135).

[18] Conforme, igualmente: Danto (2019, p. 273).

Fromm possuía certas afinidades com Ferenczi no que diz respeito ao conceito de transferência e à técnica psicanalítica, enxergando as relações entre analista e analisante de uma forma menos "fria" (Adorno, 2007 a, p. 65) do que o próprio Freud, e antecipando em certa medida aspectos quanto as subjetividades dos sujeitos, e suas interações, que serão importantes várias décadas depois para a visão de psicanálise de Axel Honneth, como veremos no terceiro capítulo.

Se nas análises históricas de Reich não ficava ainda muito nítido sua perspectiva do capitalismo sob a ótica de outros campos do saber, como a filosofia e a sociologia, o tempo histórico como objeto de análise será bem mais amadurecido pela primeira geração da Teoria Crítica. Já em Fromm isto estará visível. No interior do *Instituto de Pesquisa Social* desde o início da década de 1930, a compreensão do estágio do capitalismo era crucial naquele momento. No caso, a história do modo de produção capitalista, já que o materialismo histórico de Marx ainda era o ponto de partida fundamental para a compreensão do presente. As teses de Friedrich Pollock sobre o capitalismo de estado foram fundamentais para o amadurecimento do debate.

Por outro lado, havia, conforme entendo, uma espécie de déficit psicanalítico[19] no círculo da primeira geração. Adorno, Horkheimer e Marcuse, falavam da psicanálise a partir da filosofia, e não da clínica psicanalítica, muito menos ainda de suas próprias análises pessoais, posição distinta daquela de Reich nos anos 1920. De qualquer modo, embora não de uma forma muito explícita, Reich estava falando da internalização da dominação, tal como falarão os frankfurtianos, e especialmente Adorno, duas décadas depois.[20] Há algo curioso quanto a trajetória de Reich que são as menções a ele como uma espécie de intelectual que ficou louco, ou mesmo psicótico, sem o reconhecimento quanto à pluralidade de suas contribuições para a psicanálise. Por exemplo, aquelas sobre o corpo, que mais de quatro décadas depois, especialmente a partir de Foucault, se tornará um problema central para o pensamento contemporâneo. Mas, tal como em outros campos do saber, também na psicanálise entre os anos 1920 e 1930 haviam "os estabelecidos e os outsiders". Numa época histórica em que Stalin e Trotsky polarizavam a herança política do marxismo, nas entranhas do movimento psicanalítico Ernest Jones e Reich eram dois psicanalistas com posições bem opostas. O primeiro, com ajuda de Anna Freud (Gabarron

[19] A questão dos "déficits" da primeira geração do *Instituto de Pesquisa Social*, especialmente de Adorno e Horkheimer, tem uma certa ironia. Habermas se refere a eles como portadores de um déficit de normatividade, e Honneth fala de um déficit sociológico. Aqui estou acrescentando mais um "suposto déficit".

[20] Diga-se que Adorno nunca reconheceu a importância de Reich.

Garcia, 2023, p. 109) conseguiram expulsar Reich do campo psicanalítico alemão, do mesmo modo que o Partido Comunista se livrou dele justamente quando a Sexpol fazia grande sucesso, especialmente entre os jovens.

Se do ponto de vista de uma psicanálise politicamente engajada Reich e Fromm, com suas diferenças, são referências centrais na década de 1930, não podemos esquecer que as posições de Freud, também quanto ao que podemos chamar de relações entre psicanálise e política, trazem modificações que são complexas. Com *Além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/2010) houvera uma modificação na teoria pulsional freudiana que trouxe impacto inclusive entre os seus seguidores de esquerda; no caso de Reich e Fromm ambos eram refratários da noção de pulsão de morte. Já as posições de Freud no início dos anos 1930 trazem uma outra gama de posicionamentos que parecem afastá-lo da interlocução com o marxismo, quando Freud (1933/2013 b) irá se referir aos marxistas como estando ao lado dos defensores de uma "visão de mundo", o que não seria, para ele, o *telos* da psicanálise, cujo saber mais do que nunca deveria ser reivindicado como pertencente ao campo da ciência.

A questão da dominação, que só surgirá como uma teoria mais encorpada com Adorno e Horkheimer após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1930 já se configura como questão central para a Teoria Crítica, não apenas com os problemas da autoridade e do autoritarismo, mas cabe lembrar que um dos aspectos cruciais de *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (Horkheimer, 1937/1983) é o debate com a ciência moderna e sua apresentação sob a forma do positivismo. Nesse caso, a afirmação de Freud de que o marxismo é uma visão de mundo, na metade dos anos 1930, contrasta, nesse aspecto, com a visão crítica frankfurtiana que enxergava o legado científico da modernidade como uma parte inseparável da dominação capitalista. Ao mesmo tempo, a ascensão do nazifascismo irá alterar na segunda metade dos anos 1930 o destino da vida intelectual europeia, assim como o marxismo e a psicanálise, e muito fortemente das clínicas públicas (Danto, 2019). Não podemos desconsiderar que para psicanalistas como Reich e Fromm, e para filósofos como Horkheimer, o problema da autoridade era algo central a ser compreendido naquele momento histórico, e não por acaso as suas contribuições para análise do fascismo foram redescobertas em anos recentes no Brasil.

Pensarmos a relação entre psicanálise e emancipação na década de 1930 nos coloca frente a um cenário que não se refere apenas à Teoria Crítica de Frankfurt, na medida em que o freudomarxismo lidava com um cenário complexo, teórico e prático, quanto à herança do pensamento de Marx, ao mesmo tempo que com as constantes

"revisões" da teoria freudiana. Há que considerarmos que assim como Jürgen Habermas no final dos anos 1960 irá estabelecer com a psicanálise uma relação em que esta é apreendida principalmente quanto aos aspectos metodológicos, a partir dos quais haveria uma homologia entre psicanálise e Teoria Crítica, esta mesma aproximação, quanto aos aspectos metodológicos, já se fazia presente em Horkheimer, nos remetendo para a hipótese de haver uma estreita relação entre uma e outra. Para a Teoria Crítica, desde os seus primeiros trabalhos, a problematização do sujeito, e da relação entre sujeito e objeto, dizia respeito diretamente a uma problematização quanto a uma subjetividade ativa e/ou subsumida à reificação.[21] Por outro lado, a aproximação entre psicanálise e Teoria Crítica traz à tona a maneira com que ambas rechaçam o positivismo, apesar dos esforços de Freud em alinhar a psicanálise com a herança da ciência moderna. Segundo Rouanet, a psicanálise, hipoteticamente, também é por si mesma uma forma de teoria crítica:

> O pensamento psicanalítico é exemplo privilegiado de crítica imanente. Sua matéria é o particular, o "detrito da observação", o que é negligenciado pela ciência oficial: uma tosse, um lapso, um sonho. Do mesmo modo que a teoria crítica não descarta a ideologia, a psicanálise não descarta a ilusão, porque, enquanto expressão de desejo, a ilusão nunca é inteiramente falsa, remetendo sempre a algo que a transcende (Rouanet, 2003, p. 136).

Ainda quanto ao contexto histórico, no caso de Fromm a sua colaboração com Horkheimer foi bastante significativa nos estudos sobre autoridade e família.[22] Fromm parte, inicialmente, das elaborações de Freud sobre o sadomasoquismo para tentar compreender o caráter da personalidade autoritária. Nos "estudos sobre autoridade e família" contudo, a atividade intelectual de Fromm é em grande medida a de um sociólogo, antes do que um pesquisador psicanalítico, na medida em que a pesquisa realizada consistia na aplicação de questionários que eram analisados com base em uma certa tipologia, sendo que esta havia sido construída levando-se em consideração as caracterizações freudianas sobre o caráter (Jay, 2008). Assim como outros pensadores da

[21] O tema da reificação está presente no próprio texto de Horkheimer de 1937, como em outros do período, como é o caso de *O Fetichismo na Música e a Regressão na Audição* de Adorno (1983). Enfatizo a importância do conceito de reificação para a Teoria Crítica em *Modernidade e Dominação* (2006 a) e problematizo sua tentativa de atualização em um artigo que analisa a obra *Reification* (2008) de Axel Honneth (Camargo e Souza, 2012).

[22] O texto de Horkheimer "Autoridade e Família" traduzido para o português (Horkheimer, 1990), é um dos capítulos da obra publicada em 1936 sobre o tema, onde há a colaboração de Fromm em um trabalho coletivo do *Instituto de Pesquisa Social*.

Escola de Frankfurt, Fromm parte da obra de Freud *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921/2016 b) como referência para pensar a autoridade.

Reich e Fromm, assim como os demais pensadores da primeira geração de frankfurtianos, adotaram este ensaio de Freud de 1921 como um marco de referência para pensar o contexto sociopolítico dos anos 1920-1930, em especial a questão da ascensão do totalitarismo. Mas o texto de Freud também entra para a história da psicanálise como marco quanto ao pensar-se a relação entre psicanálise e política. Naquele ensaio Freud aponta para o fato de que a adesão aparentemente irracional das massas a um líder poderia ser compreendida com o apoio da metapsicologia, na medida em que, em sua ótica, fenômenos típicos do poder político, como o autoritarismo, se assentavam em uma estrutura libidinal; havia na adesão ao líder algo relativo ao destino das pulsões sexuais. E nesta relação que expressa uma servidão à imagem de autoridade, se encontrava o conceito de identificação "como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa" (Freud, 1921/2016 b, p. 60).

Contudo, a posição de Fromm já era desde então ambivalente em relação a Freud. No caso da identificação, por exemplo, Freud "errava especialmente ao basear a identificação da criança com o pai exclusivamente no complexo de Édipo e no medo da castração" (Jay, 2008, p. 178). Esta ambivalência também se manifestava em outros aspectos, como será mais tarde a recusa de Fromm em aceitar a universalidade do complexo de Édipo, achando que "cada sociedade tem uma certa estrutura libidinal que exerce impacto sobre a vida de seus membros" (Bronner, 1997, p. 258).[23]

Por outro lado, é importante destacar que a exceção de Fromm, que se tornou oficialmente membro do *Instituto de Pesquisa Social* outros psicanalistas de orientação marxiana seguiram caminhos diversos. Em Viena, em Berlim, em Budapeste e em outras cidades europeias entre os anos 1920 e 1930 outros (as) psicanalistas esboçaram movimentos de aproximação com o marxismo e com práticas emancipatórias, ligadas ou não às clínicas públicas (Gabarron-Garcia, 2023). Menciono abaixo apenas uma dessas personagens, pouco mencionada nas histórias oficiais da psicanálise, e que tem importância para esta pesquisa também por introduzir uma outra ordem de problemas quanto ao tema da dominação que são as relações de gênero.

[23] Bronner nos remete aqui para uma passagem de *O Medo à Liberdade* (Fromm, 1983, p. 22).

A psicanalista marxista e feminista Marie Langer,[24] cuja trajetória percorre um longo e tortuoso caminho histórico que inicia ainda na época da Viena Vermelha (Danto, 2019) até os movimentos psicanalíticos da América Latina nos anos 1970. Formada em medicina aos vinte e cinco anos em 1935, Langer se dedicará a psiquiatria e a psicanálise tornando-se integrante da Sociedade Psicanalítica de Viena. Desde jovem engajada em uma militância de esquerda será muito cedo pressionada, pela segunda geração de freudianos, a escolher entre a psicanálise e a militância. Curiosamente, ela parecia não ter qualquer contato com Reich, embora tivessem ideias muito próximas. Enfrentando dificuldades de uma atuação mais livre naquele contexto psicanalítico de forte influência de Ernest Jones, ela decide em 1936 se juntar às Brigadas Internacionais na Espanha. Lá atua como médica se especializando, na prática, em cirurgias de guerra. Com os desdobramentos da revolução espanhola, e a dificuldade de retornar para Viena, ela e seu companheiro Max Langer em 1938 partem para o Uruguai, até se estabelecerem na Argentina em 1942. Nesse ano participará da fundação da Associação Psicanalítica Argentina (APA), entidade ligada a IPA, então coordenada por Jones, e que terá como característica durante longo tempo uma forte adesão às ideias de Melanie Klein. Marie Langer se verá forçada a um silenciamento de suas posições políticas durante mais de duas décadas, como única forma de ser aceita em um meio psicanalítico defensor do apoliticismo da psicanálise (Gabarron-Garcia, 2023). Somente em 1966 ela dará início a um retorno à política. Cinco anos depois haverá uma ruptura na APA, na qual Langer será uma das protagonistas, de onde surgiu o importante movimento Plataforma Argentina, agregando psicanalistas com posições políticas progressistas. Langer defende, como Reich, que as neuroses estão entrelaçadas às condições sociais e materiais das pessoas que precisam de tratamento, e entende, a partir de suas experiências cotidianas, que as mulheres pobres são as mais afetadas quanto ao sofrimento psíquico que é inseparável das suas condições históricas (Gabarron-Garcia, 2023, p. 135). Em sua prática clínica tentará trazer à tona questões referentes à consciência de classe de seus e suas pacientes/analisantes, bem como chegará à conclusão de que os tratamentos em grupo, como técnica terapêutica, trazem a possibilidade de produzir efeitos emancipatórios, visto que situa os sujeitos frente a dimensão de sua coletividade. Langer, inclusive para salvar a própria vida, terá que novamente tomar o caminho do exílio deixando a Argentina em 1974. Entendo que o nome de Langer é relevante quanto ao cenário anteriormente

[24] Em um ensaio intitulado “As primeiras mulheres psicanalistas”, parte do livro *Em defesa da psicanálise* (Roudinesco, 2010), a autora não menciona o nome de Marie Langer.

descrito, porque traz à tona questões de poder e dominação que estão presentes também nas relações de gênero, e também porque estabelece uma espécie de ligação, entre uma aparentemente tão distante Viena, e uma América Latina tão próxima.

Para encerrar a primeira parte deste ensaio, também é importante salientar que as experiências das clínicas públicas conforme apresentadas especialmente no livro de Elisabeth Danto (2019), representam apenas um, dentre outros aspectos, do que podemos conceber sobre a relação entre psicanálise, política e emancipação. Tentei nessa primeira parte traçar um breve panorama sobre o modo pelo qual a psicanálise surge, especialmente em Viena e Berlim, sob um ímpeto progressista e vinculada à política. O problema inicial apresentado, por outro lado, é sobre em que consistiria uma práxis psicanalítica emancipatória, e para tanto proponho, nas páginas seguintes, esboçar algumas considerações sobre aquilo que seria o oposto da emancipação: os caminhos adotados pela racionalidade moderna, e a dominação capitalista, em suas relações com o inconsciente e a psicanálise

2. Psicanálise, crítica e dominação

Antecipei no capítulo anterior que a difícil pergunta que norteia esse trabalho: "em que consistiria uma práxis psicanalítica emancipatória?", depende, quanto a sua própria formulação, de alguma clareza sobre o que é o seu contrário. Se o *dever ser* só é possível falando-se ao mesmo tempo do ser, é necessária uma teoria que explicite em que consiste este estado de coisas em que o sujeito é reduzido a condição de objeto. É possível falar sobre este estado de coisas mediante a noção de dominação social, de origem marxiana, ou em termos psicanalíticos, quando nos referimos ao sofrimento psíquico de sujeitos singulares. Outro caminho, tão antigo quanto a própria psicanálise, é de que ambas as esferas não se separam, sendo que foi justamente esse o caminho aberto pelo freudomarxismo e que também é compartilhado pela Teoria Crítica.

Se o sofrimento é algo que limita o sujeito, cabe esclarecer o que o paralisa quanto ao seu desejo, sejam as patologias sociais ou as psicopatologias. Se tomarmos, por exemplo, uma versão mais recente da Teoria Crítica, tal sofrimento está num caso e no outro associado às situações de não reconhecimento, sejam nas formas de desrespeito, ou angústia, que barram a possibilidade de autonomia desse sujeito.[25] Mas antes de falarmos sobre Axel Honneth, é preciso lembrar que a Teoria Crítica na década de 1930, já com Fromm e Horkheimer, estava ocupada em entender o sofrimento dos indivíduos, assim como os motivos pelos quais eles acediam a uma situação em que as injustiças recaíam sobre eles próprios. Já os *Estudos sobre Autoridade e Família* indicavam que a psicanálise era um saber necessário para compreender-se o que se passava na pisque dos indivíduos que em situações diversas compactuavam com o autoritarismo.

O problema sobre a personalidade autoritária, voltará a ser tema das pesquisas dos frankfurtianos, mais especificamente com Theodor Adorno, alguns anos após a Segunda Guerra Mundial. Mas a questão da autoridade é apenas um dos aspectos acerca de um momento histórico em que os indivíduos se veem confrontados com um amplo processo de dominação, que está para além das objetivas condições da exploração e dominação de classe. Cabe ainda apontar, que para a Teoria Crítica, e isso muito claramente em Adorno e Horkheimer, exploração de classes e dominação não são conceitos idênticos, como por vezes parece se apresentar no discurso do marxismo tradicional, sendo a dominação um

[25] Refiro-me aqui, mais especificamente, a obra de Axel Honneth, sobre a qual falarei um pouco no capítulo terceiro.

conceito mais amplo e complexo que o de exploração.[26] Para a compreensão da dominação em Adorno e Horkheimer, além das influências de Nietzsche e Weber, será fundamental a contribuição da metapsicologia freudiana.

A relação entre a crítica adorniana e a metapsicologia freudiana, se refere ao fato de que Freud passa a ter um papel central na crítica da dominação de Adorno desde pelo menos a redação da *Dialética do Esclarecimento* (Adorno e Horkheimer, 1985). O inconsciente e a teoria pulsional freudiana ocupam um lugar fundamental naquilo que em outro lugar tentei interpretar como uma teoria da dominação em Adorno (Camargo, 2006 a), a partir de sua teoria da sociedade, que havia sido detidamente analisada, entre outros, pelo jovem Axel Honneth (1991).[27] Naquele contexto, ao falar sobre uma teoria da dominação em Adorno, a partir da *Dialética do Esclarecimento*, afirmei:

> O que está em questão para Adorno, e especificamente nessa obra, é um exame da gênese histórica da dominação, através de parâmetros outros do que aqueles do materialismo histórico, onde a luta de classes revelava a própria evolução da espécie humana. Em Adorno esta crítica é feita mediante a análise do processo de dominação da natureza pelo homem, o que implica em, diferentemente de Marx, conceber esta evolução não a partir da categoria trabalho, enquanto aquela que institui o ser social, mas a partir da racionalidade instrumental que caracterizaria o processo de constituição do eu ao longo do processo civilizatório (Camargo, 2006 a, p. 27).

No presente, eu daria uma redação diferente ao parágrafo acima, mas ele já aponta para o fato de que é a racionalidade moderna, e a dialética do esclarecimento, o que permite um conceito de dominação que vai além da crítica da economia política. Embora esta continue a ser a sua referência fundamental, Adorno, e neste caso também Horkheimer, concebe que a dominação, no capitalismo tardio, é o estágio avançado de um longo processo amadurecido com a modernidade, onde conceitos metapsicológicos,

---

[26] A expressão "marxismo tradicional" é extraída da obra do historiador Moishe Postone, que é também, conforme entendo, autor da melhor e mais original interpretação do conceito de dominação no âmbito da história do marxismo e da teoria social crítica. Para o leitor/a que tem interesse pelas relações entre trabalho e dominação remeto para: (Camargo, 2013).

[27] Sobre uma mudança no conceito de dominação na Teoria Crítica entre os anos 1930 e 1940, dirá Honneth: "A ideia de uma autodestruição da razão humana, o conceito social-psicológico de perda da personalidade, o conceito de cultura de massas, e o ideal da obra de arte autêntica, são as pedras estruturantes de uma teoria da sociedade que tem em seu conteúdo interno a experiência central dos atributos em comum à dominação fascista ou stalinista. Seu mais proeminente autor é, de fato, não Max Horkheimer, mas Theodor Adorno" (1991, p. 35).

como o de narcisismo, adquirem uma importância tão relevante quanto a crítica marxiana, de tal modo que a dominação em Adorno adquire contornos teóricos específicos. Esta especificidade, que também se relaciona com a dialética negativa, se refere ao fato de que a noção de identidade se torna aspecto central em torno do qual, tal como na lógica da mercadoria, o sempre idêntico se instaura na vida psíquica dos indivíduos, transformando o Eu em instância produtiva e reprodutiva da dominação social.

Na história da Teoria Crítica, quanto a sua primeira geração, foi Marcuse quem mais se dedicou detidamente à Freud e a psicanálise, especialmente na década de 1960, antes da ruptura de paradigma protagonizada por Jurgen Habermas.[28] Marcuse em muitos aspectos, como na crítica à racionalidade moderna, segue os argumentos teórico sociais de Adorno e Horkheimer quanto às formas específicas da dominação no capitalismo tardio (Marcuse, 1979), mas por outro lado, proporá uma leitura inovadora de Freud, especialmente com seu conceito de dessublimação repressiva (Marcuse, 1999). Não obstante a importância de Marcuse, me deterei um pouco aqui em Adorno, dentre outros motivos,[29] pelo seguinte: cada um dos pensadores da Escola de Frankfurt, mesmo os do círculo interno, possuem diferenças entre si, em vários aspectos, incluindo suas formas de apropriação da psicanálise. No caso de Adorno, um dos traços de forte distinção de sua obra em relação aos seus pares, conforme entendo, está no fato de que há em sua obra um "modelo de crítica", cuja melhor designação é a dialética negativa. Haveria, portanto, também *uma relação específica entre dialética negativa e psicanálise*, cujo aspecto teórico mais relevante é a noção de não identidade, que está presente como um marco característico de seu pensamento desde o texto *A Atualidade da Filosofia*, escrito em 1930 (Adorno, 1977). A opção por Adorno, portanto, diz respeito ao fato de ser ele o autor que, epistemologicamente, aponta claramente para a ideia de uma "primazia do objeto" (Adorno, 2009, p. 157) que acaba por colocá-lo, no âmbito da filosofia contemporânea, como um pensador que, por exemplo, tal como Wittgenstein ou Heidegger, estabelece um

[28] Para situar o leitor ainda não familiarizado com a história da Escola de Frankfurt, concebe-se que a "guinada linguística" protagonizada por Jürgen Habermas no final dos anos 1960, a partir do qual passa a ter protagonismo epistemológico a noção de intersubjetividade no campo da teoria crítica, representa um divisor de águas na história da Escola de Frankfurt (Freitag, 1990; Camargo, 2006 b) entendendo-se que há uma mudança de paradigma, por alguns também tratada como as diferenças entre dialética e reconstrução (Voirol, 2012). Ao invés da palavra paradigma prefiro a expressão "modelos de crítica", para me referir às diferenças, também geracionais, no âmbito da história da Teoria Crítica.

[29] Dentre tais outros motivos gostaria de lembrar que na Introdução deste ensaio eu pontuo que aqui nesta pesquisa eu tento dar continuidade há outro trabalho realizado há mais de duas décadas, que versava centralmente sobre a obra de Theodor Adorno. Conforme: (Camargo, 2006 a).

ponto de referência, que aponta para uma ruptura na tradição filosófica, no caso de Adorno, na história da dialética desde Hegel.

A dialética negativa de Theodor Adorno expressa a marca peculiar deste pensador quanto à sua inserção também no campo da Teoria Crítica. Embora a obra *Dialética Negativa* só tenha sido publicada no final da década de 1960 (Adorno, 1966/2009), sua gênese manifesta uma forma de enxergar a teoria e a práxis que teve seu início em 1930 (Buck-Morss, 1981). Adorno, na impossibilidade de um rótulo melhor, foi um filósofo por formação acadêmica, embora sua obra traga contribuições para campos diversos como a música e a sociologia. Ele jamais foi, ou teve intenção de ser, um psicanalista. A relação de Adorno com a psicanálise é em parte externa a ela, a partir da filosofia, ou mesmo da teoria social.

Por outro lado, lembrando aqui da crítica de Eric Fromm a seus pares do *Instituto de Pesquisa Social*, cabe indagar o como reflexões sobre o que parece ser uma filosofia da psicanálise pode contribuir para o âmbito da clínica psicanalítica, quando os problemas e conceitos investigados são essencialmente teóricos. Essa aparente ambiguidade torna necessária uma primeira digressão: a relação entre teoria e prática na Teoria Crítica está presente desde o texto de Horkheimer de 1937 (1983). Esta relação entre teoria e prática reaparece, por exemplo, em todos os textos sociológicos de Adorno em que ele debate também a pesquisa empírica (Camargo, 2006 a): para os frankfurtianos, desde o final dos anos 1930, não estava em questão uma recusa, por exemplo, de uma prática política emancipatória, tal como eles são repetidamente criticados quanto a esse período. O que estava em questão é que diante uma crise histórica de difícil compreensão, a *teoria* enquanto tal, era uma salvaguardada de autonomia, de crítica imanente, diante um mundo crescentemente destruído por uma prática cega, ou instrumental. Assim como no terreno da luta política, seria legítimo dizer que para Adorno, e nesse caso também para Horkheimer e Marcuse, falar de prática clínica, e principalmente de uma práxis clínica emancipatória, depende de um confronto que é necessariamente teórico.

Na trajetória intelectual de Adorno, a relação com a obra de Freud é até mesmo anterior ao seu ingresso no *Instituto de Pesquisa Social*. Embora conceitos e *insights* de origem freudiana apareçam ao longo de toda a sua obra, não são muitos os seus textos que abordam especificamente a psicanálise e o pensamento de Freud. Em diferentes momentos da obra de Adorno aparecem referências à psicanálise onde os conceitos freudianos surgem como ferramentas para iluminar um ou outro argumento. Em algumas obras, como na *Dialética do Esclarecimento* (Adorno e Horkheimer, 1985), a psicanálise

aparece como um elemento fundamental do texto, talvez o mais importante, mas sem ser o objeto do argumento geral do livro, que conforme entendo é a própria ideia de modernidade. Em diferentes fragmentos de *Minima Moralia* (Adorno, 2008), escrita no mesmo período histórico, há alguns fragmentos específicos sobre Freud, o mesmo ocorrendo em alguns trechos da *Dialética Negativa* (2009).

Dentre os textos que tratam de modo explícito de Freud e a psicanálise, como "A psicanálise revisada" (1952/2007 a) e "Sobre a relação entre sociologia e psicologia" (1966/2007 a), ambos são expressão de uma fase mais amadurecida de Adorno. É durante o período de emigração para os Estados Unidos, e especialmente logo após o final da Segunda Guerra Mundial, que Adorno retoma diretamente a psicanálise como objeto de intervenção teórica, que assim como com os demais frankfurtianos, isto ocorre no âmbito das análises sobre o fascismo e o nazismo, como são os casos dos ensaios: "Antissemitismo e propaganda fascista" (1946/2007 a) assinado em colaboração com Leo Lowenthal e Paul W. Massing e "Teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista" (1951/2007 a). Um pequeno ensaio menos comentado, mas que considero importante é "Teses sobre a necessidade" (1942/2007 a), escrito ainda nos Estados Unidos.[30]

Nos debates sobre Teoria Crítica e psicanálise dos anos 1930 sobressaem os posicionamentos, e polêmicas, presentes em Fromm e Horkheimer, sendo que um posicionamento mais explícito de Adorno em relação a Freud somente será encontrado em ensaios produzidos na fase que se segue à publicação da *Dialética do Esclarecimento*.[31] É durante e logo após o Holocausto, que as menções de Adorno a Freud se tornaram mais frequentes, e mais do que isso, é quando se torna expressivo no âmago da Teoria Crítica que esta já não funcionava mais, em alguns de seus aspectos centrais, fundamentalmente como uma crítica da economia política, mas a crítica se torna, ao mesmo tempo, uma crítica da economia libidinal. Se a psicanálise já ocupava um papel central nos debates e pesquisas do *Instituto de Pesquisa Social* durante a década de 1930,

[30] Todos os ensaios aqui referidos estão na coletânea *Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise*, com textos traduzidos por Verlaine Freitas, e com apresentação de Christian Dunker (Adorno, 2007 a). Acerca do período nos Estados Unidos e do papel de Freud especialmente para a configuração do trabalho sobre *A Personalidade Autoritária* (Adorno, 2019) é elucidativo o ensaio autobiográfico de Adorno chamado *Experiências Científicas nos Estudos Unidos* (Adorno, 1995).

[31] A *Dialética do Esclarecimento*, que busco utilizar como uma das referências de investigação nessa pesquisa, foi escrita em conjunto com Max Horkheimer, ao que caberia a indagação do porquê a ênfase no pensamento de Adorno e não no segundo. Tal questão, que já colocamos pela primeira vez em *Modernidade e Dominação*, diz respeito ao fato de que meu interesse é a concepção de dialética de Adorno, sendo esta obra um de seus momentos. Antes e depois dela, os pensamentos de Adorno e Horkheimer estiveram marcados por inúmeras diferenças, não obstante uma concordância evidente quanto à ideia original de teoria crítica.

em especial quanto à busca de compreensão da autoridade e do autoritarismo, no início dos anos 1940 algumas das mudanças de perspectivas de Adorno e Horkheimer colocam Freud e a psicanálise em outro patamar teórico. Referimo-nos aqui ao fato de que é neste momento que tem início a fase que Habermas, entre outros, chama de crítica da razão instrumental (Habermas, 1998; Benhabib, 1986). Nesta fase, conceitos freudianos como narcisismo e identificação são mobilizados para um espectro histórico e social mais amplo do que a compreensão do fascismo, sob a forma de uma crítica da filosofia da história, que tem como alvo a elucidação de uma subjetividade, no capitalismo tardio, cuja heteronomia se mostra para além do que seria possível explicar pelas categorias do materialismo histórico de Marx, ou mesmo pelo conceito de reificação de Lukács.

Na história da Escola de Frankfurt, a passagem dos anos 1930 para os anos 1940,[32] representou uma modificação nas posições de Adorno e Horkheimer quanto ao que podemos chamar destinatário da Teoria Crítica (Silva, 1988). Podemos afirmar que durante os anos 1930 os frankfurtianos ainda enxergavam no proletariado, e depois em parte dele, o destinatário de uma teoria emancipatória. Com a *Dialética do Esclarecimento* esse destinatário desaparece, pois, uma nova filosofia da história, ou sua crítica, evidencia a impossibilidade de postulação de um sujeito histórico coletivo, em grande medida porque o processo de dominação social passou a configurar o que Adorno chamava de uma sociedade administrada. Tratava-se, igualmente, do diagnóstico quanto a uma nova etapa da história do capitalismo, em parte inspirada nos estudos de Friedrich Pollock. Neste novo momento, aquilo que podemos nomear, mesmo que provisoriamente, como subjetividade, fará referência ao que comumente aparece na literatura como internalização da dominação:

> Apesar desse paralelo, a tarefa de sintetizar Marx e Freud é, à primeira vista, mais difícil do que parece. Quando Adorno e Horkheimer começaram a sintetizar sistematicamente a teoria da sociedade de Freud, eles já estavam insatisfeitos com os esforços de Fromm e Reich para alcançar essa integração. Na tentativa da Teoria Crítica de entender como as pessoas se tornam cúmplices de sua própria subjugação – "como a dominação é ancorada no coração do dominado" – ela teve de focar na ideia de internalização (J. Benjamin, 2017, p. 156).

[32] Quanto às modificações teóricas que ocorrem nesse período destaco a importância do trabalho, bastante detalhado, de Helmut Dubiel (1985).

Escrita neste mesmo período de publicação da *Dialética do Esclarecimento*, a obra de Adorno *Minima Moralia* (2008) igualmente exibe, em várias de suas passagens, o modo pelo qual a teoria crítica adorniana integrou a psicanálise, ou a metapsicologia, como um de seus elementos fundantes. Neste conjunto de ensaios breves, por vezes quase próximos de aforismos, o olhar de Adorno para os pequenos temas, aparentemente aleatórios, revela em sua crítica da sociedade burguesa o modo pelo qual nas minúcias, nas singularidades, se revela a negatividade do não idêntico. A teoria crítica lida aqui com os restos, os traços, o quase imperceptível, tal como o método psicanalítico, apontando para uma dominação que é objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. Esta atenção para o singular e para a experiência traz a presença de Walter Benjamin em Adorno, indicando a grande similaridade com a qual ambos usavam o conceito de *Erfahrung* (Benjamin, 1985; Jay, 2009).

Aquilo que ocupa o papel central quanto à relação entre psicanálise e Teoria Crítica no pensamento de Adorno a partir da década de 1940 é um desdobramento, com novas nuances, do problema central da Teoria Crítica já colocada na década de 1930: por que os indivíduos permitiram a barbárie ao invés do caminho da emancipação? Ou em outras palavras, como a "dominação migrou para dentro dos indivíduos"? Este processo de internalização mobiliza diferentes conceitos oriundos de Freud e os intérpretes da obra de Adorno enfatizam, de acordo com o foco de suas análises, o aparecimento de tais conceitos em diferentes momentos. Como exemplo, vou mencionar alguns dos comentadores brasileiros que tratam da relação entre Adorno e a Psicanálise.

Sérgio Paulo Rouanet, que é um dos primeiros pesquisadores sobre a Escola de Frankfurt no Brasil (Camargo, 2014), enfatiza em um artigo dedicado especificamente a Adorno (Rouanet, 2003), os conceitos de identificação e projeção, como os que melhor sintetizam o modo pelo qual Adorno se apropria de Freud, pois em sua leitura a ênfase recai sobre a confluência de ambos os pensadores para a dimensão da crítica da cultura, a para a própria noção de não idêntico. A crítica da cultura, assim como o conceito de personalidade, é enfatizada por Rouanet tendo em vista que sua abordagem se direciona principalmente para aqueles textos de Adorno em que se colocava em pauta a compreensão do fascismo, do antissemitismo e a personalidade autoritária. O tema da identificação,[33] quanto a isso, diz respeito ao como a internalização de um objeto externo,

[33] Devo novamente lembrar que não apenas Adorno, mas a maior parte dos pesquisadores que relacionam teoria crítica e psicanálise, ou mesmo o que lidam de modo mais geral sobre a relação entre

o pai ou a sociedade, serve como uma explicação para o que se processa no capitalismo tardio. Enquanto a identificação para Freud adotaria como referência os processos de individuação típicas do capitalismo liberal, Adorno buscará ressignificá-la quanto a um novo contexto histórico.[34] Neste ponto destacamos ainda que a identificação será tratada por Adorno também em sua ralação com o conceito de *mimeses*, retomado, entre outros, por Safatle (2005). Já a projeção seria outro mecanismo mobilizado para a compreensão, por exemplo, do antissemitismo, pois a projeção é "o mecanismo pelo qual o sujeito expulsa de si e localiza no exterior qualidades, sentimentos e desejos próprios" (Rouanet, 2003, p. 140).

Caminho um pouco similar foi tomado por Mônica do Amaral no livro *O Espectro de Narciso na Modernidade* (1997) onde se destacam os conceitos de narcisismo e identificação. O narcisismo aparece, para a autora, como um mecanismo associado ao fetichismo da mercadoria, tal como se manifesta no campo da cultura, revelando o modo como os indivíduos desenvolvem uma "relação instrumental com o mundo" (1997, p. 18), percebendo-se o modo pelo qual o narcisismo, associado ao de identificação, serão importantes para Adorno tanto nos textos que tratam do fascismo, como na crítica da subjetividade, tal como se apresenta em *Dialética do Esclarecimento*.

Verlaine Freitas, outro importante pesquisador do pensamento frankfurtiano no Brasil, no artigo "Adorno e Horkheimer leitores de Freud" (2010) também se concentra, como o próprio título indica, na obra *Dialética do Esclarecimento*. Em uma incursão em cada uma das partes da obra, nos chama a atenção o destaque dado pelo autor ao conceito de angústia (*Angst*) no "conceito de esclarecimento", primeira parte do livro de Adorno e Horkheimer. Conforme Freitas, ao comentar a *Dialética do Esclarecimento*:

> Entretanto, em termos conceituais, o fato de os autores dizerem que a *Angst* se irmana a uma promessa de felicidade, que surge precisamente como uma ameaça para a integridade do eu, não deixa dúvida de que temos uma forte aproximação com a ideia freudiana de *Angst* como resultado da ameaça pulsional transbordante (2010, p. 130).

---

psicanálise e política, recorrem ao conceito metapsicológico de identificação, com privilégio para a obra *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921/2016 b).

[34] Aqui se está diante uma questão importante quanto à algumas das críticas de Adorno a Freud. Embora defensor da teoria pulsional freudiana, Adorno entende que o Eu, no capitalismo tardio, está subsumido de tal modo às injunções da sociedade administrada, que a carga de repressão que ele traz consigo é historicamente distinta do que ocorria sob o capitalismo do sec. XIX, sendo que tal carga acaba por se impor (ou colonizar) também o Isso. Sobre esta crítica de Adorno a Freud, ver Rouanet: (1986, p. 88).

Além dos conceitos de narcisismo e identificação, o de angústia seria também significativo para o entendimento tanto do "conceito de esclarecimento" como do capítulo sobre Ulisses na *Dialética do Esclarecimento*. Diferente dos autores/as anteriores, a pesquisadora Inara Marin, não irá se concentrar muito enfaticamente nesta obra de Adorno e Horkheimer, embora também reconheça no final de seu livro (Marin, 2022), que há um caminho ainda a ser percorrido quanto ao papel do conceito de angústia para as investigações no campo da teoria crítica. Marin irá destacar os conceitos metapsicológicos de pulsões e narcisismo como aqueles centrais para o entendimento da relação entre teoria crítica e psicanálise. A autora representa uma geração um pouco mais recente de pesquisadores, de tal modo que ela também incorpora como aspecto central de sua obra a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, fazendo um apanhado amplo sobre a psicanálise na Escola de Frankfurt.[35]

As referências a comentadores quanto à relação entre Adorno e Freud não pode aqui ser exaustiva, haveria vários pesquisadores/as a mencionar, mas cabe destacar ainda a importância do trabalho de Vladimir Safatle. Para este autor, a dialética negativa e a noção de não idêntico (Safatle, 2006; 2012) surgem como fio condutor de suas reflexões sobre a relação entre Adorno e psicanálise, sendo que no contexto dos comentadores brasileiros é em sua obra que encontramos referências centrais para pensar uma triangulação teórica entre Adorno, Lacan e Honneth.[36] Por ora, retomemos o problema da relação entre dominação e psicanálise.

Como tentei mostrar no primeiro capítulo, o debate intelectual alemão-europeu que se desencadeia no amplo espectro do marxismo a partir de meados dos anos 1920 se direciona, em grande medida, também para a busca de compreensão dos desdobramentos da Revolução Russa, dentro da configuração intelectual do que se convencionou chamar marxismo Ocidental (Anderson, 1989). Para muitos marxistas, como os frankfurtianos, uma nova etapa na história do modo de produção capitalista, o capitalismo tardio, colocava no centro da tentativa de compreensão do período a relação entre pulsões e

[35] Já que optei neste momento por escrever sobre pesquisadores brasileiros/as, em detrimento de comentadores conhecidos de outros países, como Whitebook (1996) e Dahmer (2012), me parece importante mencionar que na última década há uma considerável quantidade de pesquisadores no Brasil que têm escrito sobre Adorno e psicanálise, com certo destaque para pós-graduandos em Filosofia da USP. Por outro lado, tendo em vista, possivelmente, o ainda pequeno número de Programas de Pós-Graduação em Psicanálise no país, são pouco numerosas as pesquisas sobre essa temática desenvolvidas por psicanalistas ou pesquisadores em psicanálise. No caso de Marin, ex-colega de trabalho no IFCH da Unicamp, a leitura do seu livro *Narcisismo e Reconhecimento* foi decisiva para o desenvolvimento da pesquisa que estou aqui apresentando.

[36] Voltarei a falar deste autor especialmente no capítulo quinto, ao me deter um pouco mais na problemática do conceito de emancipação.

autoridade, no caso de Adorno especialmente pulsões e dominação. Mas além de Freud havia outros autores que confluíam para busca de crítica da dominação social.[37]

A obra de Lukács *História e Consciência de Classe* (1986), em especial o conceito de reificação nela desenvolvido, será determinante para o modo como Adorno construirá seu modelo de pensamento (Jay, 1984). A reificação é aquele conceito que unindo as heranças de Marx e Weber, nos auxilia a compreender o modo pelo qual o fetichismo da mercadoria e o processo de racionalização da modernidade incidem sobre a subjetividade das massas, ou a consciência do proletariado. A reificação se interpõe como obstáculo, notadamente cultural, para a constituição de um sujeito ativo, em acepção coletiva, capaz de alterar as condições históricas de progressão não apenas do capitalismo tardio, mas também das formas de totalitarismo. Se, por um lado, o conceito de reificação, do qual Adorno se apropria a Lukács, busca explicar uma subjetividade cujo registro é uma produção da consciência, o fato é que a dominação moderna e capitalista incide igualmente sobre a dimensão do inconsciente. As neuroses, por exemplo, igualmente espelham, enquanto psicopatologias, processos de repressão dos indivíduos quanto às motivações pulsionais dos sujeitos, manifestando o como a cultura reprime também a sua natureza interna. É nesse sentido que diferentes comentadores apontam para a importância do conceito de narcisismo em Adorno. Em uma resposta a Karen Horney e aos revisionistas diz ele de forma esclarecedora sobre este conceito:

> Ela passa ao largo da raiz sociológica do narcisismo: de que o indivíduo, devido às dificuldades quase intransponíveis que se colocam hoje em dia no caminho de relações espontâneas e diretas entre os seres humanos, é forçado a dirigir para si mesmo suas energias pulsionais não utilizadas (Adorno, 2007 a, p. 60).

Já o primeiro excurso da *Dialética do Esclarecimento*[38] trazia a marca de uma teoria da economia libidinal, onde o domínio da natureza externa é também domínio da natureza interna do sujeito, portanto Marx e Freud se encontram. O domínio da natureza interna, da subjetividade, é um correlato da tentativa de domínio da natureza externa: "o recurso do eu para sair vencedor das aventuras: perder-se para se conservar, é a astúcia"

[37] Dentre as várias influências absorvidas por Adorno, e no caso *Dialética do Esclarecimento* por Adorno e Horkheimer (1985), está a crítica da modernidade de Nietzsche. Alguns, como Habermas (1998) atribuem uma centralidade a esta influência quanto à Teoria Crítica do início dos anos 1940. Em outro lugar (Camargo, 2006 a) defendi a ideia de que Habermas minimizou a importância de Marx para a *Dialética do Esclarecimento*, superestimando o papel da influência de Nietzsche.

[38] Adorno e Horkheimer (1985, p. 53-80): "Ulisses ou o Mito do Esclarecimento".

(Adorno e Horkheimer, 1985, p. 57). A astúcia se une ao esquecimento, seja na forma da reificação, quanto ao resultado imediato da tentativa de domínio da natureza externa, ou na forma do recalque (*Verdrängung*) quando se trata das formações do inconsciente. O esquecimento, que acompanha o neurótico, em uma sociedade em que ela própria é neurótica, traz a prova de que a não adequação, ou recusa, para lembramos uma formulação de Marcuse, é o único modo de não se compactuar com o todo.

Dentre os conceitos adornianos que aparecem em diferentes momentos de sua obra, entendo que para pensar a antinomia entre dominação e emancipação, o conceito de experiência pode nos dar algumas pistas sobre o como este autor pode contribuir para reflexões sobre a clínica psicanalítica. Especialmente a partir da obra de Walter Benjamin, se constituiu uma já conhecida distinção entre as noções de *Erlebnis* e *Erfahrung* como duas formas distintas de se nomear a experiência. Sucintamente, a *Erlebnis* se mostra como a experiência do indivíduo solitário, refletindo uma experiência vivida restrita à sua individualidade, enquanto a *Erfahrung* traria a dimensão do pertencimento coletivo, da memória, uma experiência, que a partir do *Narrador* de Benjamin (1985) é vista como "progressivamente abolida pelo desenvolvimento do capitalismo" (Gagnebin, 2018, p. 68). A *Erfahrung* traz assim uma dimensão social e histórica que ao ligar o passado ao presente, traz também uma abertura para o futuro:

> *Erfahrung*, por outro lado, envolvia a capacidade de transferir os traços de eventos passados para memórias presentes, mas também de registrar a distância temporal entre o agora e o então, de reconhecer o inevitável atraso da memória em vez de subestimá-la e de preservar uma relação alegórica, não simbólica, entre o passado e o presente (e, consequentemente, entre o presente e o futuro potencial) (Jay, 2009, p. 388).

Influenciado por Benjamin em diferentes aspectos de seu pensamento, Adorno dará sequência à potencialidade do conceito de experiência. Primeiramente, sugiro que em nenhum momento Adorno se detém em explicitar mais longamente o que é a *Erfahrung*. Mas o tema aparece em diferentes momentos de sua obra, havendo aparições sobre esse conceito, por exemplo, nos *Tres Estudios sobre Hegel* (Adorno, 1981), ou na parte da *Dialética Negativa* denominada "privilégio da experiência" (Adorno, 2009, p. 42-3), onde apreendemos diferentes nuances com os quais a experiência é apresentada. Também nos seus textos "sociológicos" Adorno fala de experiência, especialmente quando quer empreender a crítica ao empirismo e ao positivismo lógico:

> Eu não titubearia em definir uma teoria dialética da sociedade como o restabelecimento, ou, dito de modo mais modesto, a tentativa de restabelecer a experiência obstruída, seja pelo próprio sistema social, seja pelas regras da ciência. Para ser incisivo, o que procuro apresentar aos senhores é uma espécie de fundamento de uma rebelião da experiência contra o empirismo, para usar uma formulação mais aguda (Adorno, 2007 b, p. 142).

Se para Adorno a sociedade deve ser compreendida como experiência, a que tipo de experiência nos referimos quando falamos do inconsciente e da práxis psicanalítica? Se é a *Erfahrung*, o que isso implicaria do ponto de vista da escuta clínica? O primeiro referencial quanto a isso está em lembrarmos que a dialética adorniana se situa em parte na tradição da filosofia do sujeito, ou filosofia da consciência, ancorada na moderna dualidade de sujeito e objeto. Dualidade esta, que no caso de Adorno, assume as funções específicas com as quais ela se mostra na tradição hegeliana, isto é, como crítica da subjetividade transcendental de matriz kantiana. Por outro lado, a problematização da relação entre sujeito e objeto impulsiona o pensamento de Adorno, e a primeira Teoria Crítica, para a constatação de que é com Descartes que tem início não só a filosofia moderna, mas a própria teoria tradicional. E com ela também os modos pelos quais a dominação também se expressa na modernidade.

A crítica do positivismo é um dos pontos de aproximação da Teoria Crítica e da psicanálise a partir do início da década de 1920, sendo que para ambas estaríamos falando, em temos epistemológicos, em um registro da *Erfahrung*. Também Freud, não obstante a sua constante pretensão de que a psicanálise pudesse ingressar nos patamares canônicos daquilo que é legitimado como ciência moderna, estará epistemologicamente se situando neste legado do moderno quadro das relações entre sujeito e objeto (Biazin e Kessler, 2017), mas desfazendo-se do legado de uma razão que concentra toda a possibilidade de verdade, supondo um Eu dotado de unidade e universalidade.

Adotando como referência a formulação de Lacan quanto a sua leitura de Descartes (Lacan, 1964/1988) em que, por um lado, o sujeito da ciência serve como base para o sujeito da psicanálise, mas, por outro lado, o sujeito do inconsciente é o sujeito barrado, dividido, ancorado no significante, nos deparamos com uma problemática que tange ao paradoxal. Pelo que sugerimos acima, para Adorno tal sujeito da ciência, que se tornou com o capitalismo relação de produção, espelharia uma experiência reificada, historicamente falsa, sendo que seria na dimensão da *Erfahrung* que encontraríamos a

possibilidade de rebelião contra o universal. Nesse caso, aquilo que poderíamos em linguagem lacaniana chamar de sujeito do inconsciente só poderia estar na experiência do sujeito não idêntico, no terreno da indeterminação. Surge também a resistência de Adorno em sociologizar a psicanálise, como o teriam pretendido Fromm e Horney. Pois o não idêntico, que sugiro ser o que apontaria justamente para o sujeito do inconsciente, está condicionado, na visão de Adorno, a uma defesa da teoria libidinal freudiana. É na singularidade do sujeito que resta uma potencialidade de autonomia e emancipação, mas tal singularidade está mediada pela experiência, que ao mesmo tempo não nega que se nas condições existentes há um privilégio do objeto, ao mesmo tempo não é possível abdicar por completo também de um conceito de totalidade. Diz Adorno sobre os revisionistas que abandonaram o conflito pulsional:

> Quanto mais se sociologiza a psicanálise, mais embotado se torna seu órgão para o conhecimento dos conflitos provocados socialmente. Igual tendência mostra-se também na exclusão de todas as representações propriamente somáticas. Assim, a psicanálise é transformada em uma espécie de assistência social superior (Adorno, 2007 a, p. 53).

Se Adorno se recusa a sociologizar a psicanálise, também se recusa a psicanalisar a sociologia, como em parte parece ser o sentido de sua polêmica com Talcott Parsons no ensaio "Sobre a relação entre sociologia e psicologia" (Adorno 1966/2007 a). Se uma teoria crítica implica laços de colaboração entre psicanálise (ou psicologia) e sociologia, é não menos evidente que Adorno também será crítico à Freud e à psicanálise, na medida em que enxerga na clínica psicanalítica algo paradoxal: para ele o tratamento psicanalítico acaba por devolver o indivíduo a uma exigência de conciliação com aquilo que é padronizado como normalidade pela própria sociedade:

> O preceito de Freud: "Onde o isso estava, o eu deve advir", contém algo estoicamente vazio, inevidente. O indivíduo adaptado à realidade, "sadio", é tão pouco resistente às crises quanto o sujeito da racionalidade econômica é de fato econômico (Adorno, 2007 a, p. 90).

Para Adorno, se o objeto é falso, pois reificado e coordenado pela lógica universalizante da mercadoria, a pulsão retorna ao Eu de forma narcísica, restando assim uma angústia frente ao impossível, que seria a reconciliação entre sujeito e objeto. Mas a

angústia é o próprio traço que coloca o não idêntico como uma negatividade, que por outro caminho foi também identificada por Lacan (1963/2005).[39] A psicanálise, justamente por lidar com o singular, traz uma resistência face ao universal que está representado pela identidade, tal como a troca de mercadorias. Em certo sentido Adorno se aproxima do primeiro Reich, sem mencioná-lo, ao tentar levar até as últimas consequências o entendimento de que o destino das pulsões, mesmo em sua singularidade, traz a dualidade entre conciliação e antagonismo.

Retomamos assim o tema do sacrifício de Ulisses na *Dialética do Esclarecimento*. Na medida em que a autopreservação implica em uma renúncia, essa se refere a um processo de adaptação do indivíduo ao mundo, como se este pudesse ser avalista de uma felicidade que em última instância está atrelada ao triunfo da racionalidade instrumental:

> A transformação do sacrifício em subjetividade tem lugar sob o signo daquela astúcia que sempre teve uma parte no sacrifício. Na inverdade da astúcia, a fraude presente no sacrifício torna-se um elemento do caráter, uma mutilação do herói astuto arrojado pelo mar e cuja fisionomia está marcada pelos golpes que desferiu contra si mesmo a fim de se autoconservar (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 61).

Se seguimos Adorno e entendemos que a sociedade é ela própria neurótica, caberia então escutá-la em suas manifestações enquanto expressão da primazia do objeto. Mas se este só é verdadeiro se visto como uma objetividade histórica, cabe a pergunta se a plena compreensão da experiência como *Erfahrung* não implicaria, igualmente, na realização de um *diagnóstico de época*, que desde os anos 1930 foi um dos elementos caracterizadores da ideia original de Teoria Crítica. Aqui, vamos ao encontro da muitas vezes repetida frase de Lacan de que "o psicanalista deve estar à altura da subjetividade de seu tempo" (1953/2022, p. 322). A relação com seu tempo, seja do teórico social, do psicanalista, ou de ambos, está longe de ser algo simples. Mesmo dentro da tradição frankfurtiana a autocompreensão do tempo histórico sempre foi polêmica, tendo em vista os próprios modelos de crítica em disputa, mas havia na primeira geração da Escola de Frankfurt um esforço para a realização de um diagnóstico de época.

Sumarizando as colocações acima, para Adorno a dominação é algo objetivo e subjetivo, externo e interno, para além do que o próprio Marx já havida postulado. Pois a

[39] Nos capítulos seguintes, em especial no capítulo quinto, tento mostrar aproximações possíveis entre a psicanálise de Lacan e a teoria crítica.

crítica da economia política, no capitalismo tardio, precisa ser também crítica da economia libidinal. Daí surge a pergunta: qual a relevância disso a que me refiro como uma teoria da dominação em Adorno para uma práxis psicanalítica emancipatória? Trata-se tanto de uma teoria da sociedade, como de um diagnóstico de época, que traz algumas peculiaridades de Adorno em relação aos seus pares no *Instituto de Pesquisa Social*.

Quanto à teoria, se trata de uma apropriação da teoria marxiana, nesse sentido atribuindo à mercadoria e à troca os signos da identidade no interior do modo de produção capitalista. A identidade, enquanto interiorização, é algo que diz respeito tanto à consciência como ao inconsciente. Quanto a um diagnóstico de tempo, se trata de um momento histórico da modernidade em que novos fenômenos históricos se apresentavam, em especial o advento da cultura de massas. Naquele momento, na mesma proporção de importância das questões sobre autoridade e barbárie, estava o surgimento da indústria cultural, expressão de como a subjetividade é ofuscada e se depara com obstáculos de difícil transposição para a emancipação. Experiência e emancipação são termos que caminham paralelos na crítica adorniana. O leitor/a que costuma lidar com uma conhecida visão sobre o pessimismo de Theodor Adorno pode ainda perguntar: mas há dimensão emancipatória em Adorno? Onde? O que há na dialética do esclarecimento além de uma aporia?

Para além das obras de arte, para as quais comumente Adorno é reduzido quanto ao seu vislumbre de autonomia, procuro sugerir que o não idêntico, o Isso e a pulsão, podem se configurar como formas de resistência à dominação, em um quadro onde Adorno não está tão distante de Lacan. Proponho aqui a imagem de um furo, talvez jocosa, sugerida por Gabriel Cohn em uma conferência em que falava, entre outros temas da teoria crítica, sobre dominação e emancipação em Adorno: "nós teóricos críticos, diante do todo, podemos fazer furos, como se o mundo fosse um grande queijo suíço".[40]

Parece pouco provável que algum psicanalista, à altura do período histórico em que viveu Adorno, conseguisse escutar um analisante sem ao mesmo tempo escutar a voz, não dissonante, da indústria cultural. Não saber disso, ou dizer que não é tarefa do psicanalista depreender da fala do analisante a existência da cultura de massas, soa no mínimo um pouco tradicional em teoria. Ou em outras palavras, compactuar com o existente. E essa era, pelo menos quanto a uma face nítida, a suspeita de Adorno sobre a psicanálise como prática clínica. Um certo temor de que o divã conduza ou possa conduzir

[40] Conferência de Gabriel Cohn no encerramento do II Seminário em Teoria Crítica e Sociologia, realizada no IFCH da Unicamp (28 de setembro de 2017).

ao idêntico, corroborar a dominação. Entendo, apesar disso, que não apenas Freud, mas também Adorno tinha seus exageros.[41]

Haveria assim uma dimensão política necessária na psicanálise, algo que sabemos ser recusado por grande parte dos psicanalistas. Mas ao leitor/a pode ainda ficar a pergunta: O que tem a ver Adorno com as clínicas públicas e as práticas emancipatórias abordadas no primeiro capítulo desse trabalho? O que tentei sugerir nas páginas anteriores, é que o estatuto da emancipação sob um olhar adorniano, depende de refletirmos sobre o *conceito de experiência*, pois a partir dele poderíamos entrever também as potencialidades de ação inerentes ao não idêntico, cuja forma pode ser consciente, ou inconsciente. O Isso, quando não totalmente absorvido pelo idêntico, tem uma potência utópica, para lembrarmos outro conceito de Marcuse.

Mas agora ainda pensemos: na década de 1930, em Viena, Berlim ou Frankfurt, os analistas que escutavam pacientes oriundos da classe da trabalhadora eram em sua imensa maioria homens brancos oriundos da burguesia, ou dos estratos mais altos da sociedade, aos quais poderíamos indagar, em um exercício de imaginação, se seriam de fato capazes de apreender, pela escuta, os sofrimentos de operários (as) cujas experiências, e traumas, estavam marcados pelos campos de batalha e pela fome.

Em outras palavras, estou tentando dizer que tanto a primeira geração da Teoria Crítica, como antes e junto dela os freudomarxistas, como outros psicanalistas que vivenciaram aquele tempo histórico, lidavam diretamente com diferenças explícitas de classe social, mas em sua maioria em um contexto branco e europeu. Lembro que toda a narrativa do belo livro de Elizabeth Danto (2019) sobre as clínicas públicas se refere a este contexto geopolítico. Se reconhecer que a psicanálise tem uma relação estreita com a política sempre foi algo aceito apenas por uma parte dos psicanalistas, o que dizer das experiências que são não apenas de classe, mas étnicas, de raça, de gênero e outras diferenças?

Deixo tais questões para os capítulos seguintes, nos quais pretendo falar sobre algumas das transformações que ocorreram, nas últimas décadas, quanto às relações entre psicanálise e teoria crítica. Transformações também no próprio capitalismo e na forma de se pensar sobre o que seria uma práxis psicanalítica emancipatória dentro de um novo contexto histórico, e espacialmente também um pouco distinto das ruas de Paris, Berlim ou Frankfurt. Tentei até aqui destacar possíveis contribuições da primeira geração da

[41] Alusão a frase de Adorno: “Nada é verdadeiro na psicanálise, exceto seus exageros” (Adorno, 2008, p. 45).

Teoria Crítica, e especialmente de Theodor Adorno, para refletir e problematizar a própria noção de clínica psicanalítica, talvez com mais perguntas do que respostas, mas também considero que a teoria crítica não seria crítica, se apenas repetisse as palavras de seus autores e autoras exponenciais.

3. Práxis, intersubjetividade e reconhecimento

No primeiro capítulo usei como uma das principais referências o livro de Florent Gabarron-Garcia *Uma História da Psicanálise Popular* para refletir sobre o vínculo entre psicanálise e política já nos inícios da história de psicanálise. Retomo a historiografia por ele proposta. Uma primeira nota cabe destacar sobre a Introdução do livro, onde se delineia o que nos afigura ser o estilo do autor. Tal estilo já aparece na primeira frase: "De várias décadas para cá, a psicanálise se tornou, em grande parte, profunda e abertamente reacionária" (Gabarron-Garcia, 2023, p. 15). O autor usará o termo "psicanalismo" que em outro contexto já fora usado por Robert Castel (1978), para se referir a todo um discurso que relega questões raciais, de gênero e de classe, a um espaço discursivo que não seria o da psicanálise propriamente dita. O discurso reacionário, que em décadas recentes teria tido forte repercussão midiática, repete a velha fórmula de desvinculação entre psicanálise e política. Dirá o autor, por outro lado, que o objetivo de sua pesquisa não é a crítica do "psicanalismo", mas sim recuperar uma historiografia da psicanálise que é negligenciada nas versões menos críticas. Enquanto nos capítulos iniciais do livro o autor se refere ao período histórico que mencionamos no capítulo primeiro, que é o mesmo período abordado por Elisabeth Danto em *As clínicas públicas de Freud* (2019), nos dois últimos capítulos de seu pequeno livro Gabarron-Garcia fala um pouco de outras experiências que se dão em outros contextos temporais: as experiências de Tosquelles, Oury e Guattari que darão origem a La Borde a e psicoterapia institucional depois da Segunda-Guerra Mundial e início dos anos 1950, e a experiência do SPK em Heidelberg[42] na década de 1970. Ambas as experiências se reportam às tentativas de junção de Marx e Freud e se referem às práticas clínicas que visam romper os padrões tradicionais do tratamento psicanalítico, com uma grande ênfase para as questões relativas ao tratamento das psicoses.[43]

Na experiência francesa já estava presente não só a questão da loucura e das psicoses, mas também a influência e interlocução com Jacques Lacan, além de ter sido (em Saint Alban) por onde também passou Frantz Fanon. Por ora, destaco o que me instiga neste momento: a hipótese de uma práxis psicanalítica emancipatória requer pensar se o

[42] SPK é a sigla para o *Sozialistisches Patientenkolletiv* (Coletivo Socialista de Pacientes de Heidelberg).

[43] Tema que será retomado no capítulo quarto, adiante.

sentido que podemos dar hoje para a emancipação seria o mesmo do que aquele que era buscado pelo contexto da origem da psicanálise e da primeira geração da Escola de Frankfurt. Nesse sentido, é possível articular dois contextos argumentativos: primeiro, cabe pensar sobre que destino tiveram as relações entre psicanálise e Teoria Crítica com o advento da segunda e terceira gerações do *Instituto de Pesquisa Social*; e em segundo lugar, o como a dominação tem sido pensada após transformações no capitalismo contemporâneo que trazem à tona um novo dimensionamento da subjetividade. Pretendo, na medida do possível, articular transformações teóricas e históricas com questões da clínica psicanalítica.

É evidente que pior ainda do que uma tendência conservadora que surgiu na história da psicanálise é o abandono da própria psicanálise.[44] As mudanças que ocorreram na chamada Escola de Frankfurt são em parte concomitantes às mudanças que ocorreram no capitalismo ao longo do século XX, por isso, gostaria de justificar inicialmente o porquê utilizo aqui a expressão capitalismo tardio, enquanto uma parte considerável dos escritores que falam sobre psicanálise e política na contemporaneidade se referem ao tempo presente como o do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, tentarei aqui não ser demasiado repetitivo sobre algumas das questões sobre teoria crítica e psicanálise já desenvolvidos por outros pesquisadores, alguns deles/as, já mencionados nos dois capítulos anteriores.

A expressão *capitalismo tardio* já foi usada de diferentes formas na teoria social contemporânea (Camargo, 2011). Para Adorno indicava a superação do capitalismo liberal e o rearranjo das próprias formas da dominação, onde não só, paralelo ao avanço da técnica, o Estado surgia como um regulador da economia, mas também a indústria cultural passava a ter um papel central na própria acumulação capitalista. Passando por Habermas, que usa o conceito em outro sentido, no qual enfatiza especialmente o capitalismo posterior à Segunda Guerra-Mundial, chegamos até Fredric Jameson, que chama de capitalismo tardio a própria pós-modernidade, onde esta última expressa uma lógica econômica onde cultura e mercado não mais se distinguem (Jameson, 1997). Historicamente é o período do capitalismo, na visão de Jameson, que adota como referência o começo da década de 1970 como ponto de partida, e que possui um amplo espectro de diferentes nomeações por parte da teoria social contemporânea. É nesse

[44] O tema das críticas contemporâneas à psicanálise, especialmente na França, se encontra em vários ensaios e entrevistas de Elisabeth Roudinesco publicados no livro *Em Defesa da Psicanálise* (Roudinesco, 2010).

sentido, quanto ao período histórico posterior a 1973, que me refiro ao conceito de capitalismo tardio, onde transformações que se processaram na economia capitalista foram concomitantes a mudanças culturais de grande impacto, mudanças que ocorrem também na subjetividade.

Por que tal recursividade teórico social em uma pesquisa sobre a psicanálise e sua práxis? Porque, conforme entendo, o tipo de dominação que Adorno diagnosticou, com apoio da psicanálise, entre os anos 1930 e 1960, ao mesmo tempo em que permanece nesta nova etapa do capitalismo, também se alterou. E compreender em que ela se manteve e se alterou é também condição para pensarmos em uma psicanálise emancipatória. As transformações do capitalismo e da sociedade contemporânea também precisam ser compreendidas de um modo concomitante às modificações que se dão na ordem das formas de "mal-estar, sofrimentos e sintomas", para lembrarmos a temática de uma das obras de Christian Dunker (2015). Mas igualmente, tais modificações acompanham as diferentes gerações da Escola de Frankfurt e seus modelos de crítica.

Falarmos de emancipação como uma das características distintivas de uma teoria crítica, e que não seria uma exclusividade da tradição frankfurtiana, inclusive como vemos em *Uma História da Psicanálise Popular*, nos remete aos conflitos internos que surgiram com o passar do tempo no próprio *Instituto de Pesquisa Social* (Jay, 2008). Após um certo sucesso obtido pela obra de Marcuse *Eros e Civilização* (Marcuse, 1999) é mais ou menos comum o entendimento de que, com a guinada linguística de Habermas, a psicanálise deixou de ter a importância e centralidade que teve para o pensamento frankfurtiano. Um divisor de águas temporal nessa história é o que ocorre entre 1967 e 1968. É o momento em que Habermas escreve o importante ensaio *Trabalho e Interação* (Habermas, 2009), ao mesmo tempo em que há a publicação da obra *Conhecimento e Interesse* (2011), livro que é um marco teórico do ainda jovem Habermas, onde Freud ocupa um papel bastante importante em seus argumentos. Tal importância, entretanto, já não se refere mais ao escopo da metapsicologia freudiana ou mesmo da clínica psicanalítica, mas o que aparece como relevante em Freud, aos olhos de Habermas, é a dimensão metodológica da psicanálise.[45] Em termos muito sucintos, Habermas entende

[45] Embora a relação de Habermas com Freud e a psicanálise me pareça um tema de grande relevância e interesse, especialmente quanto a esta temática da metodologia, não teria como desenvolver melhor esse tema aqui. Dentre vários trabalhos já existentes sobre o tema considero instigantes os diálogos estabelecidos com *Conhecimento e Interesse* nas obras de Allen (2016) e Celikates (2018). Ambos os pensadores se situam, entre outros (as), no âmbito do que alguns nomeiam como uma "quarta geração" da Teoria Crítica (Bressiani, 2016).

que há uma espécie de homologia entre os procedimentos típicos de uma teoria crítica e a psicanálise porque esta última teria como seu núcleo a *auto reflexividade*. A ideia de que a auto reflexividade estaria no centro do processo psicanalítico é sugerido pelo autor em várias passagens desta obra:

> A tese de que a recordação psicanalítica pertence ao tipo da autorreflexão é facilmente demonstrável pelas investigações de Freud sobre a *técnica de análise*. Pois não se pode determinar o tratamento analítico sem fazer referência à experiência da reflexão. A hermenêutica obtém seu valor posicional no processo de emergência da consciência de si; não basta falar da tradução de um texto, a própria tradução é reflexão: "tradução do inconsciente no consciente" (Habermas, 2011, p. 343).

Não podemos esquecer que já nesta fase do jovem Habermas a ideia de emancipação para a teoria crítica se modifica substantivamente, pois assume nele uma tonalidade fortemente kantiana, onde a problemática do inconsciente praticamente desaparecerá, pouco tempo depois, quando amadurece a sua formulação acerca do agir comunicativo. Por outro lado, gostaria de sugerir que Habermas reconhecidamente foi um dos mais importantes pensadores contemporâneos para nos ajudar a pensar a democratização da sociedade. Nesse sentido, eu incluiria também a questão das clínicas públicas e populares de psicanálise como um tema que poderia ser pensado através de categorias habermasianas. Não por acaso, a teoria crítica habermasiana foi fundamental para a compreensão dos novos movimentos sociais a partir da década de 1980. De qualquer modo, as noções de autonomia e emancipação para Habermas, depois de *Conhecimento e Interesse*, poucas relações possuirão com o próprio conceito de inconsciente.

Esta história no âmbito do *Instituto de Pesquisa Social* se modifica com Axel Honneth e sua teoria do reconhecimento. Honneth compartilha com Habermas inúmeras críticas que aquele faz à primeira geração da Teoria Crítica, e principalmente, traz em comum o traço que demarca aquela primeira geração das seguintes: o conceito de intersubjetividade (Camargo, 2006 b). Aqui está, em sentido epistemológico, o divisor de águas. De outro, uma das diferenças entre Habermas e Honneth, está em que este último traz de volta para a Teoria Crítica a importância da psicanálise, só que agora entendendo-a de uma forma muito própria. E enquanto a dominação para Habermas foi

compreendida como a colonização do mundo da vida pelo sistema, a noção de dominação parece ceder seu lugar, em Honneth, à dicotomia justiça-injustiça.

A entrada de Honneth no debate até aqui apresentado introduzirá a pergunta sobre um outro conceito que surgiu como parte dessa pesquisa, o de reconhecimento. E qual a relevância do conceito de reconhecimento para uma práxis psicanalítica emancipatória? Antes de falar um pouco mais sobre Honneth, entendo que o que inicialmente pode nos dar algumas pistas esclarecedoras, é tentar conectar as noções de *clínica e reconhecimento*. E é na obra de Jacques Lacan, escrita a uma boa distância de Frankfurt, que o modo pelo qual tal conceito, o de reconhecimento, teria tido um papel relevante, tanto na história da psicanálise, como no percurso de sua obra, sobretudo quanto aos aspectos que se referem à apropriação de Hegel (Safatle, 2012). Por outro lado, antes mesmo de falar sobre o reconhecimento, talvez seja importante colocar a pergunta sobre o próprio sentido em que se usa a expressão "clínica psicanalítica".

Tanto no meio acadêmico, como nas instituições psicanalíticas, escuta-se por vezes alusões a uma dimensão da psicanálise que seria estritamente a esfera de sua "clínica" em oposição aos seus outros desdobramentos, tais como suas relações com a cultura e a política. A prática clínica, como algo que independa de tais relações diria respeito, é o que suponho, ao que comporia o que se passa em uma escuta clínica e o que ali se revela do inconsciente de quem fala. Temos aí vários problemas. O principal deles é o fato de que não existe, no campo ampliado da psicanálise, um acordo sobre o que podemos entender por "clínica", e isso diz respeito, como mostrei em parte no primeiro capítulo, aos próprios inícios da psicanálise. Basta lembrar que discípulos de Freud como Ferenczi e Otto Gross adotavam uma prática clínica com nuances diferentes de seu mestre: o primeiro propunha um manejo da transferência que deu ensejo a uma longa tradição do modelo "interacional", sobre o qual falarei em seguida; e o segundo, que morreu completamente marginalizado do movimento psicanalítico (Checchia, 2018), escutava pacientes até mesmo em cafés e similares, já se guiando, de forma pioneira, por uma prática clínica desmistificadora da clássica imagem do analista e seu divã.

A ideia de que a clínica, estandardizada por esta imagem da posição de escuta de um analista ser uma atividade apartada do ambiente, ou da sociedade, reflete uma visão específica do que seja a psicanálise, em meio aos seus múltiplos e incontáveis dissensos, tal como vimos até aqui quanto às posições defendidas pelo freudomarxismo e pela Teoria Crítica. Quando falamos, por exemplo, das tradições de Winnicott e Lacan, estamos

supondo que no âmbito de ambas as tradições psicanalíticas se pratique um mesmo entendimento do que seja a clínica? Refiro-me ao fato de aquilo que desde o início estou chamando de práxis psicanalítica envolveria uma busca de clareza também sobre o conceito de clínica. Quando um psicanalista afirma que seu principal interesse é a *clínica*, mesmo quando nos referimos à pesquisa acadêmica,[46] isso implicaria em explicitar, ou ao menos termos claro para quem o enuncia, sobre o que falamos quando usamos tal noção de clínica. Uma outra pergunta é o que seria uma clínica psicanalítica que quanto aos seus referenciais teóricos se guiaria, para além da metapsicologia de Freud, por uma teoria crítica, cuja resposta problematicamente aponta para sabermos a qual modelo de crítica estamos nos referindo.

A esta altura pode-se então perguntar o que tem a ver o conceito de reconhecimento com a reflexão sobre uma *práxis* psicanalítica emancipatória. Desejo sugerir, como hipótese de leitura, que a relação está em que o interesse do conceito de reconhecimento para a clínica psicanalítica se encontra, seja na versão de Axel Honneth, ou de Jacques Lacan, na relação que há entre reconhecimento e *teoria crítica*, tratando-se de um recorte específico quanto à própria problematização do conceito de reconhecimento. No caso de Lacan, cuja filiação intelectual aparentemente traz grande distância da Escola de Frankfurt, haveria alguns aspectos de negatividade de sua teoria psicanalítica que se aproximam do modelo da dialética negativa de Theodor Adorno (Safatle, 2006; 2012), muito embora este último não recorra explicitamente o conceito de reconhecimento como relevante para sua obra.

Em seu livro *Percurso do Reconhecimento* Paul Ricoeur aponta para 23 significações possíveis do conceito de reconhecimento (Ricoeur, 2006, p. 17). Por outro lado, conforme depreendemos de Safatle (2015) foi a partir da obra de Axel Honneth no final da década de 1990, assim como Charles Taylor no mesmo período, que o reconhecimento passa a ser não apenas amplamente debatido nas Ciências Humanas em geral, mas se torna especialmente importante para o campo da política e das lutas sociais (2015, p. 198). Se para os estudiosos do pensamento hegeliano o reconhecimento sempre foi importante, entendo que nunca se recorreu tanto a este conceito quanto a partir dos anos 2000, especialmente a partir da divulgação do livro de Honneth *Luta por*

[46] Aqui me reporto a um aspecto, quanto a uma das três experiências que mencionei na Introdução desse trabalho. Em diferentes momentos, e em diferentes espaços institucionais, escutei colegas psicanalistas afirmarem que seu interesse fundamental é a clínica, em detrimento de questões históricas ou políticas que seriam exteriores a esta prática.

Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais (2003). Talvez seja relevante lembrar que o livro de Honneth, e o que entendo ser o seu sucesso mundial em diferentes subáreas das Ciências Humanas, surge no rastro histórico de transformações tanto na história do capitalismo, e da modernidade, como no âmbito da chamada Teoria Crítica, corrente de pensamento ao qual Honneth está vinculado. E ambas as transformações podem trazer implicações para a psicanálise.

No que se refere ao capitalismo, e sua incidência em um amplo e quase abstrato espectro do que podemos chamar de subjetividade contemporânea, tornou-se quase consensual o entendimento de que mudanças ocorridas na esfera do trabalho desde meados dos anos 1970 foram fundamentais para a configuração de um novo cenário onde se destacam o esgotamento do regime de acumulação fordista e o advento do neoliberalismo, ao qual me referi anteriormente como o capitalismo tardio. Tais mudanças, que também indicavam o deslocamento de lutas sociais do âmbito das classes sociais, para as minorias e/ou identidades, serão um fértil terreno compreensivo para a noção de luta por reconhecimento proposta por Honneth. No âmbito da Teoria Crítica, tais mudanças já vinham sendo diagnosticadas por Habermas e outros, o que também conflui para a pergunta sobre qual a relação de Honneth com a ideia original de Teoria Crítica. Afora o fato evidente, de caráter institucional, de ser pesquisador e diretor do *Instituto de Pesquisa Social* por diversos anos, sua obra, assim como a de Habermas, se propõe como uma recuperação do conteúdo normativo da Teoria Crítica, conteúdo que para ambos havia se perdido com a obra *Dialética do Esclarecimento* (Adorno e Horkheimer, 1985).

O tema do reconhecimento, em um primeiro olhar, aparece na psicanálise a partir dos dois pensadores mencionados acima, Honneth e Lacan, respectivamente um filósofo e um psicanalista, ambos leitores de Hegel. Quanto ao primeiro, sobre o qual me concentrarei um pouco mais, a relação entre reconhecimento e *clínica* psicanalítica é bem pouco evidente. Isso porque o interesse de Honneth está em buscar que tipo de contribuição tem a psicanálise para a teoria crítica, ou mais especificamente para uma teoria do reconhecimento, fortemente compreendida como uma teoria da justiça, empenhada em explicar a própria constituição da sociedade moderna em um sentido macroteórico. Teoria do reconhecimento esta que percorre sua obra como um todo, e que revela o modo específico pelo qual ele se insere na própria história da teoria crítica e da filosofia contemporânea.

A obra e o pensamento de Honneth passou, e tem passado, por diferentes fases, notadamente quanto a uma significativa diferença entre as obras *Luta por Reconhecimento* (1992/2003) e *O Direito da Liberdade* (2011/2015). É possível perceber que a visão de Honneth quanto à psicanálise também foi se modificando ao longo de mais de duas décadas, embora algumas questões centrais tenham se mantido, tal como a própria problemática do reconhecimento. Aquilo que se manteve como inalterado diz respeito às próprias bases de seu pensamento, isto é, a teoria da intersubjetividade. É em torno e a partir dela que se constroem todos os conceitos honnethianos, incluindo as suas interlocuções com a teoria psicanalítica.

Já em *Luta por Reconhecimento*, em um certo sentido seguindo o caminho aberto por Habermas, Honneth propõe uma recuperação do conteúdo normativo da teoria crítica, mas não mais se pautando por uma visão bidimensional de sociedade (Camargo, 2006 b). Ele busca entender o como que injustiças se manifestam sob a forma de dinâmicas sociais de desrespeito, que geram, enquanto experiências morais, lutas por reconhecimento. O modo de compreensão destas injustiças, ou formas de desrespeito (Honneth, 1994) serve ao mesmo tempo de mote compreensivo para as lutas sociais emancipatórias do mundo contemporâneo. A partir de sua leitura dos textos do jovem Hegel, anteriores à *Fenomenologia do Espírito* e da visão ainda inicial de Hegel sobre a formação do espírito,[47] haveria três dimensões do reconhecimento que se expressam enquanto amor, direito e solidariedade, sendo que tais formas de reconhecimento se referem, respectivamente, à três diferentes formas de auto relação prática, que se expressam enquanto autoconfiança, autorrespeito e autoestima (Honneth, 2003, p. 211).

Tentando se desvincular de uma concepção de intersubjetividade ainda marcada por traços idealistas e abstratos, como seria o caso de Hegel, Honneth irá recorrer, inicialmente, à obra de Georg Herbert Mead, e a sua psicologia social de bases empíricas, para dar sustentação a um conceito de reconhecimento que seria capaz de elucidar, ao mesmo tempo, traços centrais dos processos de individuação e socialização do indivíduo moderno.[48] Com Mead, se consolida uma visão sobre a subjetividade, em que esta resulta,

[47] Enfatizo aqui o conceito de reconhecimento desenvolvido pelo jovem Honneth, ciente de que anos mais tarde, especialmente em *O Direito da Liberdade*, a sua leitura e interpretação da *Fenomenologia do Espírito* e da *Filosofia do Direito* de Hegel adquirem protagonismo em sua obra.

[48] Mead será também um nome central e muito influente para a história da teoria sociológica contemporânea ao se colocar como ponto de referência, por exemplo, para a longa e influente tradição do interacionismo simbólico. Da mesma forma que será determinante aos argumentos de Habermas em sua teoria do agir comunicativo (Camargo, 2006 a).

enquanto processo de formação do *Self*, dos processos de interação entre os indivíduos, isto é, a distinção de Mead entre o "Eu" e o "Me" que indicaria a maneira pela qual a identidade do sujeito, ou a personalidade, seria sempre o resultado de uma relação com o outro, que encontrará um lugar privilegiado quando indissociada do que ocorre através da mediação da linguagem.

Para explicar as relações primárias de reconhecimento, aquelas que correspondem basicamente ao amor, Honneth recorrerá à Winnicott. A partir de então o psicanalista britânico será a principal referência quanto à relação entre teoria crítica e psicanálise na versão honnethiana. Em *Luta por Reconhecimento* a psicanálise freudiana desaparece quanto ao seu modelo clássico. O psiquismo é aqui entendido em forte acepção intersubjetiva. Conceitos centrais presentes na metapsicologia freudiana como narcisismo (Freud, 1914/2015 a) e conflito pulsional (Freud, 1915/2015 a) cedem lugar a um modelo de psicanálise que tem na experiência das interações seu núcleo fundamental. Interações essas que são compreendidas a partir da corrente psicanalítica das relações de objeto, cujo núcleo é a teorização winnicottiana sobre a relação entre mãe e bebê. É importante ressaltar que esta relação para Winnicott estará também fortemente ancorada na mobilização do conceito de experiência,[49] ressalvando-a quanto a sua dimensão cultural: "Utilizei o termo 'experiência cultural' como a extensão da ideia de fenômenos transicionais e de brincadeira, mas sem a certeza de ser capaz de definir a palavra 'cultura'. Na verdade, estou destacando a experiência" (Winnicott, 2019, p. 160).

Para Honneth, seguindo Winnicott, é na relação estabelecida entre mãe e bebê nos primeiros meses de vida, que se delineia a subjetividade, normal ou patológica, da pessoa humana. Trata-se da tese de que ao sujeito precede uma dimensão de sociabilidade que se manifesta como o próprio processo de interação, onde a intersubjetividade surge como condição de possibilidade para a constituição do Eu. Este Eu, que é ao mesmo tempo a instância que estabelece a relação com o mundo, se assemelharia ao "Me" de Mead, conforme esclarecerá Honneth em artigo posterior à *Luta por Reconhecimento* (Honneth, 1999, p. 232). Por outro lado, Honneth dirá que em conceitualização freudiana, o que Winnicott chamará de "Isso" estará mais próxima daquela instância a que Mead chama de "Eu".

[49] Tales Ab'Saber desenvolve os diferentes aspectos do conceito de experiência em Winnicott em sua obra *Winnicott – Experiência e Paradoxo* (2021).

Neste processo, que corresponde à formação da autoconfiança como esfera de reconhecimento, se indica o momento em que a criança está inicialmente fundida com a mãe, passando a uma fase de transição quanto à sua individuação, atravessada por esta relação primária de amor com o/um outro/a. Conforme Honneth:

> Com a guinada da psicanálise em direção ao curso interativo da primeira infância, a ligação afetiva com outras pessoas passa a ser investigada como um processo cujo êxito depende da preservação recíproca de uma tensão entre o auto-abandono simbiótico e a auto-afirmação individual; daí a tradição de pesquisa da teoria das relações de objeto ser apropriada, em especial medida, para tornar compreensível o amor como uma relação interativa a qual subjaz um padrão particular de reconhecimento recíproco (2003, p. 160).

Aquilo que Honneth chama de uma guinada da psicanálise representa, por um lado, a continuidade de sua crítica especialmente à *Dialética do Esclarecimento*. Por outro lado, há certa aproximação com as teses que haviam sido defendidas por Eric Fromm quanto à prioridade da interação[50]. Mas, seguindo Jessica Benjamin (1988; 2017), a adesão ao modelo das relações de objeto representa um completo afastamento do modelo pulsional freudiano. Se tomarmos apenas *Luta por Reconhecimento* como ponto de análise, enxerga-se aqui um significativo distanciamento de Freud. Mas o abandono, ou esquecimento da teoria pulsional não será algo definitivo no pensamento de Honneth, pois em publicações posteriores à *Luta por Reconhecimento* ele estabelecerá um diálogo direto com Freud (Honneth, 1999; 2007; 2009), buscando repensar, em bases intersubjetivas, alguns conceitos fundamentais da metapsicologia freudiana.

A relação de Honneth com a psicanálise irá se modificando ao longo de duas décadas, onde ele irá dialogar com alguns (as) de seus críticos (as).[51] Dentre estas críticas, se destacam as apresentadas pelo filósofo e psicanalista Joel Whitebook (2017; 2018). O debate entre estes dois pensadores incide também sobre o sentido da ideia de emancipação e ao que Whitebook chama de déficit de negatividade na versão honnethiana da psicanálise (Honneth and Whitebook, 2016), mesmo déficit também apontado por

[50] Tal proximidade que não aparece explicitamente em *Luta por Reconhecimento*, será admitida em uma entrevista de 2009, em que Honneth fala sobre o amadurecimentos de sua leitura da psicanálise. Dirá ele: "É claro que, depois de tudo que escrevi, estou mais próximo de Fromm que de Adorno (...)" (Honneth e Marin, 2017, p. 398).

[51] Em artigo escrito concomitante ao trabalho aqui apresentado, em colaboração/coautoria com o orientador desta dissertação, me detenho um pouco mais em alguns desses textos de Honneth, especialmente sobre a psicanálise, posteriores à *Luta por Reconhecimento*, analisando algumas modificações que têm ocorrido em sua relação teórica com a psicanálise.

Vladimir Safatle: “Por sua vez, a crítica à pulsão de morte é articulada, entre outras coisas, a uma recusa em definir a 'negatividade' como base compreensiva da estrutura do desejo humano” (2015, p. 205).

Assim como Honneth, Lacan também foi leitor de Hegel, e chegou a atribuir importância ao conceito de intersubjetividade em uma fase inicial de sua obra, assim como a de reconhecimento, considerando-se o seu possível desdobramento na clínica psicanalítica. Mas importa destacar que, como a maior parte dos frankfurtianos, Honneth é filósofo, e não psicanalista, cabendo indagarmos sobre que tipo de desdobramento teria, para a prática clínica, a relação que ele propõe entre reconhecimento e psicanálise. Sendo o reconhecimento para Honneth um conceito necessariamente intersubjetivo será nesse sentido que ele se apropriará de Winnicott, e antes dele de Mead, para enxergar no psicanalista britânico uma referência central para a formulação de seu modelo epistemológico, mas também para o que pretende ser uma atualização da psicanálise.

Esta recorrência a Winnicott serve a Honneth para formular hipóteses sobre os processos de socialização e individuação, que não mais decorreriam da moderna relação entre sujeito e objeto, como ocorria para a primeira Teoria Crítica, mas da ordem de uma experiência *relacional*. Isto faz com que o conflito freudiano, que simplificadamente se mostra como um conflito entre o Eu e a realidade, deixe de ser algo fundamental para este modelo de crítica. O próprio conflito que contrapõe as disposições pulsionais com a cultura, tão importantes para Adorno e Horkheimer, perde sua força explicativa. Como disse Freud:

> Descobriu-se que o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais culturais, e conclui-se então que, se essas exigências fossem abolidas ou bem atenuadas, isto significaria um retorno a possibilidades de felicidade (Freud, 1930/2013 a).

Apreendemos que na teoria pulsional freudiana as psicopatologias, por exemplo, decorrem de um conflito pulsional dual, concepção para a qual confluía tanto Reich como a primeira geração de frankfurtianos. De um ponto de vista da clínica psicanalítica

Honneth raramente faz referências explícitas sobre aquilo que é corriqueiro na psicanálise, como o pensar-se as psicopatologias em suas manifestações singulares.[52]

De qualquer modo, em *Luta por Reconhecimento*, Honneth está se referindo à dimensão de um sujeito. Em outro artigo do mesmo período, ele se refere ao fato de que esta luta por reconhecimento se assenta em uma experiência pré-teórica (Honneth, 1994, p. 256), mas já alicerçada em uma intersubjetividade que serve como ponto de partida (Camargo, 2010). Se nesta obra do ainda jovem Honneth a forma de compreensão do *Self* de Mead tem ainda um papel central em seu pensamento, enquanto Winnicott aparece como basilar para pensarmos as relações primárias de reconhecimento, com o passar do tempo este último irá ocupando um protagonismo cada vez mais incisivo tanto para a teoria do reconhecimento, quanto para a articulação entre Teoria Crítica e psicanálise.

Diferente da primeira geração de frankfurtianos, e especialmente de Theodor Adorno, Honneth se afasta da teoria pulsional freudiana, como nos anos 1930 já o fizera Fromm, ao recusar a dualidade conflitual das pulsões, e mais incisivamente a introdução da pulsão de morte na metapsicologia freudiana. Do mesmo modo o conceito de narcisismo deixa de ser relevante em seu apanhado da psicanálise (Marin, 2022, p. 195), se tornando essa, quando entendida no modelo intersubjetivo, relativa a um campo do saber que ocupa um papel dentro de uma teoria do reconhecimento. Esta intersubjetividade, que muito deverá a Winnicott para sua compreensão, do mesmo modo torna sugestivo o conceito de experiência (Camargo, 2010), que se refere aos próprios processos pelos quais ocorrem a individuação e a socialização.

A questão que cabe não esquecermos, anteriormente colocada, é o que a clínica psicanalítica tem a ver com o conceito de reconhecimento. Pelo viés da tradição lacaniana, o reconhecimento deixou de estar ligado, desde meados dos anos 1960, a qualquer conceito de intersubjetividade para se apresentar como algo que diz respeito ao desejo e a sua causa. Há uma dimensão de luta por reconhecimento que não é intersubjetiva. Assim nos encontramos em um terreno onde o reconhecimento, se trazido para o campo da

[52] Para não parecer injusto com o filósofo alemão, em sua obra mais madura, quando irá reconhecer em grande medida a influência de Hans Loewald na sua forma de enxergar a psicanálise, Honneth não só reconhecerá a pesquisa empírica como muito relevante para a compreensão do psiquismo, mas remeterá a compreensão das psicopatologias igualmente para a orientação explicativa intersubjetiva. Como na seguinte passagem: "Tais formas de patologia, como é evidente no caso de sintomas de transtornos borderline e narcisismo, forçaram os terapeutas a recorrerem, cada vez mais a princípios explicativos que eram irreconciliáveis com a opinião psicanalítica ortodoxa, porque tais princípios garantiam um significado independente aos laços recíprocos entre as crianças e seus outros significativos" (Honneth, 2007, p. 133).

escuta clínica, pode ser mobilizado no sentido de uma negatividade lacaniana.[53] Para Lacan, se o reconhecimento continua a ser relevante ao falarmos de um *sujeito do inconsciente* (Lacan, 1964/1988), tal já não seria mais algo da ordem da intersubjetividade:

> No caso lacaniano, este reconhecimento que não segue a lógica comunicacional, não se dá totalmente no campo intersubjetivo da linguagem (campo que Lacan chama de Outro). Ao contrário, ele é dependente da confrontação do sujeito com a opacidade de um objeto que causa seu desejo e que não é totalmente assimilável à inscrição simbólica no campo intersubjetivo (Safatle, 2005, p. 28).

No caso de Honneth, por outro lado, podemos supor que a psicanálise em um sentido intersubjetivo é relevante tanto para a teoria social em sentido amplo como para uma teoria do reconhecimento, ficando em aberto pensarmos se ela possui um claro desdobramento, e justificação, na prática clínica. Enquanto na obra lacaniana reconhecimento pode tanto se originar quanto ter como desdobramento possível a práxis analítica, no caso de Honneth me parece haver um déficit psicanalítico, pois embora em textos mais recentes de sua obra apareçam conceitos metapsicológicos importantes, como o de angústia (Honneth, 2009), a psicanálise ainda se mantém para ele no horizonte de um discurso que corresponde a de um "filósofo da psicanálise", para lembrarmos a posição explícita de Marcuse em *Eros e Civilização*.

Percorri até aqui a hipótese central de que uma clínica psicanalítica referenciada por uma teoria social crítica terá de lidar com uma tensão entre inconsciente e experiência. Isto aparece em visões distintas sobre a psicanálise como em Adorno e Honneth, para não falarmos aqui do próprio Reich. Ocorre que tal experiência, ou experiencia social, se apresenta para tais pensadores com sentidos diferentes. No caso de Adorno, como exemplo, lidar com tal experiência não implica no abandono da teoria pulsional freudiana, muito menos em uma recusa da pulsão de morte. Já no caso de Honneth esta experiência diz respeito ao próprio conceito de reconhecimento.

Para Honneth, não existem pulsões pré-sociais, as próprias pulsões seriam configurações derivadas das interações entre os indivíduos, ou para sermos mais precisos, da intersubjetividade. É esta última que torna possível a própria dinâmica pulsional.

[53] Voltarei a esse tema no capítulo quinto, adiante.

Assim, quando Honneth fala de "social" ele está falando de como o sujeito só o é a partir de sua interação com outro sujeito. Assim, a leitura que ele faz de Hegel, pelo menos em suas primeiras obras, diz respeito a fundamentar o conceito de intersubjetividade, o que não nos parece ser o caso, por exemplo, de Lacan em sua obra mais madura (Safatle, 2015). Já a experiência social, para Adorno, se refere a uma relação entre singularidade e totalidade, em nexo com a tradição dialética de Hegel, Marx, Benjamin e Lukács.

E a psicanálise não trata justamente de singularidades? A formação do inconsciente de cada pessoa não é uma singularidade? Pois bem, esta singularidade pode ser tratada também como uma negatividade, como algo que diz respeito ao não idêntico, assim como ocorreria com Lacan. Como afirmei no segundo capítulo, em Adorno não se espera a adequação do sujeito ao todo, mas sem este último, tomado negativamente como uma abstração, não se consegue pensar o próprio sujeito. Mas esta abstração, tal como a própria mercadoria, também não consegue ser pensada fora da história. Há assim uma relação entre história e experiência social, mas para Adorno não se trata de algo intersubjetivo, mas sim da ordem da relação entre sujeito e objeto.

Pensar a relação entre reconhecimento e clínica é um dos caminhos através dos quais pensar o tema da emancipação. Mas há que se precisar melhor em que sentido queremos fazer uso do conceito de reconhecimento, sem descartar possibilidades distintas. Deixei de falar até aqui de diversos outros aspectos da visão de Honneth sobre a psicanálise, assim como estou deixando de enfatizar outros autores/as. Ao pensar a psicanálise em sua relação com a Teoria Crítica de herança frankfurtiana, é importante não esquecer, no entanto, que vários pesquisadores (as), em sua maioria filósofos (as) como Amy Allen (2016; 2017) e Robin Celikates (2018) têm tentado ir além das próprias contribuições de Honneth, inserindo novos problemas.

Pensar a relação entre psicanálise e emancipação não pode se restringir, por outro lado, apenas ao que foi e é produzido intelectualmente no *Instituto de Pesquisa Social* de Frankfurt, na medida em que para além da tradição inaugurada por Horkheimer nos anos 1930 o pensamento contemporâneo produziu outras tantas formas de crítica. No capítulo seguinte tentarei pensar também um pouco sobre outras formas de crítica da modernidade, como a crítica foucaultiana, em especial aquela que ele faz da psiquiatria moderna, mas principalmente de outras formas de crítica, como a crítica do racismo, que trazem à tona dimensões do sofrimento psíquico no mundo contemporâneo, nem sempre bem percebidas pela predominante e espraiada branquitude do mundo europeu.

4. Modernidade, inconsciente e racismo

No trabalho *Modernidade e Dominação* (2006 a) eu desenvolvi a hipótese de que a *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer colocava problemas para a teoria social contemporânea, que influenciaram ou anteciparam problematizações similares nas obras de Habermas, Foucault e Jameson. Se, por um lado, o problema da dominação já era a questão central em torno do qual gravitavam minhas reflexões, por outro lado, os questionamentos teóricos sobre o que venha a ser a dominação e a emancipação se mostraram bem mais complexos com o tempo. Uma dessas complexidades diz respeito à própria ideia de modernidade, e o modo pelo qual, além de pensar o conceito de capitalismo, se colocam os fenômenos da colonialidade e do racismo.

Pensar hoje uma práxis psicanalítica emancipatória, adotando como referência a interlocução com a teoria crítica, requer apreendermos, na própria clínica, as formas de subjetividade que expressam poder, dominação e injustiça em diferentes aspectos. Nas críticas da modernidade de pensadores como Adorno e Habermas, questões de raça, quando associadas a colonialidade, e gênero, como exemplos, jamais se apresentaram como temas centrais. Devemos considerar, por outro lado, que a Teoria Crítica se constitui a partir de uma crítica da modernidade, mesmo que entendendo-a, no interior da própria história do *Instituto de Pesquisa Social*, de modos diferentes. Mas é possível sugerir que há um elemento em comum, que é a adoção como um ponto de referência, do pensamento filosófico e científico europeu no século XVIII, em especial o projeto da *Aufklärung*.

Adorno e Horkheimer recorrem a Freud para criticarem aquilo que Habermas chamará de um projeto inacabado da modernidade (Habermas, 1992), pois se trata de criticar a própria racionalidade moderna em que o Eu cumpre funções de dominação da natureza externa e interna dos indivíduos. Trata-se também de uma crítica da ciência moderna. A partir disso enxergo alguns problemas, de difícil equação, quanto à relação entre a psicanálise e a herança da modernidade, quando pensamos, por exemplo, que o pensamento filosófico moderno tem início com Descartes e uma determinada forma de se postular o problema do sujeito na modernidade. Se para Horkheimer o ponto de partida da teoria tradicional coincide com os primórdios da filosofia moderna (Horkheimer, 1983, p. 118) que se inaugura com Descartes, não deixa de ser instigante pensarmos o como que Freud se pautava em grande medida por uma estandardização do ideal de ciência moderna, algo que não foi seguido à risca por Lacan. Tais questões me parecem relevantes

porque pensar a emancipação a partir da psicanálise, implicaria também pensar se para ela, quando toma o próprio inconsciente como ponto de partida, haveria um sujeito que a ela diz respeito. E se existe tal sujeito, um sujeito do inconsciente, que relação haveria entre ele e a emancipação?

Proponho aqui outra breve digressão, sobre a relação entre sujeito, modernidade e psicanálise, adotando como referência o *Seminário 11* de Lacan (1964/1988). Na lição de 29 de janeiro de 1964, Lacan desenha um mapa do problema que diz respeito a relação de Freud e dele próprio com o cogito cartesiano. Diz Lacan que há aproximações e distanciamentos entre Freud e Descartes. O procedimento freudiano de filiação a Descartes diz respeito a uma busca da certeza, que se fundamenta no sujeito da certeza. Esta última é assim um ancoramento tanto para o sujeito da ciência como para o sujeito da psicanálise. Mas os encaminhamentos são distintos. A dúvida é ponto de partida, mas ela irá adquirir estatutos diferentes em Descartes e Freud, sendo o sonho o modelo por excelência desta aproximação e distanciamento. O sonho para Descartes é um dos argumentos metódicos para a dúvida que traz como certeza o "Eu penso", enquanto para Freud o sonho é precisamente, quanto às dúvidas que envolvem a sua narrativa, aquilo que aponta para uma *outra* certeza: a de que o "Isso pensa" (Freud, 1900/2017). Na transferência do sonho há comumente uma dúvida, ou dúvidas, sendo nesses momentos em que se expressaria o pensamento inconsciente, como algo ausente, mas que está lá, embora não no Eu. Como diz Lacan:

> É aqui que se revela a dissimetria entre Freud e Descartes. Ela não está de modo algum no encaminhamento inicial da certeza fundada do sujeito. Ela se prende a que, nesse campo do inconsciente, o sujeito está em casa. E é porque Freud lhe afirma a certeza que se faz o progresso pelo qual ele muda o mundo para nós (1964/1988, p. 39).

Um pouco antes desta frase há, por outro lado, uma alusão de Lacan a uma possível diferença entre ele e Descartes e quanto a sua própria posição, não apenas a de Freud, onde ele diz que "o eu penso, para nós, não pode certamente ser destacado do fato de que ele só pode formulá-lo dizendo-o para nós" (1964/1988, p. 39). Em outras palavras parece-me aqui que Lacan, embora não volte mais ao tema nesta lição, está tentando dizer que este Eu que pensa só pode sê-lo enquanto um ato de fala, de enunciação. Nesse momento ele não avança quanto a questão da linguagem, mas podemos retomá-la em dezembro de 1965 na conferência *Ciência e Verdade* quando ele diz:

> Portanto não é inútil repetir que na experiência de escrever: *penso: "logo existo"* com aspas ao redor da segunda oração, lê-se que o pensamento só funda o ser ao se vincular à fala, onde toda a operação toca na essência da linguagem (1965/2022, p. 879).

Quando Lacan diz nesta lição que o "encaminhamento de Freud é cartesiano" leva-nos a entender que Freud, e, portanto, a psicanálise, postula-se como uma herdeira da ciência moderna. Não evidentemente como herdeira de uma filosofia do sujeito, ou da consciência, cujas raízes também são cartesianas, mas afinada a esta modernidade que tem como ponto de partida este ancorar-se no fundamento de um sujeito da certeza. Cabe insistir, neste caso, que se a certeza pode ser encaminhada para o campo do sujeito é porque este se apartou por completo do objeto, o que demarcará, pelo menos até Hegel e Marx, incontáveis dilemas para a filosofia moderna.

Se Freud, e neste caso também Lacan, compartilham com Descartes este primado da dúvida e se afastam quanto ao segundo momento, ou sobre o que significa pensar, este afastamento é ainda mais evidente quando entra em cena Deus como fundamento último da ordem das causalidades (Descartes, 1983). Neste ponto, a oposição entre pensamento cartesiano e psicanálise é radical, pois Descartes transforma Deus em um Outro que se apresenta como um sujeito suposto saber. Seria até desnecessário dizer que para Lacan o grande Outro nada tem a ver com um Deus fundador, mas se reporta a uma estrutura linguística originariamente inconsciente.

Uma das questões que continuo a achar instigante quanto à relação entre psicanálise e modernidade, como possíveis implicações para pensarmos a relação entre dominação e emancipação, é quanto às diferenças existentes entre Freud e Lacan acerca de suas leituras de Descartes e mesmo quanto à ciência moderna. Enquanto Freud buscava se manter fiel ao Ideal de ciência moderna, o mesmo não acontece com Lacan, que embora busque igualmente esta filiação ao cogito cartesiano, aquilo que é buscado em seu pensamento parece ser a posição do sujeito como o que articula modernidade e psicanálise.

Aqui, cabe destacar, que na própria forma de se interpretar a ciência moderna e a tradição cartesiana também se colocam problemas acerca da dominação e da emancipação que em parte estão além da própria crítica frankfurtiana. Em modelos de pensamento contemporâneo, como por exemplo o pós-estruturalismo francês (Williams, 2017), os pressupostos de unidade e universalidade do sujeito cartesiano se tornaram amplamente

criticados não apenas quanto ao envelhecimento do paradigma da filosofia do sujeito, mas quanto ao próprio pressuposto do *cogito* como ponto de partida para a constituição do saber científico.

Será ainda possível atribuirmos a este *cogito* cartesiano um modelo de sujeito da ciência que suporte um sujeito da psicanálise e do inconsciente? Em anos recentes a crítica decolonial (Dussel, 2008; Grosfoguel, 2016) igualmente questiona o modelo dualista cartesiano como capaz de desvendar os dilemas da subjetividade moderna. Será possível falarmos hoje em um sujeito do inconsciente sem levarmos em consideração a crítica da colonialidade e do racismo? Em sua crítica da colonialidade, que vem associada a uma crítica do racismo, Grosfoguel apresenta o que chama de "os quatro genocídios/epistemicídios do longo sec. XVI" como diretamente relacionados ao papel de Descartes:

> A frase mais famosa de Descartes – "penso, logo existo" – constitui uma nova fundação do conhecimento que desafiou a autoridade do conhecimento da cristandade desde o Império Romano. A nova fundação do conhecimento produzida pelo cartesianismo não é mais o Deus cristão, mas o novo "Eu". Embora Descartes nunca tenha definido quem é esse "Eu", está claro em sua filosofia que o "Eu" substitui Deus como a nova fundação do conhecimento e seus atributos constituem a secularização dos atributos do Deus cristão (Grosfoguel, 2016, p. 28).

Refiro-me ao fato de que as presunções de universalidade que caracterizam a filosofia e a ciência moderna também acabam transpostas, algumas vezes, para a psicanálise, sem que se considere que uma e outra foram forjadas, predominantemente, por homens brancos e europeus, oriundos das classe dominantes, e que buscaram impor ao mundo o seu modelo de conhecimento, considerando, em alguns casos, como não humanos povos de outras partes do mundo, portadores de outras formas de saber e conhecimento, mas igualmente de outras características corporais, outras cores de pele. Assim, tentando justificar as digressões acima quanto ao problema do sujeito, sugiro que o muito recente debate que se instaura no campo psicanalítico acerca da relação entre racismo e psicanálise é uma discussão que tem a ver não apenas com psicanálise e política, o que já parece demasiado para muitos, como diria Castel acerca do "psicanalismo" (Castel, 1978), mas o debate que envolve psicanálise e racismo é também epistemológico. Lembremos que a Teoria Crítica, desde suas origens, falava sobre a

relação entre ciência e dominação, e que o pensar a emancipação é algo que decorre de um posicionamento crítico diante da teoria tradicional.

Ao invés de retomar, de forma explícita, a situação já exposta na Introdução desse trabalho sobre as inquietações de mulheres negras e os pontos de impulso dessa pesquisa, vou rapidamente falar de um filme (Estamira, 2005) que poderá ser revelador, nas páginas que sequem, sobre a problemática da dominação e da emancipação para a clínica psicanalítica, envolvendo a questão da racialidade e da diferença. Já falei sobre esse filme em trabalhos anteriores, mas aqui o retomo:

> *Estamira* é uma louca, com comportamento tipicamente associado ao conceito de esquizofrenia, que vive em um lixão no Rio de Janeiro. Portadora de alguns sintomas clássicos de um psicótico, ela vive o seu delírio na labuta diária de catar os restos dos outros. *Estamira* tem uma casa, para onde ela vai e volta diariamente, garante a sua subsistência com o seu trabalho e sua relação com a psiquiatria se correlaciona com fazer uma consulta, uma vez ao mês pelo SUS, e pegar a receita para os seus medicamentos, que como para o olhar de tantos pacientes psiquiátricos é a encarnação do mal [...]. Filha de uma mãe também considerada esquizofrênica que acabou os dias em um hospital psiquiátrico ela foi já na infância violentada sexualmente pela primeira vez. Foi levada a se prostituir aos doze anos até o dia em que conheceu um homem que abalou definitivamente sua vida. Reproduzindo um caso clássico dos amores que se constituem na sociedade capitalista *Estamira* foi retirada da rua, ou do bordel, por um homem mais velho, estabilizado economicamente e que a "traía" reincidentemente. Entre outros fatos, este homem, com quem ela teve três filhos, obrigou-a a internar a mãe em um hospital psiquiátrico (Camargo, 2024, p. 27).

"Estamira" é uma mulher negra, com um quadro psicótico, em uma situação social de extrema vulnerabilidade, que vive de catar os restos, com menor charme, ao menos poético, do que os trapeiros das ruas de Paris descritos por Baudelaire. A sua psicose se mostra estreitamente associada, conforme seu próprio relato, às experiências que ela teve ao longo da vida e que revelam o índice de dominação da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo traz à tona a condição social de mulheres negras cuja vida psíquica, e saúde mental, se associam diretamente à cor de sua pele, e a um conjunto de experiências que também dizem respeito ao modo como ela é ou não escutada. Em outras palavras, ressurge a pergunta sobre como escutar tais mulheres em sua singularidade, concebendo-se que tal

singularidade, a do inconsciente de cada uma delas, revela ao mesmo tempo um certo tipo de experiência social.

Uma das expressões contemporâneas de uma teoria social crítica não diretamente relacionada com a tradição do *Instituto de Pesquisa Social* é o conceito de interseccionalidade reivindicado por Patricia Hill Collins. Para esta feminista norte-americana há diferentes formas de dizer-se o que é uma teoria crítica, onde ela destaca a Teoria Crítica frankfurtiana; os estudos culturais britânicos; e o que chama de teoria social francófona (Collins, 2022). Sem descartar as contribuições dessas três vertentes teóricas, a autora aponta a interseccionalidade como uma modalidade de investigação crítica, onde se destacam as questões de classe, raça e gênero, mas não apenas isso, como expressão do que vêm a ser os quadros de injustiça herdados da sociedade moderna.

O racismo, como forma de poder, dominação e injustiça, passou a ser pautado pela psicanálise no Brasil, ao que consta, de uma forma mais enfática há aproximadamente uma década (Kon; Silva; Abud, 2017), não obstante já há algum tempo tenha sido apontado como algo acerca do qual os (as) psicanalistas deveriam se posicionar. Trata-se de uma forma de dominação tão evidente quanto ao mesmo tempo difícil de ser incorporada aos debates do campo psicanalítico. A problemática do racismo, e da branquitude, tem sido destacada em concomitância com os debates já consolidados nas Ciências Humanas acerca da colonialidade, e das recentes repercussões sobre questões relativas à história da psicanálise, em especial a partir da tradução e publicação do livro de Elisabeth Danto (2019), aqui já mencionado.

Em alguma medida, as questões que surgem no âmbito da psicanálise no Brasil acerca da questão racial têm uma característica em comum com as intervenções dos pensadores frankfurtianos de primeira geração: as intervenções mais conhecidas e citadas buscam abordar o racismo como um *problema social e histórico* que pode ser interpretado através de conceitos advindos da teoria psicanalítica freudiana. Tais contribuições não se referem, de uma forma imediata, às questões propriamente clínicas. Refiro-me aqui a nomes como Lélia Gonzalez (2019), Neusa Santos Souza (2021) e Isildinha Baptista Nogueira (2021). Considero também a importância da contribuição de Rita Segato (2021).

O racismo tem para elas uma característica fundamental que é objeto da metapsicologia freudiana: há no racismo alguma dimensão inconsciente de negação. Segundo Andrea Guerra:

> Em psicanálise, a negação se articula como mecanismo estrutural e primário de defesa, responsável mesmo pela própria possibilidade simbólica da representação de um objeto pela linguagem, face à ausência desse objeto originário de satisfação. Ela está na base de três grandes mecanismos de defesa do inconsciente: o recalque, o desmentido e a foraclusão (2020, p. 9).

Lélia Gonzalez, em diferentes de seus ensaios, dos quais destaco aqui "Racismo e Sexismo na cultura brasileira" e "A categoria político-cultural da amefricanidade" (Gonzalez, 2019) irá tratar o racismo na cultura brasileira a partir de Freud e Lacan, enxergando neste racismo o que ela chama de "sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira" (2019, p. 76). Embora Lélia, cuja origem intelectual está nas Ciências Sociais, esteja fazendo uma afirmação que aparenta ser também macrossociológica, a autora está falando daquilo que se passa no psiquismo de cada um dos brasileiros, sejam brancos ou pretos. Tendo em vista a citação acima, Lélia estaria dizendo que a neurose se expressa como um mecanismo de defesa que está na ordem do recalque, muito embora no texto sobre a amefricanidade ela irá também se referir ao mecanismo da denegação (*Verneinung*) como algo que nos auxilia a compreender o modo pelo qual no Brasil há uma peculiar e histórica característica de se dizer que não há racismo, repetido, por exemplo, na frase corriqueira "eu não sou racista".

É curioso atentarmos que os *insights* de Lélia Gonzalez de tentar compreender a dominação racial no Brasil a partir de conceitos psicanalíticos vão ao encontro de duas psicanalistas negras: Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira, cujos textos iniciais sobre racismo e psicanálise foram produzidos, respectivamente, no início da década de 1980 e no final da década de 1990. Suas pesquisas apenas na última década passaram a ser amplamente divulgadas nos meios acadêmico e psicanalítico. O trabalho de Neusa, cuja popularidade hoje se deve principalmente pela obra "Tornar-se Negro" (Souza, 2021), cuja origem é uma dissertação de mestrado publicada como livro em 1983, dedicou grande parte de sua vida e trajetória psicanalítica ao estudo das psicoses. Há algo nessa obra, e que me parece ser fundamental nas três autoras mencionadas acima, que está relacionado ao fato de que para elas o conceito de narcisismo opera como significativo para compreendermos as relações de dominação que se impõe sobre a população negra como algo que diz respeito, entre outros aspectos, à formação do Eu, e mais precisamente ao ideal do Eu, tal como teorizado por Freud:

> Já em ocasiões anteriores (“Narcisismo”, “Luto e melancolia”) fomos levados à suposição de que em nosso Eu se desenvolve uma instância que pode se separar do resto do Eu e entrar em conflito com ele. Nós a chamamos “ideal do Eu” e lhe atribuímos funções como auto-observação, consciência moral censura do sonho e principal influência na repressão (Freud, 1921/2016 b, p. 67-8).

Para Lélia Gonzalez, colocando-se no mesmo caminho aberto por Frantz Fanon (2008), o racismo coloca o problema da identificação, do modo pelo qual o dominado se identifica com o dominador.[54] Este mesmo mecanismo é destacado por Neusa Santos Souza quando se refere ao fato de que os negros tomam a brancura como um ideal que se refere ao próprio corpo:

> O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal do ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido, e que endossa a luta para realizar esse modelo (Souza, 2021, p. 65).

A identificação com o dominador se manifesta enquanto uma negação desse corpo, e sua cor, trazendo aos homens e mulheres negras um sofrimento psíquico intenso, pois aqui opera não apenas o traumático sobre seu inconsciente, mas opera a própria alienação de sua condição de sujeito, no caso, daquilo que diz respeito à própria constituição de seu desejo.

Os textos de Lélia Gonzalez nos ajudam a perceber que isso que ela nomeia como um sintoma se expressa de muitas maneiras, especialmente no modo pelo qual a linguagem indica não apenas diretamente, e “cotidianamente” (Kilomba, 2019) a violência racial sobre a população negra, mas expressa igualmente o apagamento, a exclusão e/ou a denegação de uma cultura, a cultura negra, que está na base formativa dos laços sociais que são ao mesmo tempo expressão de poder e dominação. Leitora atenta de Lacan, chama a atenção a seguinte passagem sobre falas cotidianas dos sujeitos negros:

> É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença

[54] Recordo que ao falar, no primeiro capítulo, sobre os trabalhos de Reich, Fromm e Horkheimer, o conceito metapsicológico de identificação, apropriado por eles em grande medida de *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921/2016 b) era fundamental para a compreensão do nazifascismo e dos fenômenos autoritários.

> desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexiste. Afinal, quem é o ignorante? (Gonzalez, 2020, p. 90).

Por outro lado, se Lélia Gonzalez se refere ao racismo como uma forma de negação que aponta predominantemente para uma dimensão do recalque (*Verdrängung*), ou da neurose, ela irá também se referir a algo que Rita Segato (2021)[55] irá tratar como sendo da dimensão da foraclusão (*Verwerfung*), que é a completa exclusão de nossa história cultural enquanto representação do simbólico, da figura da mãe negra, como um/a personagem apagado/a da história oficial. A partir de uma pintura, cuja autoria é historicamente polêmica, em que uma mulher negra segura no colo uma criança branca, sendo que tal criança seria, segundo alguns historiadores, o próprio Imperador d. Pedro II, a autora desenvolve o argumento do Édipo negro. A partir desta imagem, Segato reflete sobre o papel da babá, da ama de leite, da "cuidadora" de cor negra que tem com a criança branca uma ligação cuja função simbólica desaparece por completo na narrativa racial brasileira. Na medida em que, não apenas durante a escravidão, mas até muito recentemente na história brasileira, advém a figura da mulher negra como babá que costumeiramente tem uma relação de profunda intimidade com a criança branca, substituindo as tarefas de cuidado da mãe biológica, somos levados a pensar que aí reside algo da formação do inconsciente que é ao mesmo tempo negado enquanto pertencente a ordem simbólica.

Cabe aqui um lembrete: por um lado, todas as autoras acima mencionadas, em graus diferentes, se aproximam de Lacan. Mas no caso acima, em linguagem lacaniana, transitamos por problemas quanto a formação do inconsciente que se dão entre o real, o imaginário e o simbólico. Por outro lado, a imagem quanto à relação entre mãe e bebê não nos deixa esquecer as questões anteriormente levantadas sobre a obra de Axel Honneth e sua leitura de Winnicott. Em outras palavras, não deixa de ser sugestivo pensar sobre o como interpretaríamos tanto a problemática do ideal do Eu das pessoas negras, como a relação entre mãe/cuidadora negra e criança branca, tendo em vista uma psicanálise de orientação intersubjetiva, já que, para Honneth, o próprio narcisismo deixou de ter um papel relevante para a compreensão da vida psíquica.

Talvez seja redundante lembrar que as autoras acima, com maior ou menor ênfase, associam o fenômeno do racismo ao da colonialidade, e em tonalidades também

[55] Refiro-me aqui especificamente ao ensaio "O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça" (Segato, 2021, p. 211-246)

diferentes apontam para aquilo que Patricia Hill Collins nomeia como interseccionalidade, antes que esse conceito se tornasse amplamente conhecido nas Ciências Humanas. As autoras mencionadas estão questionando, a partir da psicanálise, ou de conceitos psicanalíticos, o modo pelo qual o saber sobre a vida psíquica das pessoas não pode estar separado de relações de classe, gênero e raça, onde esta última, que aponta para a "cor do inconsciente" (Nogueira, 2021) se refere, conforme proponho, a uma experiência social sem o qual esse inconsciente não é apreensível. Assim, é possível voltar ao porquê ter iniciado este capítulo falando sobre modernidade, esclarecimento e o papel paradigmático de Descartes. Curiosamente, em outras palavras, esse tipo de entendimento que será ao seu modo tratado por Isildinha Nogueira aponta mais uma vez para a noção de uma teoria social crítica. Segundo a psicanalista, ao falar de sua tese, que deu origem ao livro:

> Teoricamente, tal perspectiva se justifica na concepção de que há uma interação dialética entre as representações sociais – ideologicamente estruturadas – que são produto das estruturas socioeconômicas e as configurações que constituem o universo psíquico dos indivíduos. Tal perspectiva foi proposta, primeiramente, pelos freudomarxistas, como nos coloca Sergio Paulo Rouanet... (2021, p. 34).

Eis-nos de volta ao ponto de partida desse trabalho. O que gostaria de sugerir é que o pensar uma práxis psicanalítica emancipatória deve considerar os diferentes aspectos que estão implicados naquele de interseccionalidade, sobre o qual não é possível um maior aprofundamento nesse momento, mas o que está em questão, conforme proponho, é o próprio conceito de dominação, que ao tratar, necessariamente, de questões de classe, raça e gênero, tem em seu núcleo, em última instância, o conceito de capitalismo, e o capitalismo tardio, como o objeto em torno do qual gravitam as contradições entre dominação e emancipação. Recoloco assim que o problema da dominação está diretamente associado ao não idêntico, que por um caminho epistemologicamente distinto foi tratado sob a consigna da diferença na leitura pós-estruturalista, especialmente na obra de Deleuze e Guattari (2010). Para ser claro, a dominação é passível de ser compreendida interseccionalmente, mas ela é acima de tudo a lógica da identidade, a impossibilidade da diferença e do não idêntico. Retomo aqui a imagem de "Estamira": mulher, pobre, negra e... anormal. Também aqui poderia mais

uma vez sugerir: não seria o modo de existência de Estamira melhor elucidado através da mobilização da noção de *experiência social*?

Que relação há entre colonialidade, racismo e loucura? Estamos falando sobre estruturas e processos articulados enquanto modernidade e dominação, que por sua vez encontra sua forma de efetivação histórica no modo de produção capitalista. Frantz Fanon, em seu trabalho publicado com o título *Alienação e Liberdade – Escritos Psiquiátricos* (2020) traz em um de seus ensaios[56] a sua experiência, então como um psiquiatra bastante atuante, que dentre suas andanças como médico e militante, em uma delas, no Magreb, percebe que os muçulmanos tratam os chamados loucos, os anormais, de uma forma bastante distinta com a qual o próprio Fanon estava acostumado a lidar em sua prática médica. Para aquela cultura, dos magrebinos, tornava-se difícil, aos olhos do próprio autor, aplicar-se de imediato o conceito Ocidental, e da psiquiatria tradicional, de psicose. Lembro esse exemplo sobre Fanon para trazer à tona algo que se relaciona ao racismo e a colonialidade que são os processos de exclusão daquilo que se concebe como normalidade a partir da epistemologia e do olhar branco, o qual busca se impor frente às mais diferentes culturas. Roger Bastide (2016) irá apontar para algo similar em um contexto bem distinto. O antropólogo francês irá mostrar como as manifestações de religiões afro-brasileiras trazem modos de existência, modalidades comportamentais, como os ritos de possessão, que aos olhos da psiquiatria Ocidental são facilmente tomados como psicoses, ou loucura, enquanto que para os integrantes de uma matriz religiosa, como o batuque, o comportamento excêntrico do participante de um ritual apenas faz parte de sua compreensão de mundo, de modo similar àquela apreendida por Fanon e seus pacientes magrebinos.

A lembrança da obra de Fanon serve também para continuarmos problematizando a relação entre teoria crítica e psicanálise, mas agora a partir de outras referências. Se Patricia Hill Collins reivindica a interseccionalidade como uma forma de teoria social crítica, antes dela o pós-estruturalismo francês se colocava nesta posição de uma crítica da modernidade em muitos aspectos similares aquela da Teoria Crítica do *Instituto de Pesquisa Social,* tema este trabalhado pelos próprios pensadores frankfurtianos como Habermas (1998) e Honneth (1991). Muito embora, de modo geral quanto a estes dois filósofos, para criticar as opções teóricas de Deleuze e Foucault como pensadores que teriam cedido em demasia à herança de Nietzsche (Camargo, 2006 a). Falar de Frantz

[56] Fanon, Frantz (2019). "Atitude do muçulmano magrebino diante da loucura". p. 245-250.

Fanon também nos remete mais uma vez para a experiência de Jean Oury e do jovem Guattari nos anos 1950, e sua psicoterapia institucional, tal como mencionei rapidamente no primeiro capítulo, porque os debates sobre poder, dominação e psicoses adquiriram uma dimensão de grande importância naquela década. Entendo que os anos 1950 foram uma espécie de divisor de águas na história da teorização e forma de tratamento das psicoses. Quando Gabarron-Garcia (2023) situa a experiência de La Borde como uma práxis psicanalítica emancipatória, ele pouco aprofunda um aspecto decisivo daquela experiência: o que estava no centro da prática clínica daqueles psicanalistas, já bastante influenciados por Lacan, era a possibilidade de tratamento das psicoses, um tema que sempre foi de grande dificuldade para a história da psicanálise.

A dominação social capitalista que se manifesta nas relações de classe, raça e gênero, igualmente incide sobre aquilo que a psiquiatria tradicional, e seu principal instrumento de poder que é o DSM, designa como patologia, ou anormalidade. E é nesse sentido que considero relevante este período histórico que será o do posicionamento de diferentes pensadores, psiquiatras e psicanalistas, sobre a problemática da loucura e das psicoses, sendo estas alçadas a uma problemática também política, como algo relativo às formas de poder e dominação demarcadores de um período histórico e quanto às próprias contradições do capitalismo.

Já no início da década de 1960 a *História da Loucura* de Foucault (2014) se mostrou como a mais importante referência sobre este tema no pensamento contemporâneo. O conjunto de sua obra posterior, especialmente nos anos 1970, erigiu não apenas a crítica genealógica do poder, mas tentou desvendar os modos pelos quais a psiquiatria sempre esteve indissociavelmente ligada ao poder e a dominação. O fato é que justamente a partir da década de 1950 constatamos significativas modificações na história da psiquiatria. Se, por um lado, naquele momento histórico o modelo dos grandes manicômios não só se manteve inalterado, mas em muitos lugares se intensificou, ao mesmo tempo a década de 1950 trouxe o advento dos novos medicamentos psiquiátricos, que prometiam ser um revolucionamento no tratamento das psicoses, especialmente a esquizofrenia, adotada como o grande protótipo do conceito de loucura.

Neste período surgia em Londres um outro grande modelo teórico e prático de crítica da psiquiatria moderna. Tendo como referências principais David Cooper e Ronald Laing tem início a antipsiquiatria britânica, ancorada, em parte, em uma herança da fenomenologia e muito fortemente no existencialismo de Sartre. Tanto Fanon como Laing eram fortes simpatizantes de Sartre. O núcleo em torno do qual se ergueu a antipsiquiatria

britânica[57] foram as reflexões, e as práticas clínicas, sobre o conceito de esquizofrenia, adotando-se como posição teórica, e de um modo similar a Foucault, a posição de que esta não seria necessariamente uma doença, uma patologia, mas de um certo tipo de experiência. No caso de Laing, a esquizofrenia se referia a uma experiência existencial (Laing, 1969). Esta experiência para Laing terá fortes conotações políticas, na medida em que a experiência do Eu, para ele, não se referia a algo relativo apenas à natureza interna do indivíduo, mas se associa a uma experiência psicossocial em que se destaca muito fortemente a família daquele indivíduo rotulado como esquizofrênico ou doente mental.

Para a antipsiquiatria o que a psiquiatria tradicional nomeia como loucura e psicose é um fenômeno fortemente ancorado em relações interpessoais, especialmente familiares, que apontam para uma dimensão ontológica em torno do qual se apresentam determinados sintomas, tais como os delírios e alucinações. Laing em colaboração com Aaron Esterson (Laing and Esterson, 1977) examinou o tipo de linguagem estabelecida entre os membros de uma mesma família apreendendo o modo pelo qual um de seus membros, aquele/a diagnosticado com esquizofrenia, possuía uma série de comportamentos e posturas existenciais tidas como atípicas e anormais pelos demais integrantes do núcleo familiar. O nascimento social do esquizofrênico, conforme Laing, era assim o resultado da relação do indivíduo com o outro, tomado aqui em um sentido intersubjetivo, muito próximo da tradição fenomenológica, mas também de Winnicott.

Entendo que um dos pontos em comum entre teorias tão distintas como Foucault e Laing, está em uma postulação da loucura como uma *forma de experiência*, mas compreendida a partir de premissas epistemológicas distintas. No contexto pós 1950, não podemos esquecer que o fenômeno geral da loucura nesse período teve uma outra face, ainda em solo europeu, que foi a retomada, por parte de Jacques Lacan, da problemática das psicoses (Lacan, 1955-6/2010), algo historicamente de difícil abordagem na tradição psicanalítica. Enxergando o tema das psicoses de um modo totalmente diferente dos pensadores mencionados acima, Lacan abre o caminho para o tratamento das psicoses a partir de uma teorização quanto a especificidade desta como uma estrutura clínica, que enquanto tal não possui o mesmo estatuto político que possuía em Foucault ou Laing. Tais menções rápidas aos problemas da loucura e das psicoses, servem para apontar que a problemática da "anormalidade" é também um dos aspectos em torno dos quais

[57] Uso aqui a expressão antipsiquiatria britânica para diferenciá-la de outras correntes críticas da psiquiatria moderna, como aquela do italiano Franco Basaglia (Camargo, 2024).

podemos pensar o não idêntico. Lembrando uma frase de Adorno, em um dos momentos de sua crítica à psicanálise, ao falar sobre neuroses e psicoses: "...uma divisão que faz do rico um neurótico e do pobre um psicótico" (2007 a, p. 123).

Assim, encerro este capítulo mais uma vez falando de "Estamira". Em uma passagem do documentário ela diz que quando vai até o posto médico, após uma breve consulta retorna para casa com uma receita de Diazepan. As formas contemporâneas de subjetivação que se impõe através dos diagnósticos e da medicalização são também uma expressão muito viva da colonialidade. Há uma tese de doutorado em antropologia de Juliana Rosalen (2017) em que a pesquisadora investiga como que povos indígenas ao terem contato com o sistema de saúde dos brancos igualmente voltam para suas aldeias com caixas de medicamentos para tratamento de alguma psicopatologia encontrada no manual do DSM. Tal como também foi descrito por Bastide sobre as diferenças culturais entre brancos e negros, em que manifestações, muitas vezes de cunho religioso, logo se tornam em algum tipo de psicose, ou anormalidade, sob a ótica das pessoas brancas e Ocidentais.

Um dos desafios de uma práxis psicanalítica emancipatória estaria também em como pensar em diferentes modos de existência, ou formas de experiência social, sejam as dos povos indígenas ou alteridades que não se situem na referida modernidade branca, heteronormativa e Ocidental. Assim como historicamente se postulou que no caso do tratamento das psicoses há obstáculos a que se estabeleça uma relação de transferência entre analista e analisante, por razões que dizem respeito à própria ordem da linguagem, podemos nos indagar sobre se há ou não algo similar, enquanto apreensão da radical diferença de experiências, entre, por exemplo, analista branco e mulher negra. Não creio dispor no momento de uma resposta para esta indagação. Por outro lado, quanto aos desdobramentos que teve a psiquiatria nas últimas décadas, e a passagem do que Deleuze chama da sociedade disciplinar para a sociedade de controle (Deleuze, 1992), parece evidente que no capitalismo tardio os processos neoliberais e colonizadores dos diagnósticos e da medicalização se estendem pelos mais diversos territórios do planeta, evidenciando que a universalidade da forma mercadoria, como teorizada por Marx em *O Capital* (2016), não pode ser descartada como mero anacronismo.

5. Capitalismo, sofrimento psíquico e emancipação

> *Trotsky était présent dans une grande assemblée, au centre d'un groupe de disciples auquel il s'adressait d'un ton docte, animé et passablement autoritaire. La question se posa de savoir si l l'on devait parer avec lui.*[58]

A ideia de emancipação aponta para algum tipo de transformação, no caso da psicanálise, como algo que ocorre em cada sujeito. Esta mudança, ou transformação, parece ter uma relação ambígua com a herança da modernidade. Por um lado, reconhece esta herança, como a própria base histórica que torna possível o sujeito do inconsciente, por outro lado, se afasta daquele ideal de emancipação que na filosofia Ocidental tem a *Aufklärung* como um momento fundante. A Teoria Crítica, em sua definição mais amplamente aceita, se refere não apenas a como as coisas são, mas a como as coisas devem ser, sendo esse seu principal critério diferencial com a teoria tradicional. Para autores como Nobre (2014), esta forma de crítica tem início com Marx, enquanto para uma outra autora (Benhabib, 1986) a ideia de uma teoria crítica já está gestada em Kant, sendo no encontro das críticas de Kant e Marx que se configuraria uma teoria crítica. Começo por recordar que na própria história da Escola de Frankfurt não há uma resposta homogênea sobre o que significa emancipação, algo que se torna ainda mais complexo quando consideramos uma ampla variedade de formas de pensamento que podem ser concebidos como teorias críticas.[59]

Se a ideia de emancipação, implícita no próprio conceito de teoria crítica, também se reporta a Kant e à noção de autonomia, isto é, ao pressuposto de um sujeito dotado de razão, e detentor de uma vontade livre, o problema será grande para a psicanálise, na medida em que estamos falando de um sujeito que quanto ao seu próprio conceito se encontra dividido, cujo movimento não está nem na consciência, nem no Eu. É nesse sentido, inclusive, que Freud e a psicanálise são também críticos da herança da

[58] "Trotsky estava presente numa grande assembleia, no centro de um grupo de discípulos aos quais se dirigia num tom culto, animado e um tanto autoritário. Surgiu a questão de saber se deveríamos negociar com ele". (Sonho de Adorno in "Fragments, Los Angeles, octobre, 1944" (Adorno, 2007 c; p. 46).

[59] Ernesto Laclau aponta que em nosso imaginário político por séculos a noção de emancipação pode ser organizada em torno de seis dimensões distintas (Laclau, 1992, p. 121). Entretanto, este número de sentidos pode ser ainda bem maior, como se depreende do livro *Emancipations* (Pieterse, 1992), onde está publicado o ensaio a que faço referência.

modernidade, muito embora, como tentei mostrar antes, na visão de Habermas (2011) a psicanálise estaria na tradição do esclarecimento por se guiar, como a teoria crítica, pela autorreflexão. Por outro lado, para pensadores como Rouanet, a aproximação da psicanálise com a Teoria Crítica, especialmente aquela de Adorno e Horkheimer, ocorre por motivos bem distintos do que aqueles apontados por Habermas. Conforme Rouanet:

> Resumindo: a teoria crítica de Adorno e Horkheimer tem em comum com a psicanálise um pressuposto epistemológico – a recusa do positivismo; uma metodologia – a crítica imanente; e um postulado filosófico – o princípio da não identidade, tanto no plano da práxis individual e social, como no plano da teoria (Rouanet, 1986, p. 15).

Nesse sentido, compartilho aqui com Nobre o entendimento de que a Teoria Crítica, ao menos tal como apresentada por Horkheimer em 1937 (1983), tem de fato em Marx o seu ponto de referência fundamental, o que torna o problema igualmente difícil, pois como vimos nos dois capítulos iniciais, ao menos para a primeira geração da Escola de Frankfurt, com o capitalismo tardio, a crítica da economia política, de origem marxiana, cede lugar a uma espécie de crítica da economia libidinal, pois como nunca antes na história, a dominação do capital atinge a vida psíquica dos sujeitos de tal modo que a lógica da mercadoria se instala no próprio inconsciente, reduzindo o campo de autonomia que agora passa a ser, ao que entendo, também objeto de indagação da psicanálise.

Pensar a emancipação a partir da psicanálise, implicaria assim em manter permanentemente viva a tentativa de compreensão, e crítica, quanto às relações entre dominação capitalista e vida psíquica, tarefa essa, como tenho insistido, que teria iniciado com o jovem Reich, antes mesmo dos frankfurtianos. Ocorre que o capitalismo mudou, e continua mudando, na mesma proporção em que sua relação com a subjetividade e a vida psíquica dos seres humanos. Tais mudanças, que se espelham nas mais diversas esferas da vida humana, e do próprio planeta, se mostraram bastante visíveis nas formas de apreensão do que vou aqui chamar de sofrimento psíquico. Nas páginas anteriores tentei apontar para algumas dessas formas de sofrimento, sejam aquelas advindas do racismo, sejam outras, como a própria loucura. Também destaquei o como a esquizofrenia, como forma de sofrimento psíquico, possuía um grande destaque no campo dos diagnósticos psiquiátricos na década de 1950, seja no Reino Unido, ou no Brasil.

Mas, se a esquizofrenia ocupava uma posição central nos debates *psis* até as décadas de 1960/70, isso foi se modificando com as próprias transformações do capitalismo tardio. Sabe-se que o DSM passou por diferentes modificações desde a sua criação em 1952, mesma década em que a indústria farmacêutica criou novos medicamentos para o tratamento das psicoses, os quais pretendiam se constituir como um verdadeiro revolucionamento na história da psiquiatria. Com as transformações do capitalismo, as formas de sofrimento a ele associados foram também mudando, do mesmo modo que os diagnósticos, e o aumento exponencial de novas variedades de medicamentos psiquiátricos, que desde então não cessam de aparecer no mercado.

Para Foucault a psiquiatria moderna e as instituições manicomiais eram a expressão da sociedade disciplinar (Foucault, 2017), enquanto Deleuze se refere a uma passagem da disciplina para as sociedades de controle (Deleuze, 1992).[60] Nesta sociedade, que é a nossa, o poder não mais se concentra, predominantemente, no enclausuramento, mas se estende a um conjunto amplo de tecnologias de poder, as quais é possível dizer que se entrelaçam aos padrões psiquiátricos das últimas décadas, concentrado na relação entre diagnóstico médico e medicalização. Não obstante ainda existam manicômios, em modalidades diferentes daquelas das décadas passadas,[61] o modo pelo qual o poder passou a controlar o corpo das pessoas, tem na indústria farmacêutica a peça fundamental de seus mecanismos de funcionamento.

A partir da década de 1970 os diagnósticos foram deslocando seu núcleo de atenção para novos transtornos, termo que passou a ocupar o vocabulário psiquiátrico para se referir às psicopatologias. Depressão, borderline, autismo e assim por diante, foram se tornando parte do vocabulário não apenas médico, mas da população em geral, fazendo com que o que podemos genericamente chamar de saúde mental venha se tornando um dos elementos fundamentes do capitalismo tardio em proporções que não eram imagináveis há sessenta ou setenta anos atrás.[62] Uma boa parte dos autores aqui

[60] Estou me referindo ao já *cult* ensaio de Deleuze "Post-scriptum sobre as sociedades de controle" (Deleuze, 1992, pp. 223-30).

[61] Refiro-me ao fato de que o fim das instituições manicomiais em muitas partes do mundo, onde o Brasil se destaca com sua Reforma Psiquiátrica, não colocou fim aos processos de confinamento de pessoas com sofrimento psíquico em instituições com novas características, sejam públicas ou privadas. Este é um dos motivos pelos quais a luta antimanicomial no Brasil continua atuante, e para usarmos uma linguagem de Honneth, em luta por reconhecimento.

[62] A pesquisadora Ana Paula Gomide indica a utilização do conceito de capitalismo tardio, de origem frankfurtiana, para se referir à sociedade contemporânea, tal como proponho nesse trabalho. Ao mesmo tempo, reconhece aproximações entre teoria crítica e psicanálise lacaniana como forma de compreensão do sofrimento psíquico: "a atualidade dos aportes teóricos lacanianos sobre o sujeito

comentados se referem, quanto ao presente, à relação existente entre o neoliberalismo e a produção do sofrimento psíquico que se instaura sobre uma grande parte da população:

> Digo isso porque a ascensão do neoliberalismo como estágio final do capitalismo implica nova configuração das estruturas de dominação social. Ela implica, principalmente, aprofundamento das formas de sujeição psíquica e de construção subjetiva. Tal aprofundamento passa não apenas pela extensão da norma social (...). Ela passa, sobretudo, pela extensão indefinida do sofrimento psíquico e de suas categorias, como se fosse o caso de fornecer uma autorização quase que ilimitada para a intervenção psiquiátrica (Safatle, 2024).

Ao reler recentemente a obra *Realismo Capitalista* (Fisher, 2023) atentei para uma parte da obra em que o autor fala de sua experiência como professor no Reino Unido, e lembrei de minha própria experiência docente, iniciada há mais de vinte anos. Algumas vezes tive vontade de fazer algo, que obviamente não o fiz, que era perguntar quantos em uma turma de aproximadamente cinquenta alunos recentemente ingressados na universidade tomavam algum tipo de medicamento psiquiátrico. Há cerca de uma década atrás, em conversas informais com os *alunes*, eles/as me diziam naturalmente que muitos/as/es tomavam medicamentos. Em anos mais recentes, e me refiro às universidades públicas, as declarações informais se tornaram comunicados oficiais das coordenações de curso, de que em tal turma havia um determinado número, por exemplo, de alunos/as/es pertencentes ao espectro autista. E tais estudantes algumas vezes comunicam isso em viva voz, tornando o seu "transtorno" em uma forma de relação com o conjunto da instituição educacional.

Em outra experiência, durante o processo de formação em psicanálise, fui atuar em uma escola pública, pois fazia parte do "treinamento" escutar crianças e adolescentes. Nas escolas de ensino fundamental e médio pude perceber que a indústria de diagnósticos caminha paralelo a de medicamentos, que se associam à estrutura educacional, onde qualquer comportamento aparentemente atípico recebe logo algum tipo de nomenclatura possível. Lembro aqui Christian Dunker:

---

relaciona-se aos estudos da teoria crítica sobre as insuficiências do indivíduo no capitalismo avançado, no sentido de que formas de sofrimento psíquico revelam o diagnóstico de uma época" (Gomide, 2017, p. 98).

> Na educação, diagnostica-se cada vez mais, e mais cedo. A medicalização da infância passou da disfunção cerebral mínima, nos anos 1970, para a dislexia, nos anos 1990, chegando agora ao déficit de atenção (com ou sem hiperatividade). E não há medicalização sem diagnóstico, embora possa haver, ainda que de maneira controversa, diagnóstico sem medicalização (2015, p. 20).

Em linguagem foucaultiana, a docilidade dos corpos não necessita mais, necessariamente, de grades. O olhar do poder surge, por exemplo, da própria tela do aparelho de celular. A frase de Lacan de que os "psicanalistas devem estar à altura da subjetividade de sua época" (Lacan, 2022, p. 322), se refere, conforme entendo, a um conjunto variado de possibilidades frente as quais os psicanalistas enxergam isso que é sua época. Trata-se não apenas do envolvimento do psicanalista diretamente com as questões da Polis, nas quais nem sempre o próprio Lacan esteve assim tão presente, mas a subjetividade de uma época se manifesta naquilo mesmo que o analista escuta em sua clínica. Se o tempo histórico continua a ser o tempo do capitalismo, e de seus processos de acumulação do capital, não há como fugir da indagação sobre o que tem se modicado nesse processo histórico.

Sob um olhar da teoria social, tentei compreender parte dessas transformações do capitalismo contemporâneo durante uma pesquisa de doutorado em sociologia que resultou na publicação do livro *Trabalho Imaterial e Produção Cultural: a dialética do capitalismo tardio* (Camargo, 2011), onde tentei estudar as modificações que se processaram no capitalismo a partir da década de 1970, adotando como referência o conceito de trabalho imaterial, tal como desenvolvido principalmente por André Gorz, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato. A partir do referencial teórico dos *Grundrisse* de Marx (1980), apresentei uma tese concentrada na contraposição entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho como um articulador de diferentes problemas quanto à subjetividade contemporânea, onde o chamado tempo livre passa a adquirir um significado distinto daquele por ele atribuído por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*. Tratava-se de mostrar um entrelaçamento entre as esferas do trabalho e da cultura, em um sentido próximo daquele apontado por Jameson entre mercado e cultura (Jameson, 1997; 2001).

Ao nos perguntarmos sobre que relação há entre tais transformações culturais e econômicas com a clínica psicanalítica, entendo que na pesquisa referida eu já estava lidando, mediante conceitos sociológicos, com aquilo que Lacan chamou de subjetividade

de uma época. No caso específico de um novo quadro que surgiu desde os anos 1970 quanto às relações entre produção e consumo, os conceitos lacanianos de gozo, e de mais gozar, podem trazer alguma luz sobre como dominação e emancipação se articulam no capitalismo tardio. Conforme Safatle:

> O problema político que a psicanálise herda da filosofia política moderna é: como os sujeitos assentem à sua própria servidão? A resposta de Lacan é: ao produzir uma mutação na racionalidade da produção econômica, o capitalismo mudou nossa forma de gozar (2020, p.71).

As transformações que têm se processado no capitalismo nos últimos cinquenta anos já haviam sido passíveis de apreensão no âmbito do próprio *Instituto de Pesquisa Social*, tendo sido tais mudanças, em certa medida, o que serviu como pano de fundo para a guinada linguística habermasiana, acompanhada, infelizmente, de um abandono da metapsicologia freudiana. O que Habermas chamou de "envelhecimento do paradigma da produção" (Habermas, 1998, p. 81) apontava para uma insuficiência do materialismo histórico de Marx de esclarecer dinâmicas da modernidade onde a racionalidade própria ao trabalho significaria apenas uma das formas de racionalidade decorrentes das formações institucionais da modernidade, na qual se destacaria a racionalidade comunicativa, o solo através do qual seria possível, efetivamente, pensar-se a emancipação (Camargo, 2006 a; 2006 b).

Diferente de Adorno e dos primeiros frankfurtianos a emancipação para Habermas atribui pouca atenção à distinção freudiana entre Eu, Isso e Super-Eu, concentrando-se nas formas de desenvolvimento do Eu, que toma Kohlberg e Piaget como referências principais. Mas em *Conhecimento e Interesse* (Habermas, 2011) a questão da relação entre psicanálise e teoria crítica para Habermas passa pelo entendimento de que ambos se guiam por um interesse de esclarecimento. Conforme Amy Allen "A relação entre analista e analisando é, para Habermas, uma relação comunicativa que visa levar o paciente à autorreflexão por meio de um processo de esclarecimento" (2016, p. 244). Há em Habermas, por outro lado, inúmeras tentativas de compreensão do tempo histórico que decorre após o final da Segunda Guerra Mundial, onde novas configurações entre Estado e economia se tornaram relevantes para compreender, em seu entendimento, um processo de dominação social não mais ancorado no fundamento materialista do trabalho, mas sim em um processo que ele nomeia como colonização do mundo da vida.

Essa nova menção a Habermas se deve aqui a que estou tentando apontar para o fato de que se considerarmos o conceito mais amplo de subjetividade, há em aproximadamente meio século mudanças no modo de produção capitalista quanto aos seus regimes de acumulação, que funcionam paralelamente às mudanças quanto aos modos de compreender aquilo que Dunker (2015, p. 219) chama de "sofrimento" na contemporaneidade. A questão que se coloca não se refere a uma relação direta, que também existe, e surge cotidianamente na clínica, entre a esfera do trabalho e o sofrimento psíquico, mas sim entre as mutações nas formas de gozo, e sua obstaculização, que alicerçam o atual estágio da dominação capitalista:

> Nossa servidão social é fundada na naturalização de certa psicologia que serve de base à economia reinante. É na decomposição de tal fundamento psicológico da economia que a crítica psicanalítica ao capitalismo se insere. Ela nos lembra como o capitalismo coloniza nosso gozo, e nossa única alternativa é retirar tal gozo para fora do modo de produção que o coloniza (Safatle, 2020, p. 69).

A clínica psicanalítica lida, em seu cotidiano, com um sujeito cujo gozo fálico traz como referência um Outro que é a própria sociedade de controle. Todo/a professor/a sabe, ao menos os do ensino superior, onde me incluo, que enquanto nossos aparelhos de celular estão ligados, estamos sujeitos a uma demanda de trabalho que não tem dia, nem hora. O tempo de trabalho se confunde como o tempo livre. Coordenadores/as, orientandos/as/es, pareceres, formulários, bancas, cobranças, objetivas e subjetivas, pressão por pontos Lattes. A conexão traz por si já uma forma de violência, pois nos coloca em constante posição de servidão. É mesmo dispensável dizer que assim como os/as estudantes uma quantidade imensa de docentes ingerem medicamentos psiquiátricos para acordar e para dormir.

As críticas levantadas por Jessica Benjamin a Adorno em seu canônico artigo sobre o fim da internalização (Benjamin, 2017) me parece que só fazem sentido quando reconhecemos que, se todos e todas (es), no âmbito da teoria crítica, admitem que ela requer um conteúdo normativo, ou é uma teoria orientada para a emancipação, ao mesmo tempo precisam reconhecer que entre a primeira geração do *Instituto de Pesquisa Social* e as duas gerações seguintes há diferenças muito significativas. Tais diferenças que entendo como "modelos de crítica" não arrefecem a constatação de que os teóricos críticos configuram um mesmo campo, mas de modo concomitante coloca o problema

quanto à sua relação com a psicanálise. Coloquemos o problema claramente: *a psicanálise, e os psicanalistas que reivindicam uma práxis emancipatória devem recorrer a qual modelo de crítica?*

A resposta para esta difícil pergunta nos remete para o que foi colocado na Introdução desse trabalho quanto a dois tipos de experiências do pesquisador: algumas recentes, como psicanalista em formação, outras que dizem respeito a uma trajetória mais longa de pesquisas em teoria crítica. Entendo que fica visível ao leitor, que o modelo de crítica do qual melhor me aproximo como pesquisador se situa como uma defesa do modelo dialético adorniano, que se apresenta como uma forma de teoria, que traz a possibilidade de aproximação, no que se refere à negatividade, com a psicanálise lacaniana. A predileção por um modelo de crítica, no entanto, não despreza um horizonte de diálogo e de mútuas indagações com outros modelos de crítica, inclusive não vinculados à tradição frankfurtiana. A expressão "a teoria crítica na multiplicidade de suas vozes", título de um ensaio introdutório de um livro com o mesmo nome (Camargo, 2017), é aqui reatualizado, no sentido de que também quanto a práxis psicanalítica, a crítica só o é, quando indaga, de forma imanente, a si mesma.

O modo pelo qual se configura a crítica aponta para diferentes leituras sobre o significado da modernidade, assim como as formas de manifestação do poder. É nesse sentido que as referências feitas acima ao trabalho em instituições acadêmicas trazem à tona os problemas quanto ao poder, a dominação e a injustiça tal como se expressam em diferentes instituições, e quanto ao escopo desse trabalho, em especial as instituições que compõem o que tenho chamado de campo psicanalítico. Este é um tema difícil. Para falar sobre certa simetria entre o capitalismo realmente existente e o socialismo, onde haveria uma cultura oficial e outra não oficial, Mark Fisher dá um exemplo, não sei se jocoso ou trágico, quando menciona um joalheiro britânico chamado Gerald Ratner:

> Ratner tentou contornar o simbólico, e falar as coisas "como realmente são": em discurso após um jantar, descreveu as peças de bijuterias vendidas em suas lojas como 'porcaria'. As consequências de tornar *oficial* essa avaliação foram imediatas e sérias: sua companhia perdeu quinhentos milhões de libras em valor de mercado, e Ratner perdeu o emprego (Fisher, 2023, p. 82).

Quando comecei a tomar um maior contato com a história da psicanálise, me dei conta de que esta é uma história também marcada, desde o seu início, por questões

institucionais que se confundem com essa própria história. No primeiro capítulo falei sobre o papel de Ernest Jones e Anna Freud na expulsão de Reich da IPA em 1934, e sabe-se que um dos marcos mais significativos da história da psicanálise, cujas consequências teóricas e práticas são visíveis até hoje, foi a "excomunhão" de Lacan da IPA e da Sociedade Francesa de Psicanálise. A história de conflitos, dissidências e expulsões no interior do movimento psicanalítico internacional é extremamente longa, e demarca inclusive a história institucional da psicanálise no Brasil.[63] Tal história é também uma história que diz respeito ao conceito de poder e que traz à tona outra vez, em um de seus vieses, a temática das clínicas públicas.

Para o sujeito que durante ou após sua análise admite o desejo de realizar um processo de formação em psicanálise, o cenário que se apresenta é tanto mais árido do que aquele descrito por Contardo Calligaris (2019). A primeira dificuldade, já desde os tempos de Freud, é econômica. A formação em psicanálise não está, até hoje, acessível às camadas mais baixas da população, isto é, a sua maioria. Trata-se de uma inacessibilidade que se assemelha ao campo acadêmico, ou outros mais elitizados ainda, como o campo diplomático, ao qual apenas um número muito escasso de pessoas consegue ter acesso. De uma forma ampla, pretos/as, pobres e transgêneros não estão dentro das instituições psicanalíticas, e para uma parte considerável desta comunidade este seria um problema que não diz respeito à psicanálise como campo do saber, lembrando as páginas iniciais do livro de Gabarron-Garcia (2023) onde o autor tenta refletir sobre o caminho reacionário que a psicanálise tomou por uma parte considerável de seus seguidores.

A questão relativa à transmissão da psicanálise, que envolve a existência de instituições, aponta para um conjunto de polêmicas que envolvem diretamente problemas de poder.[64] Aqui, teóricos sociais como Bourdieu e Foucault, podem ser mobilizados de uma forma mais eficaz do que a concepção de dominação de Adorno. Da mesma forma poderíamos fazer uso do conceito de luta por reconhecimento do primeiro Honneth. O longo processo de formação de um psicanalista envolve, para usarmos uma linguagem bourdieusiana, a posse de três tipos de *capital simbólico*: o capital econômico, cultural e

[63] Um fato histórico que me chamou a atenção, ocorreu com a psicanalista Marie Langer, que menciono no final do primeiro capítulo. Ela teve que se exilar da Argentina em 1974, em decorrência de denúncias que fez contra um psicanalista brasileiro que colaborava com o regime militar no Brasil (Gabarron-Garcia, 2023, p. 138)

[64] Em uma intervenção realizada em 3 de dezembro de 1969, diz Lacan: "O que é que se engendra para que num belo dia um psicanalista decida a sê-lo – psicanalista? Foi o que tentei articular quando falei do ato psicanalítico. Meu caminho daquele ano - era 68 -, eu o interrompi antes do fim, a fim – assim mesmo – de mostrar minha simpatia com o que entrava em agitação, que continua – moderadamente" (Lacan, 1969-70/2016, p. 209).

social (Bourdieu, 2000). Em certo sentido, o capital cultural, que no caso da psicanálise consistiria em o interessado dominar aspectos fundamentais da teoria psicanalítica é o menos difícil de ser adquirido, embora dependa do capital econômico.

Ocorre que os processos de exclusão de negros/as e pobres é menos evidente do que faz parecer o discurso oficial de instituições diversas. Se a dificuldade de mobilizar capital econômico e social está no centro de uma sinuosa trama de relações de poder há muito naturalizadas, a situação é ainda mais grave quanto mobilizamos o conceito de biopoder (Foucault, 2003), um poder que se exerce sobre o corpo dos indivíduos, como por exemplo, quanto às suas escolhas de gênero ou a sua racialidade. Se em uma reunião qualquer, onde haja quarenta pessoas, apenas uma é negra, algo parece errado ao se tratar da sociedade brasileira. E este problema, que agora tem chegado mesmo que timidamente até as instituições psicanalíticas, se deve em parte ao fato de que este debate já está muito fortemente presente no ambiente acadêmico brasileiro. A partir da universidade, com todos os avanços alcançados na última década no Brasil, podemos extrair alguns aprendizados, como por exemplo o fato de que as condições subjetivas e psíquicas de pobres e negros/as que chegam à universidade pública são completamente distintas daquelas pessoas que historicamente já estão em posições privilegiadas e de poder. E isso se refere tanto a alunos/as/es como a docentes.

Relações de dominação, poder e injustiça no campo psicanalítico são, ao mesmo tempo, bem mais complexas do que diferenças e desigualdades raciais ou de classe. Mesmo que um (a) jovem realizando percurso de formação em psicanálise, em uma situação hipotética, não pagasse monetariamente por sua análise pessoal e pela participação em palestras e seminários que caracterizam os processos de formação, haveria que lidar com uma ordem de problemas que dizem respeito ao seu reconhecimento como analista. Tal reconhecimento, que na prática depende de algum tipo de autorização por parte de seus pares, envolve um conjunto de relações que comumente estão entrelaçadas a relações de poder. Relações que se manifestam, por exemplo, em hierarquias tão bem estabelecidas quanto aquelas que Foucault desenhava em seus escritos. Como me disse um colega psicanalista negro: “é preciso também ter docilidade para não ser excluído”.

O próprio Lacan reconheceu a grande dificuldade existente quanto ao processo de transmissão da psicanálise. Primeiro, após sua expulsão da Sociedade Francesa de Psicanálise em 1963, ele criou uma “Escola”, e mais tarde questionou a própria nomenclatura de “Escola” em prol de um processo de formação menos preso a

determinações pouco afeitas às próprias formações do inconsciente. Transformações subjetivas também dizem respeito ao modo como sujeitos se relacionam com instituições.[65] Ao falar sobre a relação entre ato analítico e a instituição psicanalítica para Lacan nos últimos anos de seu ensino nos diz Safatle:

> Esse talvez seja o sentido do abandono derradeiro de Lacan pela forma-Escola e da assunção de uma forma-campo baseada em conceitos como transitoriedade de existência do grupo, aleatoriedade das relações entre participantes, labilidade, limitação dos processos de funcionamento burocrático e ausência de hierarquia (2020, p. 155).

Há uma instigante tese de antropologia defendida pela pesquisadora Maria Antonio (2021) em que a pesquisadora expõe resultados de uma etnografia, realizada ao longo de vários anos, em instituições psicanalíticas no Brasil e na Argentina. A partir de suas observações e entrevistas a pesquisadora enxerga que há um conjunto de regras e relações que evidenciam não apenas relações hierárquicas bem estabelecidas, mas também uma espécie de protocolo quanto às próprias técnicas psicanalíticas que colocam, para a autora, o seguinte problema: afinal como a psicanálise se diferencia da psiquiatria e da psicologia comportamental, frente as quais os psicanalistas buscam se diferenciar? Um, dentre vários exemplos da pesquisadora, está em uma pergunta que ela se faz sobre o porquê nas famosas apresentações de pacientes usa-se a palavra “paciente”, enquanto em outros casos se usa “analisante”?

Quando lemos, por exemplo, o livro de Elisabeth Danto (2019) vemos que nos primórdios da psicanálise e na Viena Vermelha, havia um esforço para que não apenas a classe trabalhadora tivesse acesso à escuta clínica, mas igualmente uma rede de apoio, inclusive monetário, para a formação de psicanalistas que não tinham como se sustentarem economicamente. Se tal prática se dissipou especialmente a partir dos anos 1940, aquilo que podemos chamar de clínicas populares, ou as tentativas de democratizar o acesso a psicanálise, voltou a ter visibilidade em anos recentes, inclusive no Brasil (Gabarron-Garcia, 2023, p. 209).

[65] Na Introdução desse trabalho apresentei três breves experiências situadas no âmbito da práxis psicanalítica que serviram como ponto de partida para esta pesquisa. A primeira dessas experiências (p. 1) se referia ao que foi vivenciado pelo pesquisador em anos recentes em seus contatos com diferentes instituições. Vivências essas que também contribuíram para uma contextualização da problemática da dominação e da emancipação em psicanálise.

Possibilitar o acesso a psicanálise é, por outro lado, apenas um dos aspectos quanto à relação entre psicanálise e política. Segundo Safatle em seu livro *Maneiras de transformar mundos* (2020) cujo epicentro é justamente refletir sobre psicanálise e emancipação, a partir da obra de Lacan, há quatro conceitos fundamentais da política segundo a psicanálise: identificação, gozo, transferência e ato (Safatle, 2020, p. 13). Em seguida ele acrescenta que podemos ainda apontar um quinto eixo, que seria o conceito de reconhecimento. Quanto a este conceito, o de reconhecimento, que o próprio autor afirma já ter abordado em outras de suas obras, entendo ser possível ainda apontar três aspectos que complementam os argumentos que desenvolvi no terceiro capítulo: a) do ponto de visa de sua conotação política e filosófica, tal como desenvolvido por Honneth como luta por reconhecimento, tal conceito poderia nos ajudar a compreender, por exemplo, a reivindicação, implícita nas páginas anteriores, de que sujeitos pobres e sujeitos negros (as) tenham acesso à escuta clínica e à possibilidade de fazerem percursos de formação em psicanálise, inclusive em instituições majoritariamente brancas e compostas pela elite econômica da sociedade; b) Axel Honneth e Jacques Lacan pontuam o papel do conceito de reconhecimento para a psicanálise de maneiras muita distintas, onde se destaca uma polêmica, subjacente às suas teorias, em torno a noção de negatividade e c) A noção de ato analítico, de derivação lacaniana, pode ter uma relação com o que estou desde o início chamando de práxis psicanalítica emancipatória, mas isso gera um problema, pois dependemos de a qual concepção de reconhecimento nos apegamos: a de Honneth, a de Lacan, ou alguma outra. Ao mesmo tempo, nos remete para o problema que coloquei acima sobre os diferentes modelos de crítica.

Se o ato analítico pode ter relação com o conceito de reconhecimento ele teria, ao falarmos da clínica, algo que também diz respeito à transferência, que segundo Safatle possui uma íntima relação com a problemática do poder, pois "toda emancipação possível terá a forma de uma liquidação da transferência, de uma desidentificação com suas questões ligadas ao destino da experiência do saber, à destituição subjetiva e à dejeção do analista" (2020, p. 106). A transferência aqui implicada, ao que entendo, não se referiria a uma relação intersubjetiva entre analista e analisante, mas se refere a uma relação entre sujeito e objeto, ou, entre sujeito e aquilo que causa o seu desejo, indicando que no caso de Lacan as suas pistas na direção de um conceito de reconhecimento se encontram muito mais próximo do modo como Kojève interpretou Hegel, o que parece distinto da leitura proposta por Axel Honneth.

Que sentido tem a emancipação para o campo da política e o da psicanálise não é algo simples de ser respondido, que envolve, em parte pensar-se sobre o conceito, também de origem filosófica, de autonomia (Safatle, 2020, p. 161). O interesse emancipatório, só faz sentido, por outro lado, se reconhecemos que ele se opõe a alguma situação de dominação, poder ou injustiça. Percorremos assim uma hipótese central que é a de que uma clínica psicanalítica referenciada por uma teoria social crítica terá de lidar com uma tensão entre inconsciente e experiência social. Isto parece bastante claro em visões tão distintas sobre a psicanálise como em Adorno e Honneth. Mas tal experiência social se apresenta para ambos com sentidos diferentes, pois no caso de Adorno, lidar com tal experiência não implica no abandono da teoria pulsional freudiana, muito menos em uma recusa da pulsão de morte.

No caso de Honneth esta experiência diz respeito ao próprio conceito de reconhecimento. Para ele, não existem pulsões pré-sociais, as próprias pulsões seriam configurações derivadas das interações entre os indivíduos. É esta última que torna possível a própria dinâmica pulsional. Assim, quando Honneth fala de "social" ele está falando de como o sujeito só o é a partir de sua interação com outro sujeito. A leitura que ele faz de Hegel, pelo menos em suas primeiras obras, diz respeito a fundamentar o conceito de intersubjetividade, o que não nos parece ser o caso de Lacan em sua obra mais madura. Já a experiência social, para Adorno, se refere a uma relação entre singularidade e totalidade, em nexo com a tradição dialética de Hegel, Marx, Benjamin e Lukács.

E a psicanálise não trata justamente de singularidades? A formação do inconsciente de cada sujeito não é uma singularidade? Pois bem, esta singularidade será tratada também como uma negatividade, como o que diz respeito ao não idêntico, assim como parece ocorrer com Lacan quanto ele está falando do objeto *a* (1965/2005). Em Adorno não se espera a adequação do sujeito ao todo, mas sem este último, tomado negativamente como uma abstração, não se consegue pensar o próprio sujeito. E esta abstração, tal como a própria mercadoria, também não consegue ser pensada fora da história. Há assim uma relação entre história e experiência social, só que para Adorno, de modo similar a Lacan, não se trata de algo intersubjetivo, mas sim da ordem da relação entre sujeito e objeto.

Pensar a relação entre reconhecimento e clínica é um dos caminhos através dos quais pensar o tema da emancipação. Mas há que se precisar melhor em que sentido

queremos fazer uso do conceito de reconhecimento, sem descartar possibilidades distintas durante o processo de reflexão. Podemos supor, por exemplo, que a dificuldade da psicanálise em escutar o que resulta da experiência social de mulheres negras é um tipo de déficit de reconhecimento, seja de natureza intersubjetiva ou dialética. E quanto a esta, se pensarmos em sua dimensão de negatividade, a referida dificuldade não ocorre apenas porque pobres e negros/as têm um acesso dificultado à escuta psicanalítica, mas também ao fato de que reconhecer de fato as singularidades, em sua dimensão de não identidade, implica ao mesmo tempo o olhar para o todo, e este, conforme entendo, é a dominação capitalista.

Há temas e conceitos metapsicológicos difíceis e controversos como o da pulsão de morte e angústia que eu gostaria de ter tratado mais detidamente nas páginas anteriores, o que espero não invalidar a tentativa de mostrar que o próprio conceito de clínica psicanalítica demarca posições distintas na história da psicanálise. Não sei se esse trabalho, redigindo no sul do Sul Global, contribui de fato para os esforços dos colegas que reunidos em Frankfurt debateram os cem anos de fundação do *Instituto de Pesquisa Social* e as tarefas da teoria crítica, mas procurei trazer alguns problemas, e reflexões, oriundos do próprio campo da psicanálise e de sua práxis. Do ponto de vista da teoria psicanalítica, cuja referência continua a ser a metapsicologia freudiana, tentei mostrar que a teoria crítica pode com ela contribuir, quando reconhecemos, que na mais singular fala de um sujeito, se encontra também algo do todo. Mas como disse Theodor Adorno em um conhecido aforisma: “o todo é o não verdadeiro” (Adorno, 2008, p. 46).

Considerações Finais

O último ensaio deste conjunto de cinco breves ensaios deveria ter um caráter em certa medida conclusivo, embora conclusões e sínteses não combinem com a forma de escrita proposta. Se a dialética negativa almejasse síntese também adentraria na esfera do mito. Seguem algumas considerações finais, que não pretendem ser uma conclusão aos argumentos anteriores. Na Introdução destaquei que o pano de fundo impulsionador desta pesquisa eram algumas experiências situadas no campo do que chamo de práxis psicanalítica. Também afirmei que em uma pesquisa em psicanálise, como essa, se faz presente o inconsciente do pesquisador, bem como o conceito metapsicológico de transferência, que de algum modo decorre das experiências inicialmente apresentadas, mas que também diz respeito, metodologicamente, ao momento em que tal pesquisador traz para o público o resultado de sua pesquisa.

Deixei de falar na Introdução que a primeira versão de projeto nesse percurso de mestrado em psicanálise dizia respeito a um estudo sobre a problemática do sujeito a partir do modo como essa aparece especialmente no *Seminário 11* de Lacan e sua interpretação de Descartes (Lacan, 1964/1988). Como seria possível uma mudança aparentemente tão significativa de objeto de pesquisa com relação ao que foi aqui apresentado? De fato, esta mudança me parece ser apenas quanto à forma de postulação dos problemas apresentados. Em minha incursão pela teoria crítica, com ênfase na tradição frankfurtiana, o problema do sujeito continua a ser o centro de uma reflexão em psicanálise para o qual não tenho respostas definitivas, mas para as quais busco exercitar a crítica, ou em termos do que é conhecido na Teoria Crítica como crítica imanente.

O sujeito continua a ser algo central em decorrência da própria pergunta inicial postulada, ou seja, em que consistiria uma práxis psicanalítica emancipatória. A emancipação, em princípio, é um conceito oriundo da filosofia e da política. O que justificaria colocá-lo como um problema também para a clínica psicanalítica? Ocorre que a ideia de emancipação cobra seu sentido a partir do momento em que se constitui como uma herança da problematização no sujeito na modernidade, em grande medida a partir do momento em que coloca como um marco no discurso filosófico da modernidade com o famoso texto de Kant sobre o que é o *Aufklärung* (Kant, 1783/1985). Este texto, que era o ponto de partida de minha pesquisa em teoria social sobre *Modernidade e*

Dominação (Camargo, 2006 a) continua aqui a cobrar seu preço. Pois afinal, para nós psicanalistas, cuja atenção está voltada para o sujeito do inconsciente, de que importa o sujeito da ciência ou o da modernidade em nossa clínica cotidiana?

Eis aí que se coloca uma espécie de terreno de disputa em relação ao conceito de clínica, mas também ao de inconsciente, e devido a isto este trabalho, desde suas páginas iniciais toma partido em favor de uma tradição, iniciada com o freudomarxismo, e que tem continuidade em diferentes desdobramentos na história da Teoria Crítica. Em tal tradição, não obstante o anacronismo desse termo, há uma inseparável relação entre vida psíquica e sociedade. Esta inseparabilidade, esteve presente no próprio Freud, não apenas em textos como *Mal-Estar na Civilização* (Freud, 1930/2013 a), mas diz respeito à própria teoria pulsional em seus diferentes momentos. O que foi iniciado com o freudomarxismo, dizia respeito a que esta relação teria que ser levada para além do que o próprio Freud concebera, pois haveria a necessidade de compreender o que se processa no curso da objetividade histórica. Aqui não se trata de sociologizar a psicanálise, algo que Adorno criticara acidamente quanto ao revisionismo (Adorno, 2007 a), mas que, através do narcisismo, a dominação social se volta contra a vida psíquica do próprio indivíduo. A neurose, para dizer o mínimo, antes de estar nele, está na própria sociedade.

E em que a teoria crítica contribuiria para a clínica e a práxis psicanalítica? Justamente em ir um pouco além de Freud, sem abandoná-lo. Mesmo teóricos críticos menos afeitos da ortodoxia psicanalítica, como Honneth, se reaproximam de Freud quando retoma a importância do conceito de angústia. O que tentei, nestes cinco ensaios, foi desenvolver a hipótese de que para a teoria crítica o inconsciente, ou a vida psíquica, se forma necessariamente ao lado de algum tipo de experiência que, ao não ser apenas natural, é em alguma medida uma experiência social. Tal experiência, no caso de Theodor Adorno, me parece próxima do conceito de *Erfahrung*. De outro, tentei argumentar que esta experiência para Adorno, que acompanha a defesa da dualidade pulsional freudiana, aponta para uma singularidade. Mas, ao memo tempo, se refere ao próprio processo histórico, visto como totalidade, como uma abstração negativa, que tomará o nome de capitalismo. Para Honneth, que incorpora principalmente as contribuições de Winnicott, esta experiência, sem a qual também não há como pensar o inconsciente, decorre de uma relação necessariamente intersubjetiva, que implica em uma versão do conceito de reconhecimento que lhe é próprio, em sua primeira versão, como luta por reconhecimento.

Um dos motivos pelos quais o conceito de reconhecimento acabou por se tornar importante em minhas argumentações se deve ao fato de que ao falarmos de clínica

psicanalítica podemos nos remeter ao conceito lacaniano de ato analítico. Ao pensarmos sobre ele, ao menos como indagações iniciais, é possível perguntar se haveria em tal ato alguma dimensão de reconhecimento. Aqui surge uma dificuldade. Nos pautaríamos por um reconhecimento tal como concebe Honneth, ou aquele de Lacan, que partiu em grande medida da herança de Kojève? A dificuldade assim colocada, faz perceber-se que Lacan, tal como Adorno, lida com um certo tipo de negatividade que está centrada na noção de não idêntico, postulando uma relação entre o Eu e o Isso, que não percebemos estar colocada em Honneth (2009), para quem a ideia de autonomia aponta para uma forma de enxergar o Eu de um modo diferente de Adorno e Lacan.

Embora nos deparemos com o que julgo apontar para dois modelos de crítica, ambas, conforme concebo, estão orientadas para a emancipação, na medida em que consideram que a vida psíquica se correlaciona com alguma forma de experiência social, que nos casos de Adorno e Honneth, é compreendida diferentemente. Suponho que tenha ficado explícita ao longo deste ensaio/dissertação, a predileção deste pesquisador pelo modelo da dialética negativa de Adorno. O que isso implicaria do ponto de vista da clínica e da práxis psicanalítica? Há algumas pistas, e não respostas para uma indagação desta natureza. Tais pistas devem levar em consideração que a defesa que Adorno faz de Freud é de uma concomitante desconfiança com a prática clínica. De outro, para aqueles que encontraram nesta última a expressão de seu Desejo, ao já terem passado por uma análise, caberia, frente à escuta de uma singularidade, ser capaz de enxergar o todo, isto é, que o inconsciente está marcado pela dominação capitalista, e na crítica desta, mesmo como escuta, se insinua um ímpeto emancipatório.

Finalizo este trabalho afirmando que as problemáticas da loucura, das psicoses e do racismo, e a ênfase que dei ao sofrimento psíquico de mulheres negras, problemas enfatizados nos dois ensaios finais, distante se encontram de ser uma parte circunstancial de meus argumentos. Do ponto de vista do inconsciente do pesquisador, é talvez o que de mais relevante se apresentou no curso da pesquisa. Isto porque, se considerarmos que o que demarca a formação do inconsciente em diferentes versões da teoria crítica é a experiência, ou a experiência social do sujeito que enuncia um sofrimento, “de algum modo” ali me vi implicado. E recupero uma frase inicial desse trabalho (p. 6): “A dominação, o poder e a injustiça, se justificam enquanto um problema, entre outras razões, a partir do momento em que seus efeitos são enunciados por aqueles que de algum modo os sofrem”.

Referências Bibliografias

Ab'Saber, T. (2021). *Winnicott – Experiência e Paradoxo*. UBU.

Adorno, T. W. (1977). The Actuality of Philosophy. *Telos* 31, (120-133).

Adorno, T. W. (1981). *Tres Estudios sobre Hegel*. Taurus.

Adorno, T. W. (1983). *O Fetichismo na Música e a Regressão na Audição*. Abril Cultural.

Adorno, T. W. (1986). *O Ensaio Como Forma*. In Cohn, G. (Org.). (pp.167-187). Ática.

Adorno, T. W. (1995). Experiências científicas nos Estados Unidos. In Adorno, T. W. *Palavras e Sinais*. *Modelos Críticos 2.* (pp. 137-78). Vozes.

Adorno, T. W. (2007 a). *Ensaios Sobre Psicologia Social e Psicanálise*. Unesp.

Adorno, T. W. (2007 b). *Introdução à Sociologia*. Unesp.

Adorno, T. W. (2007 c). *Mes Rêves*. Éditions Stock.

Adorno, T. W. (2008). *Minima Moralia*. Azougue.

Adorno, T. W. (2009). *Dialética Negativa*. Zahar.

Adorno, T. W. (2019). *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária.* Unesp.

Adorno, T. W. e Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Zahar.

Allen, A. (2016). Psychoanalysis and the Methodology of Critique. *Constellations*, 23 (2), 244-254.

Allen, A. (2017). Somos dirigidos pelas pulsões? Teoria crítica e psicanálise reconsideradas. *Dissonância*, 1, 199-235.

Amaral, M. do (1997). *O Espectro de Narciso na Modernidade: de Freud a Adorno*. Estação Liberdade/Fapesp.

Anderson, P. (1989). *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. Brasiliense.

Antonio, M. C. de A. (2021). Entre o universal e o singular: etnografia da produção de conhecimentos e formas de subjetivações em instituições lacanianas de psicanálise. *Etnográfica*, 25 (3), 561-584.

Bastide, R. (2016). *O Sonho, o transe e a loucura*. Três Estrelas.

Benhabib, S. (1986). *Critique, Norm, and Utopia*. Columbia University Press.

Benjamin, J. (1988). *The Bonds of Love*. Psychoanalysis, Feminism and The Problem of Domination. Pantheon.

Benjamin, J. (2017). O Fim da Internalização: Psicologia Social de Adorno. *Revista Dissonância*, 1, 155-198.

Benjamin, W. (1985). O Narrador. In: *Obras Escolhidas*. Vol. I. (pp.197-221). Brasiliense.

Biazin, R. dos R. e Kessler, C. H. (2017). Psicanálise e ciência: a equação dos sujeitos. *Psicologia/USP,* 28 (3), 414-423.

Bourdieu, P. (2000). *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil.

Bressiani, N. (2016). Uma Nova Geração da Teoria Crítica. *Discurso*, 46 (1), 231-250.

Bronner, S. E. (1997). *Da Teoria Crítica e seus Teóricos*. Papirus.

Bronner, S. E. and Kellner, D. M. (Eds.). (1989). *Critical Theory and Society – A Reader*. Routledge.

Buck-Morss, S. (1981). *Origen de la dialéctica negativa*. Siglo XXI.

Calligaris, C. (2019). *Cartas a Um Jovem Terapeuta*. Planeta.

Camargo, S. (2006 a). *Modernidade e Dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*. Annablume/Fapesp.

Camargo, S. (2006 b). Axel Honneth e o Legado da Teoria Crítica. *Revista Política & Trabalho*, 24, 123-138.

Camargo, S. (2006 c). Capitalismo e utopia na teoria social de André Gorz. In: Silva, Josué Pereira e Rodrigues, Iram Jácome (Org..). *André Gorz e seus críticos*. (167-181). Annablume.

Camargo, S. (2010). Experiência Social e Crítica em André Gorz e Axel Honneth. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25, 107-120.

Camargo, S. (2011). *Trabalho Imaterial e Produção Cultural:* a dialética do capitalismo tardio. Annablume.

Camargo, S. (2013) Teoria Crítica e Dominação na obra de Moishe Postone. *Mediações*, 18, (2), 118-132.

Camargo, S. (2014). Os primeiros anos da "Escola de Frankfurt" no Brasil. *Lua Nova*, 91, 105-33.

Camargo, S. (2024). *Loucura e Experiência Social*. Pimenta Cultural.

Camargo, S. e Souza, L. G. C. e (2012). Axel Honneth leitor de Lukács: reificação e reconhecimento. *Pensamento Plural*, 11, 165-186.

Castel, R. (1978). *O Psicanalismo*. Graal.

Celikates, R. (2018). *Critique as Social Practice*. Rowman & Littlefield.

Checchia, M. (2018). Otto Gross: um caso de segregação e esquecimento na história da psicanálise. Lacuna. Revista de Psicanálise. https://revistalacuna.com/2018/06/04/n05-02/. Acessado em 11/04/2025.

Collins, P. H. (2022). *Bem Mais que Ideias*. A interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo.

Dahmer, H. (2012). Adorno's views of psychoanalysis. *Thesis Eleven*,111 (1), 97-109.

Danto, E. (2019). *As clínicas públicas de Freud*. Perspectiva.

Descartes, R. (1641/1983). *Meditações*. Abril Cultural.

Deleuze, G. (1992). *Conversações 1972-1990*. Ed. 34.

Deleuze, G. e Guattari, F. (2010). *O Anti-Édipo*. Ed. 34.

Dews, P. (1996). Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. In: Zizek, S. (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. (pp. 51-70). Contraponto.

Dubiel, H. (1985). *Theory and Politics.* Studies in the Development of Critical Theory. The MIT Press.

Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma*. Boitempo.

Dunker, C. I. L. (2017). Teoria da Transformação em Psicanálise: da clínica a política. *Psicologia Política*, 17 (40), 569-588.

Dussel, H. (2008). Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. *Tabula Rasa*, 9, 153-197.

Fanon, F. (2008). *Pele Negra, máscaras brancas*. EDUFBA.

_____ (2020). *Alienação e Liberdade* – Escritos Psiquiátricos. UBU.

Fisher, Mark (2023). *Realismo capitalista*. Autonomia Literária.

Fleck, Amaro (2017). Afinal de contas, o que é Teoria Crítica? *Princípios,* 24 (44), 97-127.

Foucault, M. (2003). *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Graal.

Foucault, M. (2014). *História da Loucura.* Perspectiva

Foucault, M. (2017). *Microfísica do Poder*. Paz e Terra.

Freitag, B. (1990). *Teoria Crítica Ontem e Hoje*. Brasiliense.

Freitas, V. (2010). Adorno e Horkheimer leitores de Freud. *Remate de Males*, 30(1), 123-146.

Freud, S. (1900/2017). *A Interpretação dos sonhos*. L&PM Editores.

Freud, S. (1905/2016 a). *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Obras Completas. Vol. 6. (pp. 13-172). Companhia das Letras.

Freud, S. (1914/2015 a). *Introdução ao Narcisismo*. Obras Completas. Vol. 12. São Paulo. (pp. 13-50). Companhia das Letras.

Freud, S. (1915/2015 b). *Os Instintos e Seus Destinos*. Obras Completas. Vol. 12. (pp. 51-81). Companhia das Letras.

Freud, S. (1919/2010 a). *Caminhos da Terapia Psicanalítica*. Obras Completas. Vol. 14. (pp. 279-92). Companhia das Letras.

Freud, S. (1920/2010 b). *Além do Princípio do Prazer*. Obras Completas. Vol. 14. (pp. 161-239). Companhia das Letras.

Freud, S. (1921/2016 b). *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Obras Completas. Vol. 15. (pp. 13-113). Companhia das Letras.

Freud, S. *A negação* (1925/2016 c). Obras Completas. Vol. 16. (pp. 275-282). Companhia das Letras.

Freud, S. (1930/2013 a). *O Mal-Estar na Civilização*. Obras Completas. Vol. 18. (pp. 13-122). Companhia das Letras.

Freud, S. (1933/2013 b). *Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise*. Obras Completas. Vol. 18. (pp. 124-354). Companhia das Letras.

Fromm, Erich (1983). *O Medo à Liberdade*. Zahar.

Freud, S. (1989). The Crisis of Psychoanalysis. In Bronner, S. E. and Kellner D. M. (Eds.). *Critical Theory and Society – A Reader*: New York: (pp. 247-52). Routledge.

Gagnebin, J. M. (2018). *Walter Benjamin: os cacos da história*. N1 edições.

Gabarron-Garcia, F. (2023). *Uma História da Psicanálise Popular*. UBU Editora.

Gomide, A. P. de Ávila. (2017). Psicanálise contemporânea à luz da teoria crítica. *Impulso,* 27 (70), 91-106.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo Afro-Latino-Americano.* Zahar.

Grosfoguel, Ramón (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo séc. XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.

Guerra, Andréa C. G.; Ribeiro, Cristiane S.; Jorge, Enrico M. P.; Bispo, Fábio S.; Souza, Marcela F.; Rosa, Nayara P. F.; Mendonça, Renata L. F.; Penha, Sonia R. & Santos, Tayná C. P. (2021). Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico. *Quaderns de Psicologia, 23*(3), e1787.

Habermas, J. (1992). Modernidade - Um Projeto Inacabado. In: Arantes, O. & P. E. *Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas*. (pp.99-124). Brasilense.

Habermas, J. (1998). O *Discurso Filosófico da Modernidade*. Dom Quixote.

Habermas, J. (2009). *Técnica e Ciência como Ideologia*. Edições 70.

Habermas, J. (2011). *Conhecimento e Interesse*. Editora Unesp.

Honneth, A. (1991). *The Critique of Power.* Reflective Stages in a critical social Theory. The MIT Press.

Honneth, A. (1994). The Social Dynamics of Disrespect: On the Location of Critical Theory Today. *Constellations*. 1 (2), 255-269.

Honneth, A. (1995). Decentered Autonomy: the subject after the fall. In: Honneth, A. *The Fragmented world of the social*: essays in social and political philosophy. (pp. 261-271). State University of New York Press.

Honneth, A. (1996). Teoria Crítica. In: Giddens, A. e Turner, J. (Org..). *Teoria Social Hoje*. (pp. 503-552). Unesp.

Honneth, A. (1999). Postmodern identity and object-relations theory: On the seeming obsolescence of psychoanalysis. *Philosophical Explorations*, 2(3), 225-242.

Honneth, A. (2003). *Luta por Reconhecimento*. A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. Ed. 34.

Honneth, A. (2007). The Work of Negativity. A Psychoanalytical Revision of the Theory of Recognition. In Deranty, J-P. et all. *Recognition, Work, Politics* – New Direction in French Critical Theory. (pp. 127-136). Brill.

Honneth, A. (2008). *Reification.* A new look at an old idea. Oxford University Press.

Honneth, A. (2009). Appropriating Freedom: Freud's Conception of Individual Self-Relation. *Pathologies of Reason*. On the Legacy of Critical Theory. (pp. 126-145). Columbia University Press.

Honneth, A. (2015). *O Direito da Liberdade.* Martins Fontes.

Honneth, A. and Whitebook, J. (2016). Omnipotence or Fusion? A conversation between Axel Honneth and Joel Whitebook. *Constellations*, 23 (2), 170-179.

Honneth, A. e Marin, I. (2017). Entrevista com Inara Marin "Da angústia de separação à luta por reconhecimento". *Dissonância*, 1,374-405.

Horkheimer, M. (1983). *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Abril Cultural.

Horkheimer, M. (1990). Autoridade e Família. In Horkheimer, M. *Teoria Crítica I*. (pp. 175-236). Perspectiva.

IFS/Institut für Sozialforschung (2023). https://blogdaboitempo.com.br/2023/11/30/100-anos-do-institut-fur-sozialforschung-ifs-perspectivas/ . Tradução: Bruna Della Torre.

Jameson, F. (1997). *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.* Ática.

Jameson, F. (2001). *The Cultural Turn – Selected Writings on the Postmodern: 1983-1998.* Verso.

Jay, M. (1984). *Adorno*. Cultrix.

Jay, M. (2008). *A Imaginação Dialética*. Contraponto.

Jay, M. (2009). *Cantos de Experiencia. Variaciones modernas sobre um tema universal*. Paidós.

Kant, I. (1783/1985). *Resposta à pergunta: o que é o Aufklärung*? In Kant, I. Textos Seletos. Vozes.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação*. Cobogó.

Kojève, A. (2002). *Introdução à leitura de Hegel*. Contraponto.

Kon, N. M.; Silva, M. Lúcia da; Abud, C. C. (Orgs.). (2017). *O Racismo e o Negro no Brasil*. Questões para a Psicanálise. Perspectiva.

Lacan, J. (2022). *Escritos*. Zahar.

Lacan, J. (1955-6/ 2010). *As Psicoses*. O Seminário, Livro 3. Zahar.

Lacan, J. (1963/2005). *A Angústia*. O Seminário. Livro. 10. Zahar.

Lacan, J. (1964/1988). *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. O Seminário. Livro 11. Zahar.

Lacan, J. (1970/2016). *O Avesso da Psicanálise*. O Seminário. Livro 17. Zahar.

Laclau, E. (1992). Beyond Emancipation. In Pieterse, J.N. (Ed). *Emancipations*, Modern and Postmodern. (pp. 121-37). Sage.

Laing, Ronald (1969). *The Divided Self.* Penguin.

Laing, R. and Esterson, A. (1977). *Sanity, Madness and the Family*. Penguin.

Lukács, G. (1986). *História e Consciência de Classe.* Escorpião.

Marin, I. (2022). *Narcisismo e Reconhecimento. Os rumos da psicanálise na Teoria Crítica.* Unifesp.

Marcuse, H. (1979). *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Zahar: 1969.

Marcuse, H. (1984). *Razão e Revolução*. Paz e Terra.

Marcuse, H. (1999). *Eros e Civilização.* Editora LTC.

Marx, K. (1989). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Middlesex: Penguin Books.

Marx, K. (2016). *O Capital*. Livro I. Cap. I. Boitempo.

Nobre, M. (Org.). (2011). *Curso Livre de Teoria Crítica*. Papirus.

Nobre, M. (2014). *A Teoria Crítica*. Zahar.

Nogueira, I. B. (2021), *A Cor do Inconsciente*. Significações do corpo negro. Perspectiva.

Pieterse, J.N. (Ed) (1992). *Emancipations*, Modern and Postmodern. Sage.

Prado, M. (2005). [Filme]. *Estamira*. 121 min. Disponível em: https://archive.org/details/Interativismo_Estamira_Filme

Reich, W. (1977). *Materialismo Dialéctico e Psicanálise*. Presença.

Rosalen, J. (2017). Tarja Preta: um estudo antropológico sobre ‘estados alterados’ diagnosticados pela biomedicina como transtornos mentais nos Wajãpi do Amapari. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade de São Paulo. 297 págs.

Ricouer, P. (2006). *Percurso do reconhecimento*. Loyola.

Robinson, P. (1971). *La Izquierda Freudiana*. Granica.

Rouanet, S.P. (1986). *Teoria Crítica e Psicanálise*. Tempo Brasileiro.

Rouanet, S.P. (2003). Adorno e a Psicanálise. *Revista Tempo Brasileiro*, 155, 131-156.

Roudinesco, E. (1994). *Jacques Lacan*. Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. Companhia das Letras.

Roudinesco, E. (2010). *Em defesa da psicanálise*. Zahar.

Rycroft, C. (1971). *As ideias de Reich*. Cultrix.

Safatle, V. (2005). Espelhos sem Imagens: *Mímesis* e Reconhecimento em Lacan e Adorno. *Trans/Form/Ação*, 39 (2), 21-45.

Safatle, V. (2006). *A Paixão do Negativo:* Lacan e a dialética. Unesp/Fapesp.

Safatle, V. (2012). *Grande Hotel Abismo.* Por uma reconstrução da teoria do reconhecimento. Martins Fontes.

Safatle, V. (2015). *O Circuito dos Afetos*. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Autêntica.

Safatle, V. (2017). Freud em Frankfurt: A Função da Psicanálise no pensamento de Theodor Adorno. In: Kuperman, Daniel (Org.). *Por que Freud Hoje?* (pp. 63-89). Zagodoni.

Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos*. Autêntica.

Safatle, V. (2024). A era da crise psíquica fabricada. *Outras Palavras*. Acesso em 12/12/2024. https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/era-de-crise-psiquica-fabricada/

Segato, R. (2021). O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. In: Segato, R. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*. (pp. 211-246). Bazar do Tempo.

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se Negro*. Zahar.

Silva, J. P. (1988). A Quem Fala a Teoria Crítica? Reflexões sobre o Destinatário de um Discurso. In Waizbort, L. (Org.). *A Ousadia Crítica. Ensaios para Gabriel Cohn.* (pp. 163-180). Ed. Universidade de Londrina.

Voirol, O. (2012). Teoria Crítica e Pesquisa Social: da dialética à reconstrução. *Novos Estudos Cebrap*, 93, 81-99.

Whitebook, J. (1996). *Perversion and Utopia*. The MIT Press.

Whitebook, J. (2017). Reconhecimento mútuo e o trabalho do negativo. *Dissonância*, 1, 286-336.

Whitebook, J. (2018). Psychoanalysis and Critical Theory. *The Routledge Companion to The Frankfurt School*. Acessado em 3/2/2024. https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9780429443374-3.

Williams, J. (2017). *Pós-estruturalismo*. Vozes.

Winnicott, D. W. (2019). *O Brincar e a Realidade*. UBU.

Yamawake, P. H. (2020). *A Recepção da Psicanálise na Primeira Geração da Teoria Crítica.* Do materialismo interdisciplinar à crítica da razão instrumental. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. 270 págs.